



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme Resolução nº 006 de 28 de março de 2017.

Bento Gonçalves, março de 2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 e da Portaria TCU nº 59/2017.

Bento Gonçalves, março de 2017

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AE	Assistência Estudantil
AI	Assessoria Internacional
AIPCT	Auxílios Institucionais  Produção Científica e Tecnológica
AIPTC	Auxílio Institucional  Produção Científica e/ou Tecnológica
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APL	Arranjos Produtivos Locais
AUDIN	Auditoria Interna
BICET	Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Técnico
BICTES	Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Superior
CAE	Coordenadoria de Assistência Estudantil
CAGE	Comissão de Avaliação e Gestão de Ensino
CAGPPI	Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	Colégio de Dirigentes
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CGI/COMFOR	Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica do IFRS
CGP	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
CGU	Controladoria Geral da União
CIC	Câmara de Indústria Comércio e Serviços
CIS	Comissão Interna de Supervisão
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econmicas
CND	Certidão Negativa de Débitos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COA	Comissão de Organização e Acompanhamento
COAD	Comitê de Administração
CODI	Comitê de Desenvolvimento Institucional
COEN	Comitê de Ensino
COEX	Comitê de Extensão
COGEP	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
COPERSE	Comissão Permanente de Processo Seletivo
COPI	Comitê de Pesquisa e Inovação
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPD	Centro de Processamento de Dados
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

CSIC	Comissão de Segurança da Informação e Comunicação
DAP	Diretoria de Administração e Planejamento
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DDI	Diretoria de Desenvolvimento Institucional
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DI	Desenvolvimento Institucional
DLC	Diretoria de Licitações e Contratos
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
DPVAT	Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD	Educação a Distância
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EBTC	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FAUBAI	Associação Brasileira de Educação Internacional
FAURGS	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FIC	Formação Inicial e Continuada
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
IC	Iniciação Científica
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDESE	Índice Médio de Desenvolvimento Econômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFFarroupilha	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense
IFTec	Mostra Científica e Tecnológica do IFRS – <i>Campus</i> Caxias do Sul
IGC	Índice Geral de Cursos
IN	Instrução Normativa
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRP	Intenção de Registro de Preços
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
IT	Iniciação Tecnológica
JEPEX	Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão
JIIF	Jogos de Integração do Instituto Federal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LOA	Lei Orçamentária Anual

MCM	Manual de Classificação de Mercadorias
MEC	Ministério da Educação
MOEXP	Mostra de Ensino, Extensão e Pesquisa
MP	Ministério Público
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAAc	Núcleo de Acompanhamento Acadêmico
NAPNE	Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NAS	Núcleo de Atenção à Saúde
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NEAD	Núcleo de Educação a Distância
NEPGE	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
NUDEC	Núcleo Comunitário de Defesa Civil
OCI	Órgão de Controle Interno
OD	Organização Didática
ODC	Outras Despesas Correntes
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
P&I	Pesquisa e Inovação
PA	Plano de Ação
PAIEX	Programa de Apoio Institucional a Extensão
PAINT	Plano de atividades da Auditoria Interna
PARFOR	Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PAV	Projeto de Assistência Virtual
PCCTAE	Plano de Carreira dos Servidores Técnico Administrativos em Educação
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIBEN	Programa Institucional de Bolsas de Ensino
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PJ	Pessoa Jurídica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Pessoa com Necessidades Especiais
PPA	Plano Plurianual
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPCI	Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROBIC	Programa de Bolsas de Iniciação Científica
PROBITI	Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação

PRODI	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
RA	Relatório de Auditoria
RAINT	Relatório Anual de Auditoria Interna
RAP	Restos a Pagar
RDI	Relatório de Desenvolvimento Institucional
REDITEC	Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
RENAMA	Rede Nacional de Métodos Alternativos
RFB	Receita Federal do Brasil
RMA	Relatório de Movimentação de Almoxarifado
RMB	Relatório Mensal de Bens Móveis
RMP	Relatório de Movimentação de Produtos
RNP-ESR	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - Escola Superior de Redes
RP	Restos a Pagar
SCDP	Sistema de Controle de Diárias e Passagens
SCP	Sistema de Cartão de Pagamento
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMEPT	Seminário de Educação Profissional e Tecnológica
SEMEX	Seminário de Extensão
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SF	Suprimento de Fundos
SIA	Sistema de Informações Acadêmicas
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAP	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SICT	Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica
SIEX	Sistema de Informação da Extensão
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGProj	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação
SIMECS	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul
Simplás	Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Nordeste Gaúcho

SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais
SISAC	Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPA	Subcomissão Própria de Avaliação
SPDA	Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SRP	Sistema de Registro de Preços
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TADS	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TAM	Termo de Acordo de Metas e Compromissos
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UF	Unidade Federativa
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UG	Unidade Gestora
UNAI	Unidade de Auditoria Interna
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Macroprocessos Finalísticos	
Quadro 02 – Macroprocessos de Apoio.....	
Quadro 03 – Forças e fraquezas do IFRS	
Quadro 04 – Oportunidades e ameaças do IFRS	
Quadro 05 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	
Quadro 06 – Objetivos estratégicos do IFRS	
Quadro 07 – Ação/Subtítulos – OFSS	
Quadro 08 – Ação/Subtítulos – OFSS	
Quadro 09 – Ação/Subtítulos – OFSS	
Quadro 10 – Ação/Subtítulos – OFSS	
Quadro 11 – Restos a pagar de exercícios anteriores	
Quadro 12– Informações sobre a realização das receitas	
Quadro 13 – Despesas por modalidade de contratação	
Quadro 14 – Despesas por grupo e elemento de despesa	
Quadro 15 – Concessão de suprimento de fundos	
Quadro 16 – Utilização de suprimento de fundos	
Quadro 17 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	
Quadro 18– Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005	
Quadro 19 – Equipe de Auditores em atuação no IFRS	
Quadro 20 – Avaliação do Sistema de Controles Internos do IFRS.....	
Quadro 21 – Relação da força de trabalho envolvida nos processos finalísticos de Gestão de Pessoas do IFRS	
Quadro 22 – Relação de servidores efetivos e temporários do IFRS	
Quadro 23 – Demonstrativo do dimensionamento de pessoal no IFRS	
Quadro 24 – Qualificação dos servidores efetivos do IFRS	
Quadro 25 – Idade dos servidores do IFRS	
Quadro 26 – Recurso destinado à capacitação dos servidores em 2016.....	
Quadro 27 – Participação dos servidores em ações de desenvolvimento	
Quadro 28 – Quantidade de ações de qualificação por nível	
Quadro 29 – Quantidade de servidores com concessão de licença para capacitação em 2016	
Quadro 30 – Servidores docentes afastados para capacitação Stricto Sensu em 31/12/2016	
Quadro 31 – Docentes que retornaram do afastamento Stricto Sensu em 2016	
Quadro 32 – Servidores TAE´s afastados para capacitação Stricto Sensu em 2016	
Quadro 33 – Servidores TAE´s que retornaram do afastamento Stricto Sensu em 2016	
Quadro 34 – Concessão de bolsas de estudo entre 2014 e 2016	
Quadro 35 – Participação em eventos no exterior	
Quadro 36 – Força de trabalho da UPC	
Quadro 37 – Distribuição da Lotação Efetiva	
Quadro 38 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	
Quadro 39 – Despesas de Pessoal	
Quadro 40 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	
Quadro 41 – Distribuição geográfica dos imóveis do IFRS	
Quadro 42 – Imóveis de propriedade do IFRS	
Quadro 43 – Principais sistemas utilizados pelo IFRS	
Quadro 44 – Força de trabalho de TI	
Quadro 45 – Tabela de vida útil padrão	
Quadro 46 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário	
Quadro 47 – Despesas com publicidade	

Quadro 48 – Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	
Quadro 49 – Emissão de relatórios de auditoria	
Quadro 50 – Processos Instaurados em 2016	
Quadro 51 – Processos Julgados em 2016	
Quadro 52 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio – FAURGS.....	
Quadro 53 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio – FEPAGRO	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma Funcional.....
Figura 2 – Estrutura Multi <i>Campi</i>
Figura 3 – Mapa distribuição geográfica dos <i>Campi</i> do IFRS
Figura 4 – Macroprocessos do IFRS
Figura 5 – Organograma da Diretoria de Gestão de Pessoas da Reitoria do IFRS
Figura 6 – Recomendações emitidas e/ou monitoradas pela UNAI.....
Figura 7 – Distribuição das recomendações emitidas e/ou monitoradas pela UNAI

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Quadro 05 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	
Anexo B – Quadro 06 – Objetivos estratégicos do IFRS	
Anexo C – Quadro 17 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	
Anexo D – Quadro 20 – Avaliação do Sistema de Controles Internos do IFRS.....	
Anexo E - Quadro 43 – Principais sistemas utilizados pelo IFRS	
Anexo F - Quadro 44 – Força de trabalho de TI	
Anexo G - BGU-Balanco Financeiro - Anual	
Anexo H - BGU-Balanco Orçamentário - Anual	
Anexo I - BGU-Balanco Patrimonial - Anual	
Anexo J - BGU-Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Anual.....	
Anexo K - BGU-Demonstrações das Variações Patrimoniais-Anual	
Anexo L - BGU-Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	
Anexo M - N.E. 01.001 Balanço Patrimonial - Outras Obrigações a Curto Prazo	
Anexo N - N.E. 01.002 Balanço Patrimonial - Pessoal a Pagar	
Anexo O - N.E. 01.003 Balanço Patrimonial - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	
Anexo P - N.E. 01.004 Balanço Patrimonial - Valores Restituíveis	
Anexo Q - N.E. 01.005 Balanço Patrimonial - Ajustes de Exercícios Anteriores	
Anexo R - N.E. 01.006 Balanço Patrimonial - Obrigações Contratuais	
Anexo S - N.E. 02.001 Demonstrativo da Variação Patrimonial - Outras transferências e delegações recebidas	
Anexo T - N.E. 02.002 Demonstrativo da Variação Patrimonial - Ganhos com desincorporação de passivos.....	
Anexo U - N.E. 02.003 Demonstrativo da Variação Patrimonial – Exploração de bens, direitos e prestação de serviços	
Anexo V - N.E. 02.004 Demonstrativo da Variação Patrimonial - Outras transferências e delegações concedidas	
Anexo W - N.E. 03.001 Balanço Orçamentário – Indenizações, restituições e ressarcimentos	
Anexo X - N.E. 03.002 Balanço Orçamentário – Execução orçamentária da receita e composição	
Anexo Y - N.E. 03.003 Balanço Orçamentário – Movimentação de créditos orçamentários.....	
Anexo Z - N.E. 03.004 Balanço Orçamentário – Restos a Pagar – Composição e principais despesas	
Anexo AA - N.E. 03.005 Balanço Orçamentário - Atraso na execução dos restos a pagar.....	
Anexo AB - N.E. 03.006 Balanço Orçamentário - Execução orçamentária da despesa e composição	
Anexo AC – Quadro 48 - Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	
Anexo AD – Quadro 49 – Emissão de Relatórios de Auditoria.....	

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	
1.1 Finalidade e competências	
1.2 Organograma	
1.3 Macroprocessos finalísticos	
1.3.1 Macroprocessos de Apoio	
1.4 Normas e regulação de criação, alteração e funcionamento da Unidade	
1.5 Ambiente de atuação.....	
1.5.1 Caracterização do ambiente de atuação	
1.5.2 Caracterização e o comportamento do mercado de atuação.....	
1.5.3 Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares	
1.5.4 Contextualização dos produtos e serviços ofertados pelo IFRS	
1.5.5 Ameaças e oportunidades observadas no ambiente de negócio do IFRS	
1.5.6 Relacionamento com os principais clientes dos produtos e serviços.....	
1.5.7 Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los	
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	
2.1 Planejamento organizacional	
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	
2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos.....	
2.2 Desempenho Orçamentário.....	
2.2.1 Execução Física e Financeira das Ações da LOA de Responsabilidade da Unidade	
2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	
2.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	
2.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	
2.3 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	
2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	
2.3.2 Informações sobre a realização das receitas.....	
2.3.3. Informações sobre a execução das despesas	
2.3.4 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal.....	
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	
2.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho conforme deliberações do TCU....	
2.5 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	
3.1 Descrição das estruturas de governança	
3.2 Atuação da unidade de auditoria interna.....	
3.2.1 Sobreposição de carga horária – Pronatec	
3.3 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos	
3.4 Gestão de riscos e controles internos	
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	

4.1	Gestão de pessoas	
4.1.1	Gestão de Pessoas e Força de Trabalho	
4.1.2	Estrutura de Pessoal da Unidade	
4.1.3	Demonstrativo das Despesas com Pessoal	
4.1.4	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	
4.1.5	Contratação de pessoal de apoio e estagiários	
4.1.6	Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	
4.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura	
4.2.1	Gestão da frota de veículos	
4.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nestas condições	
4.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	
4.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	
4.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros	
4.2.6	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados a atividade-fim	
4.3	Gestão da Tecnologia da Informação	
4.3.1	Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI)	
4.3.2	Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI	
4.3.3	Descrição dos principais sistemas de informação da Unidade	
4.3.4	Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI	
4.3.5	Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI	
4.3.6	Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade	
4.3.7	Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período	
4.3.8	Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade	
4.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	
4.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	
5.1	Canais de acesso do cidadão	
5.2	Carta de Serviços ao Cidadão	
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	
5.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	
6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	
6.1	Desempenho Financeiro no exercício	
6.2	Tratamento contábil da depreciação da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	
6.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	
6.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4320/64 e notas explicativas	
7.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	
7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	

- 7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento
- 7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda
- 7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994

ANEXOS

APRESENTAÇÃO

O presente documento consolida as informações sobre a gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS no decorrer do ano 2016. O Relatório de Gestão 2016 foi elaborado de acordo com as normas de organização e apresentação de processos de tomada e prestação de contas estabelecidas pela Instrução Normativa-TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, pela Decisão Normativa TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016 e pela Portaria TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017.

O IFRS, cuja sede administrativa (Reitoria) localiza-se em Bento Gonçalves, na região da Serra Gaúcha, nasceu do reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional, com a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. De constituição única entre os Institutos Federais, é o resultado da fusão de quatro instituições históricas no âmbito da educação profissional no Rio Grande do Sul: o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (atual *Campus* Bento Gonçalves), a Escola Agrotécnica Federal de Sertão (atual *Campus* Sertão), a Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (atual *Campus* Porto Alegre) e o Colégio Técnico Industrial Mário Alquati da Universidade Federal do Rio Grande (atual *Campus* Rio Grande). Ainda nessa composição inicial, agregou-se a Escola Técnica Federal de Canoas (atual *Campus* Canoas), criada pela Lei Nº 11.534, de 26 de outubro de 2007, porém não implantada até aquele momento.

Posteriormente, somaram-se as unidades fundadoras, fruto de um amplo processo de discussão e parcerias com as prefeituras e demais lideranças da região, bem como em estreita relação com os arranjos produtivos locais, o *Campus* Osório, no Litoral Norte; os *Campi* Caxias do Sul e Farroupilha, na Serra; o *Campus* Feliz, no Vale do Rio Caí; o *Campus* Restinga, na Região Metropolitana; assim como os *Campi* Erechim e Ibirubá, no Norte. Na mesma lógica, a partir de 2013, passaram a ser implantadas mais cinco unidades: *Campus* Alvorada e *Campus* Viamão, na Região Metropolitana; *Campus* Rolante, na Região do Vale do Paranhana; *Campus* Vacaria, na Região Nordeste e *Campus* Veranópolis, na Serra.

Atualmente, o IFRS possui 17 *Campi* que englobam um conjunto de cerca de 17 mil alunos matriculados no total de suas 200 opções de cursos, distribuídos nas modalidades técnico integrado ao ensino médio, subsequente ou concomitante, graduação, pós-graduação lato sensu e mestrado. Ressalta-se que por força da Lei de criação dos Institutos Federais, o IFRS deve ofertar, no mínimo, 50% de suas vagas em cursos técnicos de nível médio, devendo as demais serem distribuídas no ensino superior (graduação e pós-graduação). Além disso, a Instituição atuou em programas como E-tec e Bolsa-Formação do Pronatec. Tem aproximadamente 950 docentes e 920 técnicos-administrativos em educação (número que muda constantemente em razão de novos ingressos), estando entre os dez maiores institutos federais do Brasil em número de alunos e servidores. Quase 50% dos servidores são mestres ou doutores. Entre os docentes, esse percentual amplia-se para 89%.

No âmbito da Educação a Distância, o IFRS vem desenvolvendo mediante o empreendedorismo da Proen, através de sua Coordenação de EaD, junto aos *Campi* do IFRS, a oferta de vagas para cursos técnicos subsequentes ao ensino médio nessa modalidade. Para tanto, os cursos são ofertados através da Rede e-Tec Brasil. Tendo sido lançado em 2007, pelo MEC, o sistema Rede e-Tec Brasil objetiva a oferta de educação profissional e tecnológica a distância, fazendo com que se amplie e se

democratize o acesso aos cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em parceria com outras esferas da administração pública.

Alinhado às definições da Lei de criação dos Institutos Federais, os cursos de graduação ofertados abrangem Licenciaturas (Ciências Agrícolas, Ciências da Natureza: habilitações em Biologia e Química, Física, Letras Português e Inglês, Matemática, Pedagogia, Química), Bacharelados (Agronomia, Ciência da Computação, Zootecnia e Engenharias de Alimentos, Controle e Automação, Mecânica e Química) e Cursos Superiores de Tecnologia, vinculados aos eixos tecnológicos Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design e Recursos Naturais.

Os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* dividem-se nas áreas Saúde, Educação, Viticultura, e os Programas de Mestrado Profissional nas áreas Engenharia de Materiais e Informática na Educação.

O IFRS atualmente conta com 123 grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), abrangendo todas as grandes áreas do conhecimento. No âmbito da extensão atua em programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, tendo realizado 458 ações em 2016, distribuídas nas áreas temáticas Trabalho, Tecnologia e Produção, Saúde, Meio Ambiente, Educação, Direitos Humanos e Justiça, Cultura e Comunicação.

O IFRS vem se destacando nos processos de avaliação do SINAES, tendo sido o melhor classificado entre os 38 institutos federais do país no conceito médio da graduação no ranking nacional do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), divulgado em dezembro de 2014, com o índice correspondente a 4. Além disso, está entre as 25 melhores instituições do Brasil, considerando-se todas as que oferecem cursos superiores de graduação. No ano de 2015, a Instituição conquistou o Conceito Institucional 4, coroando seu compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade.

No que tange à sua missão, compreende-se que, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS, o Instituto vem cumprindo-a no sentido de *“Promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável.”*

De forma coerente com a sua missão e em consonância com os princípios constitucionais da administração pública brasileira, o IFRS tem por princípios balizadores a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, bem como a ética, o desenvolvimento humano, a inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico, a qualidade e a excelência, a autonomia, a transparência, o respeito e o compromisso social.

A estrutura do Relatório de Gestão 2016 está organizada da seguinte forma:

Capítulo 1 – Visão Geral da Unidade;

Capítulo 2 – Planejamento Organizacional e Resultados

Capítulo 3 – Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos;

Capítulo 4 – Áreas Especiais da Gestão;

Capítulo 5 – Relacionamento com a Sociedade;

Capítulo 6 – Desempenho Financeiro e Informações Contábeis;

Capítulo 7 – Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle.

Informações suplementares

Anexos e Apêndices

O capítulo **“Visão geral da Unidade”** contempla os elementos identificadores da unidade prestadora de contas (UPC) e também algumas informações que melhor caracterizam a unidade, tais como sua estruturação, contexto de atuação, principais macroprocessos, competências, entre outras.

O capítulo **“Planejamento organizacional e resultados”** trata da forma como a unidade prestadora de contas planejou sua atuação ao longo do tempo e do seu desempenho em relação aos objetivos e metas para o exercício de 2016. Assim, esta seção está estruturada em três grandes eixos: planejamento organizacional, resultados do desempenho orçamentário, resultados operacionais. Em relação ao planejamento organizacional, é demonstrado como o IFRS planeja sua atuação, como se prepara para dar conta da sua missão, quais foram os objetivos e metas programados para o exercício de 2016. Quanto ao desempenho orçamentário, é demonstrada a lógica de alocação de programação de alocação de recursos adotada pela unidade para a consecução dos objetivos do exercício, bem como a relação entre o orçamento programado e o executado, explicações acerca de oscilações significativas e a relação existente entre a execução direta e descentralizada, explicitando a forma de descentralização. Quanto ao eixo desempenho operacional, são declarados no Relatório as formas e instrumento de aferição do desempenho da unidade em relação ao programado para o exercício, tanto do ponto de vista financeiro, quanto físico.

O capítulo **“Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos”** demonstra a estrutura de governança da unidade, explicitando as atividades realizadas pelas unidades que a compõem, os mecanismos e controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados e as atividades de correição.

A Seção **“Áreas especiais da gestão”** contempla informações sobre gestão de pessoas, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação e critérios de sustentabilidade ambiental.

A seção **“Relacionamento com a sociedade”** demonstra a existência de estruturas que garantem canal de comunicação com o cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como de mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela unidade e as medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

O capítulo **“Desempenho financeiro e informações contábeis”** visa demonstrar o desempenho financeiro e as informações sobre as demonstrações contábeis e financeiras elaboradas pelas UPC. São contempladas ainda a implementação da sistemática de apuração de custos e dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O capítulo **“Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle”**, por sua vez, tem por objetivo proporcionar melhor compreensão sobre atendimento a demandas específicas oriundas de legislação específica e dos órgãos de controle.

Por fim, a seção denominada **“Apêndices e Anexos”** destina-se à organização dos quadros e tabelas que ocupam mais de uma página, dos documentos digitalizados, listas e outros documentos utilizados para comprovação ou demonstração de conteúdos do desenvolvimento do relatório.

1.VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Finalidade e competências

Finalidade e competências institucionais da unidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS é uma entidade educacional vinculada diretamente ao Ministério da Educação e, como tal, deve pautar suas ações com base nas suas diretrizes e normatizações. Nesse sentido, seu arcabouço legal está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e na lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008).

A competência institucional do IFRS está definida nas finalidades e características dos Institutos Federais de Educação, conforme o Artigo 6º da sua lei de criação:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Assim, para cumprir as atribuições definidas em sua competência institucional, a mesma lei estabelece os seguintes objetivos, conforme o seu Artigo 7º:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de

profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Todas as ações desenvolvidas pelo IFRS, baseadas nas finalidades e objetivos estabelecidos na referida lei, estão também em sintonia com os elementos norteadores definidos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, cuja missão, visão e valores são apresentados a seguir:

Missão

“Promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável.” (PDI 2014-2018)

Visão Institucional

“Ser uma instituição de excelência em educação, ciência e tecnologia.” (PDI 2014-2018)

Valores

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul garantirá a todos os seus *Campi* a autonomia da gestão Institucional democrática a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade; impessoalidade; moralidade; publicidade e eficiência. Além dos princípios constitucionais da Administração Pública, balizam a atuação do IFRS:

a) Ética – Ser referência básica que orientará as ações institucionais;

- b) Desenvolvimento Humano – Desenvolver a cidadania, a integração e o bem-estar social;
- c) Inovação – Buscar soluções às demandas apresentadas;
- d) Qualidade e Excelência – Promover a melhoria permanente dos serviços prestados;
- e) Autonomia dos *Campi* – Administrar preservando e respeitando a singularidade de cada *Campus*;
- f) Transparência – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão;
- g) Respeito – Valorizar e prestar atenção especial aos alunos, servidores e público em geral;
- h) Compromisso Social – Participar efetivamente das ações sociais.

1.2 Organograma

Organograma funcional

O IFRS possui uma estrutura multi*Campi*, em que o organograma definido para a instituição possui uma forma e cada *Campus* possui uma estrutura semelhante. A estrutura do IFRS prevê a existência de dois colegiados superiores, que possuem funcionamento regulamentado nos regimentos próprios aprovados pelo Conselho Superior. Esses dois órgãos colegiados são: Conselho Superior e Colégio de Dirigentes. As definições da estrutura funcional, competências e a disciplina das atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional do IFRS, nos planos administrativo, didático-pedagógico e disciplinar, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias são definidas pelos seguintes documentos:

- **Regimento Geral do IFRS:** aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 064 de 23 de junho de 2010. Disponível em: [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201711074731848regimento_geral_22_outubro_2013_\(2\).pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201711074731848regimento_geral_22_outubro_2013_(2).pdf)

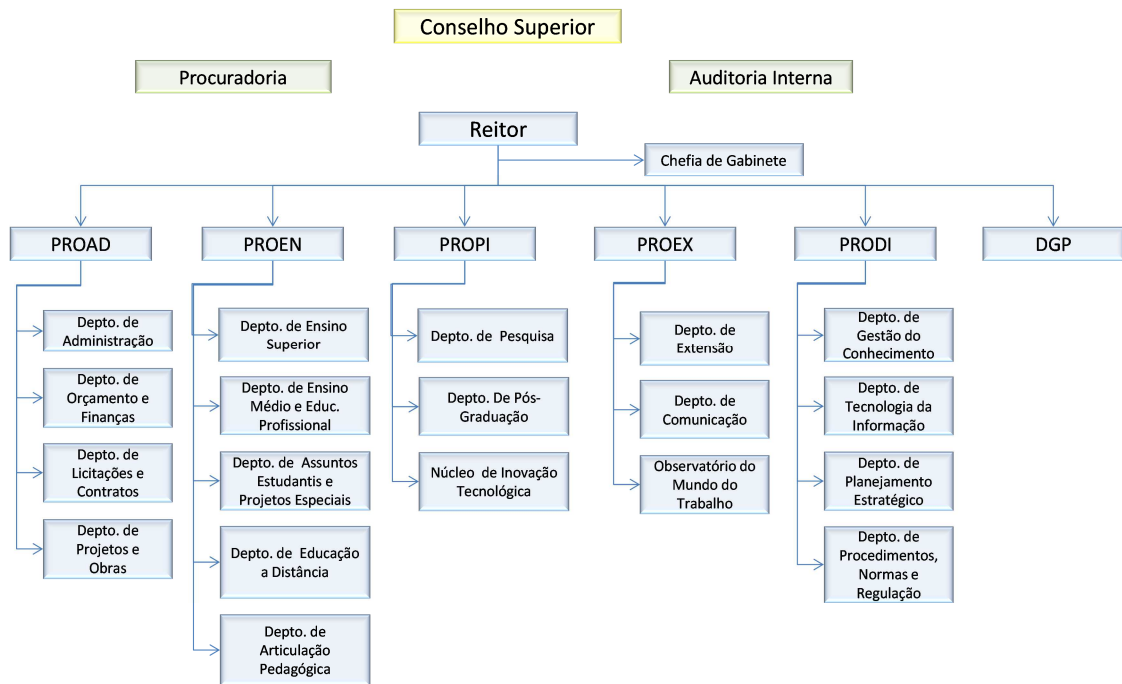
- **Regimento Interno do Conselho Superior do IFRS:** aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 065, de 23 de junho de 2010. Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201075143332890regimento_interno_consul_p_04-08-2010.pdf

- **Regimento Interno do Colégio de Dirigentes do IFRS:** aprovado pela Resolução “Ad Referendum” nº 001, de 20/02/2009. Referendado pela Resolução do Conselho Superior nº 003, de 19/02/2010. Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010112172710623regimento_cd_final.pdf

- **Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna do IFRS:** aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 055, de 20/08/2013. Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201372894831554resolucao_055_-_aprova_criacao_e_regimento_unai.pdf

Com base nos documentos referenciados, pode-se descrever as principais atribuições das áreas da instituição, as quais estão graficamente representadas no organograma funcional da Figura 1.

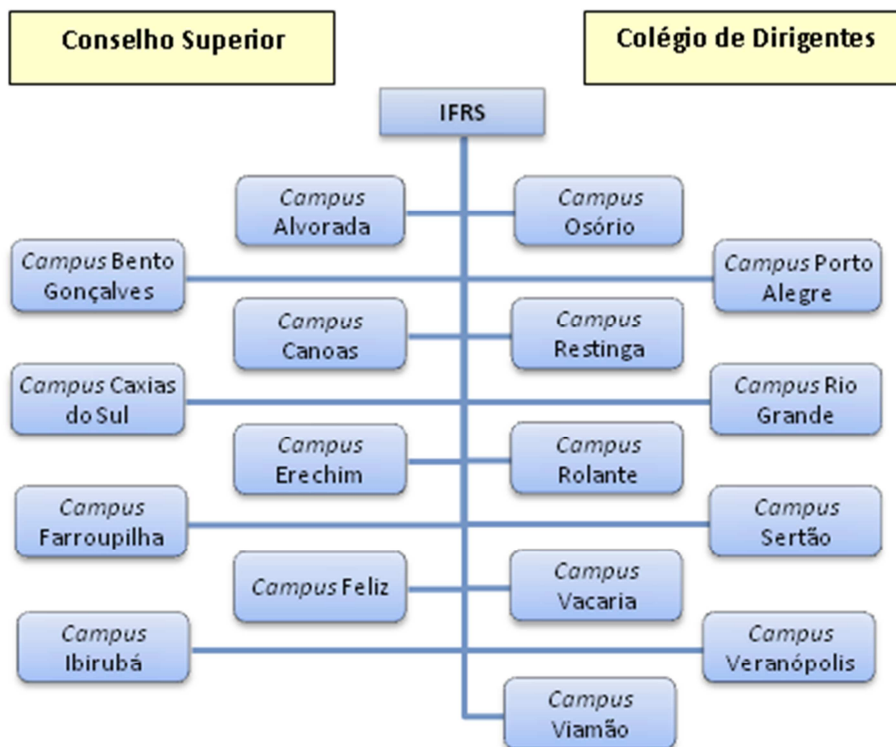
Figura 1 - Organograma Funcional.



Fonte: Elaborado com base no Regimento Geral e no Regimento Interno da Reitoria do IFRS.

Estrutura MultiCampi do IFRS

Figura 2 - Estrutura MultiCampi



Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional.

Na figura 3, é possível visualizar a distribuição geográfica dos *Campi* do IFRS dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 3 – Mapa distribuição geográfica dos *Campi* do IFRS



Fonte: Site do IFRS

O Quadro 05 (Anexo A) apresenta as informações sobre áreas ou subunidades estratégicas do IFRS, incluindo as competências, assim como o titular, o cargo e o período de atuação relativo a cada uma delas.

1.3 Macroprocessos finalísticos

O IFRS possui um conjunto de processos em operação para que os seus objetivos possam ser atendidos. A classificação das atividades de uma organização,

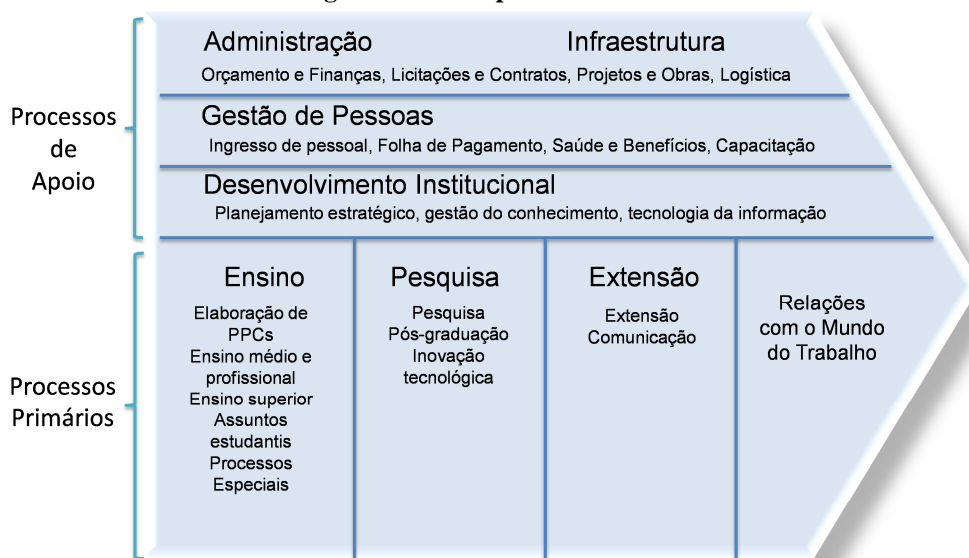
segundo Porter (1992)¹, pode ser relacionada ao seu conjunto das atividades, sendo representado em basicamente duas categorias: atividades primárias (finalísticas) e atividades secundárias (ou de apoio). Utiliza-se a classificação do autor para a definição dos macroprocessos finalísticos e dos macroprocessos de apoio.

Assim, os macroprocessos finalísticos do IFRS são considerados aqueles diretamente relacionados com a criação do “valor para a sociedade” através dos serviços que são prestados, envolvendo todos os elementos operacionais relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, envolvem as relações com egressos, estágios, organizações do mundo do trabalho e parcerias com outras organizações públicas ou privadas.

De outra forma, os macroprocessos de apoio do IFRS são considerados aqueles que prestam suporte aos processos diretamente relacionados com a criação do “valor para a sociedade”. Esses processos relacionam-se entre si e com os macroprocessos primários, permitindo que eles possam ser executados dentro dos padrões de qualidade, eficiência e eficácia objetivados pela organização.

A seguir, destaca-se a representação dos processos finalísticos (primários) e de apoio, seguindo-se a mesma forma de Porter (1992) quanto às atividades primárias e secundárias. Também estão representados na figura 4 os principais processos de cada macroprocesso.

Figura 4 - Macroprocessos do IFRS



Fonte: Elaborado conforme processos da organização, Regimento Geral e Regimento Interno da Reitoria do IFRS. Baseado no conceito de Cadeia de Valor (Porter, 1992).

A partir das definições institucionais em relação ao Planejamento Estratégico, os Macroprocessos referem-se às áreas de gestão e os Processos tratam das áreas institucionais que estão diretamente atreladas às áreas de gestão.

No quadro 01, são apresentados os macroprocessos finalísticos do IFRS, com sua descrição, principais atividades relacionadas, principais produtos e serviços, principais clientes e parceiros e as unidades/subunidades diretamente responsáveis pela

¹ PORTER, M. E. (1992). Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: *Campus*.

viabilização de cada macroprocesso. Segundo Harrington (1993)², um processo pode ser considerado “qualquer atividade que recebe uma entrada (*input*), agrega-lhe valor e gera uma saída (*output*) para um cliente externo ou interno. Os processos fazem uso dos recursos da organização para gerar resultados concretos.”

Quadro 01 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino do Ministério da Educação, em consonância com as diretrizes educacionais brasileiras, articuladas à pesquisa e à extensão no IFRS.	Elaboração de PPCs; oferta de cursos de ensino médio e profissional; oferta de cursos de ensino superior; assuntos estudantis; projetos especiais; articulação pedagógica, cursos EaD; promover medidas orientadas para ações de inclusão em Ensino, Pesquisa e Extensão	Alunos do IFRS	Pró-Reitoria de Ensino e unidades* de ensino do IFRS
Pesquisa	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação, em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação, integradas ao ensino e à extensão, promovendo ações de intercâmbio com instituições e empresas.	Oferta de cursos de pós-graduação, programas e projetos de pesquisa; realização de ações de inovação tecnológica; promover medidas orientadas para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão	Alunos dos programas de iniciação científica, instituições e empresas	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e unidades* do IFRS
Extensão	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.	Apoiar o desenvolvimento de ações de integração entre a instituição e o mundo do trabalho, nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas; fomentar relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais, nacionais e internacionais, promover o desenvolvimento da extensão como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico; promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade; promover medidas orientadas para ações de inclusão em Ensino, Pesquisa e Extensão	Alunos dos programas de extensão, sociedade, instituições e empresas	Pró-Reitoria de Extensão e unidades* do IFRS

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

* *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga, Rio Grande, Sertão, Alvorada, Vacaria, Rolante, Veranópolis e Viamão)

² HARRINGTON, H. J. (1993). Aperfeiçoando processos empresariais. São Paulo: Makron Books.

1.3.1 Macroprocessos de Apoio

Assim como os macroprocessos finalísticos podem ser definidos e gerenciados, entende-se que os processos de apoio também podem. No quadro 02 são apresentados macroprocessos de apoio, os objetivos estratégicos definidos no planejamento do IFRS e os principais processos de cada macroprocesso.

Quadro 02 – Macroprocessos de Apoio

Macroprocesso	Objetivos Estratégicos	Processos
Administração	Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios	Licitações e Contratos
	Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento	Orçamento e Finanças
	Otimizar a infraestrutura física dos <i>Campi</i> e da Reitoria	Projetos e Obras
Desenvolvimento Institucional	Promover a sistematização dos dados e a disponibilização de informações estratégicas	Gestão do Conhecimento
	Desenvolver a instituição estrategicamente	Planejamento Estratégico
	Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização	Procedimentos, Normas e Regulação
	Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação	Tecnologia da Informação e Comunicação
Gestão de Pessoas	Otimizar o quadro de pessoal	Ingresso
	Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores	Capacitação

Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

Principais parceiros

O IFRS busca ser uma instituição de excelência em educação, ciência e tecnologia e ampliar sua rede de relacionamento com comunidades ou arranjos/grupos sociais, culturais, organizações do setor público e organizações do setor produtivo com vistas ao intercâmbio de experiências e o estabelecimento de ações de colaboração. Para atender estes objetivos, o IFRS busca ampliar e diversificar suas parcerias, apresentando como seus principais parceiros: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul), Instituto Federal Farroupilha (IFFarroupilha), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS), PETROBRAS, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Nordeste Gaúcho, prefeituras municipais onde os *Campi* estão localizados, além de diversas organizações tanto do setor público como do produtivo.

1.4 Normas e regulação de criação, alteração e funcionamento da unidade

O IFRS tem sua atuação regida por uma série de normas e regimentos. Tais normas definem a estrutura da Unidade, bem como as suas competências e balizam o funcionamento institucional.

- Decreto 6.095/2007 - Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm
- Lei 11.892/2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm
- Estatuto do IFRS – Disponível em: [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201711074731848estatuto_ifrs_alterado_19_abril_16_\(1\).pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201711074731848estatuto_ifrs_alterado_19_abril_16_(1).pdf)
- Regimento Geral do IFRS – Disponível em: [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201711074731848regimento_geral_22_o_utubro_2013_\(2\).pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201711074731848regimento_geral_22_o_utubro_2013_(2).pdf)
- Regimento da Reitoria – Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20124158422338regimento_reitoria.pdf
- Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS – período 2014/2018 – Disponível em: http://ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20150261522458420150126-pdi_2014_2018_versao_final_-_sem_res.pdf
- Regimento Interno do Conselho Superior do IFRS – Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201075143332890regimento_interno_cnsup_04-08-2010.pdf
- Regimento Interno do Conselho de Dirigentes do IFRS – Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010112172710623regimento_cd_final.pdf
- Regimento Interno da Comissão de Ética Pública do IFRS – Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201134172814514regimento_interno-comissao_de_etica.pdf
- Política de Comunicação do IFRS – Disponível em: http://ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20159911163193resolucao_politica.pdf
- Portaria de Recredenciamento do IFRS – Disponível em: http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201723112125112portaria_de_recredenciamento.pdf

O IFRS, por meio de suas Pró-Reitorias, com o apoio dos seus respectivos comitês (representados por todos os *Campi* do IFRS), tem trabalhado no estabelecimento de fluxos referentes aos seus macroprocessos finalísticos e de apoio. Alguns exemplos de fluxos referentes às atividades dos macroprocessos finalísticos estão apresentados a seguir:

- Instrução Normativa PROEN / PROAD nº 01/2016 – Normatiza o fluxo operacional de aquisição por compra de material bibliográfico para os acervos do Sistema de Bibliotecas do IFRS (SiBIFRS).
- Instrução Normativa PROEN 008/2016 – Normatiza a produção e distribuição de material didático para cursos livres e regulares na modalidade a distância do IFRS.
- Instrução Normativa PROEN 007/2016 – Normatiza a oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial nos cursos presenciais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino de Graduação, no âmbito do IFRS.

- Instrução Normativa PROEN 006/2016 – Revoga a Instrução Normativa PROEN 006/2012, que trata da Inclusão do Nome Social de Travestis e Transexuais nos Registros Acadêmicos do IFRS.
- Instrução Normativa PROEN 005/2016 – Regulamenta o Fluxo para Solicitação de Professor Substituto nos *Campi* do IFRS.
- Instrução Normativa PROEN 004/2016 – Regulamenta os processos e fluxos da Progressão Parcial para os estudantes dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
- Instrução Normativa PROEN 003/2016 – Regulamenta a criação, a composição e o funcionamento da Comissão de Avaliação e Gestão de Ensino (CAGE).
- Instrução Normativa PROEN 002/2016 – Regulamenta os procedimentos, os prazos e os fluxos para a elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) dos cursos de Nível Médio Integrado, Integrados na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Concomitantes, Subsequente e Graduação e nas modalidades de ensino presencial e a distância no IFRS, bem como da sua extinção.
- Instrução Normativa PROEN 001/2016 – Regulamenta o Processo de consulta à Comunidade Acadêmica do IFRS para a manifestação de proposições à minuta da Política de Ingresso Discente, proposto pelo Comitê de Ensino do IFRS, bem como seu fluxo de encaminhamento ao Conselho Superior.
- Resolução 054/2016 – Estabelece o fluxo para requisição de nome social para pessoas candidatas ao processo de ingresso discente e estudantes com matrícula regular no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), institui procedimentos internos para o atendimento da demanda, conforme a legislação em vigor.
- Instrução Normativa PROEX/IFRS nº 01/2016 – Estabelece e regulamenta o Programa de auxílio à apresentação de trabalhos de extensão em eventos, no país e no exterior, por ESTUDANTES do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS
- Instrução Normativa PROEX/IFRS nº 02/2016 – Regulamenta a forma de apresentação dos projetos institucionais de extensão ao Programa Institucional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do IFRS, quando executadas por uma Fundação de Apoio devidamente credenciada ao IFRS
- Instrução Normativa PROEX/IFRS nº 03/2016 – Estabelece o fluxo e os procedimentos para o registro, a análise e o acompanhamento das ações de extensão do IFRS e dá outras providências.

Além de fluxos para os macroprocessos finalísticos, fluxos referentes às atividades dos macroprocessos de apoio também têm sido trabalhados:

- Instrução Normativa IFRS nº 01, de 08 de janeiro de 2016 – Estabelece procedimentos para o fornecimento de informações relativas aos Concursos regidos pelos Editais 26/2015 e 27/2015.
- Instrução Normativa IFRS nº 02, de 26 de agosto de 2016 – Institui o Fórum Interno dos Servidores da Reitoria.

- Instrução Normativa IFRS nº 03, de 29 de agosto de 2016 – Regulamenta os critérios de afastamento de servidores docentes para capacitação/qualificação em programas de pós-graduação *stricto sensu* e pós-doutorado.
- Instrução Normativa PRODI nº 01, de 07 de junho de 2016 – Estabelece a metodologia e o cronograma para elaboração do Plano de Ação 2017 do IFRS.
- Instrução Normativa PRODI nº 02, de 27 de junho de 2016 – Normatiza os fluxos e procedimentos para a submissão do Relatório de Desenvolvimento Institucional - RDI para o Projeto Pedagógico de Cursos a serem oferecidos pelos *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS e revoga a Instrução Normativa PRODI nº 02, de 30 de dezembro de 2015.

1.5 Ambiente de atuação

1.5.1 Caracterização do ambiente de atuação

No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercem o papel de instituições creditoras e certificadoras de competências profissionais. Os Institutos Federais têm autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica.

1.5.2 Caracterização e o comportamento do mercado de atuação

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, com Reitoria sediada em Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que estabeleceu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O IFRS é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, tendo como prerrogativas a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Trata-se de uma instituição *multiCampi* que atua nos níveis de ensino básico e superior, com cursos técnicos de nível médio na forma integrada, concomitante e subsequente, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados, de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. O IFRS possui 17 unidades, a saber: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (localizado em Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão.

Caracterizada como instituição *multiCampi*, que atua em vários municípios com diferentes realidades produtivas e demandas socioeconômicas específicas, o IFRS vem se constituindo em um instituto de excelência em educação, ciência e tecnologia que protagoniza, juntamente com outras instituições e atores sociais, o desenvolvimento local e regional.

Dados do ano 2010, publicados no Atlas Brasil 2013³ apontam que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH - índice que considera a longevidade, a educação e a

³ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro, é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM - de 5.565 municípios brasileiros, além de mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

renda para medir a qualidade de vida) do Estado do Rio Grande do Sul é de 0,746, sendo classificado na faixa de índice de desenvolvimento Alto (entre 0,700 e 0,799). Segundo a publicação, a dimensão que mais contribui para o IDHM do Estado é Longevidade, com índice de 0,840, seguida de Renda, com índice de 0,769, e de Educação, com índice de 0,642. O Rio Grande do Sul ocupa a 6ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras, segundo o IDHM. No que concerne à Educação, dados apontam que dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 18,50% estavam cursando o ensino superior em 2010. Considerando-se a população do Estado com 25 anos ou mais de idade, 5,44% eram analfabetos, 52,14% tinham o ensino fundamental completo, 35,43% possuíam o ensino médio completo e 11,28%, o superior completo. Comparativamente, no Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%. Tais números apontam que existe uma demanda latente que pode ser atendida através das ações educativas do IFRS, com vistas a melhorar ainda mais o índice de desenvolvimento da população.

A presença dos *Campi* em vários municípios, em sua maioria com bom IDH, atendendo a diferentes realidades produtivas locais e comunidades com necessidades específicas, torna o IFRS uma instituição com o desafio de ser um dos protagonistas do desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, a partir da educação pública gratuita e de excelência, considerando-se a impossibilidade de dissociação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Entende-se que para conquistar esse desafio, o IFRS deverá contar com um planejamento do desenvolvimento institucional que estabeleça elementos para a sua gestão democrática e participativa.

O IFRS é formado por vários *Campi*, que possuem uma diversidade de valores e necessidades na área educacional e se propõem a valorizar a educação em todos os seus níveis, contribuindo com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, oportunizando de forma expressiva a educação pública de excelência e fomentando o atendimento das demandas locais, com atenção especial às camadas sociais que carecem de oportunidades de formação e de incentivo à inserção no mundo do trabalho.

Ao considerarmos a condição específica de instituição *multiCampi* do IFRS, as informações socioeconômicas aqui expostas dizem respeito à diversidade das diferentes regiões em que o Instituto está inserido. Esta inserção, no Estado do Rio Grande do Sul, contempla as macrorregiões Norte e Sul, região metropolitana de Porto Alegre e a Região da Serra Gaúcha.

Baseado no Índice Médio de Desenvolvimento Econômico (IDESE), que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios e regiões do Rio Grande do Sul e é uma metodologia proposta pela Fundação de Economia e Estatística – FEE, o IFRS atua em regiões de alto desenvolvimento (Serra Gaúcha – 0,9) e médio desenvolvimento (Norte – 0,75; Sul – 0,55; Região Metropolitana de Porto Alegre – 0,75) e com estreita relação entre as demandas regionais, expressas em suas atividades econômicas e arranjos produtivos locais (APLs) e as áreas ofertadas pelo IFRS. Esta forte relação vem promovendo o desenvolvimento econômico regional e melhorando as condições/qualidade de vida da população em seu entorno.

As atividades econômicas e os APLs característicos da Região Norte e Nordeste do Estado estão contemplados nas seguintes áreas de atuação: Metalmeccânico Pós-Colheita, Agropecuária, e Indústria e Serviços. O IFRS, nesta região, conta com os *Campi* Sertão, Erechim, Ibirubá e Vacaria, que ofertam, dentre outros, os cursos de Agronomia, Zootecnia, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Agronegócio, Engenharia Mecânica, Engenharia de Alimentos, Técnico

em Agropecuária, Técnico em Alimentos, Técnico em Mecânica e Técnico em Informática.

Já na Região Sul do Estado, as atividades econômicas e os APLs característicos são contemplados pelas seguintes áreas de atuação: Alimentos, Naval e *Offshore*, Complexo Industrial da Saúde, Agropecuária, Indústria e Serviços. O IFRS, neste território, conta com o *Campus* Rio Grande que oferta os cursos de Tecnologia em Refrigeração e Climatização, Engenharia Mecânica, Técnico em Automação Industrial, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Fabricação Mecânica, Técnico em Refrigeração e Climatização, Técnico em Enfermagem, entre outros.

A Região Metropolitana de Porto Alegre tem contempladas as seguintes áreas de atuação: Eletroeletrônica, Automação e Controle, Máquinas e Equipamentos Industriais, Agricultura Familiar, Indústria e Serviços. O IFRS atua nessa localidade com os *Campi* Porto Alegre, Canoas, Restinga, Osório, Feliz, Viamão, Alvorada, Rolante que ofertam, dentre outros, os cursos de Mestrado em Tecnologia e Engenharia de Materiais, Mestrado em Informática na Educação, Tecnologia em Processos Gerenciais, Tecnologia em Sistema para Internet, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Informática, Técnico em Redes de Computadores, Técnico em Administração, Técnico em Cerâmica, Técnico em Panificação, Técnico em Tradução e Interpretação de Libras, Técnico em Secretariado, Técnico em Eletrônica e Técnico em Guia de Turismo.

Os segmentos econômicos da Região da Serra Gaúcha estão contemplados através das seguintes áreas de atuação: Eletroeletrônica, Automação e Controle, Máquinas e Equipamentos Industriais, Metalmeccânico e Automotivo, Moveleiro, Moda, Tecnologia da Informação, Agropecuária, Indústria e Serviços. Os *Campi* Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha e Veranópolis do IFRS ofertam para a comunidade regional os cursos de Mestrado em Tecnologia e Engenharia de Materiais, Tecnologia em Viticultura e Enologia, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Horticultura, Tecnologia em Logística, Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação, Tecnologia em Processos Metalúrgicos, Técnico em Fabricação Mecânica, Técnico em Plástico, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Metalurgia, Técnico em Eletrônica, Técnico em Agropecuária e Técnico em Viticultura e Enologia.

O desenvolvimento institucional deve ocorrer com enfoque para um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do nível de qualidade das atividades produtivas e da democratização do conhecimento, considerando a comunidade em todas as suas representações. A essência das ações do IFRS está fundamentada na prática da consolidação do fomento à formação profissional, mediante a perfeita articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

1.5.3 Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares

Dentre as principais instituições que atuam no Estado, ofertando produtos e serviços similares àqueles ofertados pelo IFRS, pode-se destacar o Instituto Federal Sul-Riograndense (IFSUL), o Instituto Federal Farroupilha (IFFarroupilha), as Universidades (Públicas e Privadas), as Faculdades (privadas) e as instituições integrantes do Sistema S (SENAI, SENAC, SESI, SEST/SENAT).

1.5.4 Contextualização dos produtos e serviços ofertados pelo IFRS

A criação dos Institutos Federais indicou a ideia de reorganizar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo a inserção na educação profissional de nível técnico em todo o território brasileiro. Além da expansão da oferta dos cursos técnicos de nível médio, é tarefa dos IFs concretizar a verticalização do ensino através da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, como opções de continuidade aos estudos, dentro dos espaços geográficos ocupados pelos seus *Campi*. Dessa forma, o IFRS atua em diferentes níveis e modalidades de ensino promovendo a sua verticalização dentro do âmbito da Educação Profissional.

De acordo com o Parágrafo 2º, do Artigo 39, da LDB, a educação profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I - formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II - educação profissional técnica de nível médio; e
- III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Por meio da oferta de cursos de educação profissional, o IFRS tem como premissas: o desenvolvimento integral do cidadão, a equidade; a competitividade econômica - vista de forma humanizada num processo de globalização - e a geração de novas tecnologias.

A ideia central do Ensino Técnico de Nível Médio é o entendimento do trabalho como princípio educativo, iniciando a sensibilização desta noção ainda nesta etapa da Educação Básica e estendendo essa centralidade na formação profissional para os cursos superiores.

O IFRS preocupa-se com a formação de um cidadão/trabalhador com perfil qualificado, não apenas em relação ao domínio de conhecimentos na área tecnológica, mas também preparado para situar-se no mundo de maneira autônoma, capaz de usufruir e de interagir ativamente em espaços de decisão, comprometendo-se com questões ligadas à coletividade.

Outro elemento que caracteriza o IFRS é a sua atuação em diferentes modalidades de ensino. O IFRS possui diversos cursos e programas na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na Educação à Distância (EaD). Ofertando cursos através da EaD, o Instituto possibilita, aos educandos, a realização de cursos técnicos em municípios distantes da localização geográfica de seus *Campi*, facilitando o acesso à Educação Profissional e sendo uma ferramenta de inclusão social.

O IFRS também oferta cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), realizando a qualificação profissional e a formação de nível médio adequada à realidade dos educandos maiores de 18 anos. Além dessas modalidades de ensino, a Instituição oferece programas de certificação de saberes.

Educação Profissional Técnica de Nível Médio

O IFRS tem o compromisso social de atender às demandas locais e regionais nas quais estão inseridos seus *Campi*, oferecendo à comunidade cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A própria lei 11.892/08 reforça essa questão ao indicar a destinação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas para cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, e 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender aos cursos de licenciatura, bem

como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. O IFRS assume o compromisso de cumprir a referida exigência legal, a cada exercício, em cada *Campi*, favorecendo a integração, a solidariedade entre seus diferentes *Campi*, no atendimento deste importante requisito legal.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFRS orienta-se pela legislação vigente e atende aos princípios norteadores estabelecidos pela Resolução CNE/CEB N.º 04/99, sendo eles:

- Independência e articulação com o ensino médio;
- Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- Desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
- Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- Atualização permanente dos cursos e currículos;
- Autonomia da instituição em seu projeto pedagógico.

Os cursos técnicos de nível médio ofertados pelo IFRS estão inseridos nos eixos tecnológicos de acordo com as normativas vigentes do MEC e LDB, nas seguintes formas:

- Integrada ao ensino médio;
- Integrada ao ensino médio na modalidade educação de jovens e adultos (PROEJA);
- Concomitante ao ensino médio;
- Subsequente ao ensino médio;
- Formação inicial e continuada de trabalhadores.

As formas mais comuns de oferecimento de cursos técnicos de nível médio são:

- Integrada: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- Concomitante: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental e esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso;
- Subsequente: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

O Ensino Médio no IFRS segue os Parâmetros Curriculares Nacionais, cumprindo as funções estabelecidas no Artigo 35 da LDB, sendo elas:

- I. A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Os cursos Técnicos de Nível Médio visam a uma formação emancipatória, buscando estratégias de ensino que priorizem a articulação entre as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, permitindo ao jovem a compreensão dos

fundamentos técnicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos, políticos e ambientais do sistema produtivo.

Educação de Jovens e Adultos

Com o decreto nº 5.478/2005 (posteriormente, substituído pelo Decreto nº 5.840/2006), o Governo Federal instituiu o PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos – buscando atender à demanda por elevação da escolaridade. Inicialmente, desde 2006, por meio da oferta de educação profissional técnica de nível médio e, a partir de 2009, através da formação inicial e continuada, em parceria com as redes de educação municipais, níveis dos quais os jovens e adultos, em geral trabalhadores, são excluídos.

Assumindo um caráter humanizador, que proporcione ao jovem e ao adulto o acesso à produção histórica da humanidade e à formação profissional que lhe permita compreender e atuar no mundo na busca de melhorá-lo, o PROEJA propõe uma formação que viabilize ao sujeito inserir-se de modos diversos no mundo do trabalho, inclusive gerando emprego e renda, sem abandonar aspectos de sua vida, como a religiosidade, a família, a participação social, política e cultural, constituindo-se como uma ação contínua na rede pública de ensino.

Articular a escolarização e o trabalho, no contexto do PROEJA, tem um sentido de alargamento de horizontes, promoção da reflexão sobre o processo de trabalho, melhoria nos relacionamentos interpessoais, desenvolvimento da consciência de coletividade, possibilidade de intervenção na realidade e de melhoria da qualidade de vida.

No IFRS, as ações do PROEJA se integram a uma política pública educacional que busca proporcionar condições para que todos os cidadãos tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita e de excelência. A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino com características específicas e isso demanda investimento na formação de professores para que possam entender e melhor atender a todas as questões relativas ao campo teórico que articula a educação profissional e a educação básica na modalidade da educação de jovens e adultos.

Sendo esse um público diferenciado, que exige práticas pedagógicas de conscientização e de transformação da realidade, é fundamental que as ações docentes valorizem as trajetórias de aprendizagem dos educandos, focando a qualidade dos processos.

O PROEJA tem garantido aos estudantes-trabalhadores não somente a escolarização, mas a inclusão social e a possibilidade de continuidade dos estudos através de um currículo que valoriza os saberes e promove uma prática pedagógica coerente com o propósito desse novo campo de estudo, que articula a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional.

Graduação

O ensino de graduação do IFRS está articulado com os demais níveis de ensino da instituição, com a pesquisa e com a extensão, e reflete uma política nacional de educação, ciência e tecnologia que visa à qualidade da formação profissional.

Nessa perspectiva, o papel do ensino de graduação está estreitamente vinculado ao ideário da gestão democrática, ao incremento tecnológico e à reflexão ética. O ensino de graduação está compromissado com a formação de cidadãos

trabalhadores, com a interculturalidade, com a democratização do conhecimento científico, tecnológico e pedagógico, com a promoção da cultura, tendo a pesquisa e extensão como princípios educativos.

O ensino de graduação difunde o exercício da autonomia, da liberdade para pensar, criticar, criar e propor alternativas que se traduzem concretamente na possibilidade de apresentar soluções próprias para os problemas enfrentados nesse nível de ensino. Nessa conjuntura, um grande desafio que se apresenta ao IFRS está relacionado à construção de uma postura investigativa (de curiosidade, debate e atualização), de modo que os egressos tenham condições para envolver-se em projetos de “educação permanente”.

A criação de novos cursos deve considerar a política de expansão a ser adotada pelo IFRS, devendo especificar as metas sociais e políticas que se pretende alcançar com a formação oferecida, a concepção curricular e sua respectiva proposta e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Além da adequação do projeto pedagógico às demandas locais e regionais, há que se considerar as potencialidades da instituição no que se refere às condições infraestruturais, bem como no tocante ao corpo docente especializado.

O IFRS oferece Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciaturas e Bacharelados. A concepção curricular dos cursos busca uma sólida formação profissional, em bases éticas e humanísticas, articulando os conhecimentos teóricos e práticos específicos com uma formação geral, tal como preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Inserção Regional

Um dos objetivos dos institutos federais é definir políticas que atentem para as necessidades e demandas regionais. Nesse sentido, o IFRS apresenta uma das características mais significativas que enriquecem a sua ação e o seu planejamento: a diversidade. Os *Campi*, como instituições de ensino profissional, atuam em áreas geográficas e realidades socioeconômicas distintas, tais como: a agropecuária, o setor de serviços, a área industrial, a vitivinicultura e o turismo.

Os *Campi* estão localizados em regiões que se constituem uma referência em termos de necessidade de formação profissional, em função da demanda de ingresso.

Bento Gonçalves, como sede da Reitoria do IFRS, é um centro regional de desenvolvimento, tanto da indústria, como do comércio, do turismo, dos serviços e uma região definida claramente como desenvolvida também pela agropecuária, com produtividade e formação técnica já consagrada a partir da qualidade de formação empreendida pelo então CEFET Bento Gonçalves.

Essa tradição no trato com a educação profissional, sob a égide da diversidade, candidata o Instituto Federal do Rio Grande do Sul a concentrar, na sua estrutura organizacional e de planejamento pedagógico, um centro de formação profissional capaz de atender as mais variadas demandas e necessidades regionais.

Caracterização socioeconômica e educacional das áreas de abrangência

A diversidade que caracteriza os *Campi* do Instituto Federal do Rio Grande do Sul em sua constituição social, econômica e educacional, permite considerar como riqueza que qualifica o planejamento pedagógico. Desde a região Norte ao Sul do Estado do Rio Grande do Sul, Erechim e Rio Grande são *Campi* que, geograficamente

se constituem opostos, mas contribuem com a unidade na diversidade do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Há uma constituição socioeconômica dos *Campi* de Erechim, Porto Alegre, Caxias, Bento Gonçalves e Rio Grande, especialmente, que se caracterizam como regiões desenvolvidas, bom nível econômico das famílias, demanda discente oriunda de regiões com bom poder aquisitivo em geral e que estão inseridas num contexto econômico de nível acima da média no RS.

No entanto, Restinga e Canoas – em função da localização dos *Campi* – são comunidades carentes, de baixo poder aquisitivo e de uma carência de formação profissional para inserção no mundo do trabalho, pois não tem, na sua maioria, a possibilidade de inserção em cursos superiores ou no mercado de trabalho.

O *Campus* Sertão, de características bem diversas dos demais *Campi*, está situado no interior de um município de aproximadamente 7 mil habitantes, cuja região de abrangência é marcadamente caracterizada por pequenos municípios, carentes de opções de trabalho e corpo discente oriundo de famílias de pequenos agricultores.

O *Campus* de Osório, região colonizada por açorianos, no litoral norte do RS, apresenta outras características distintas. Voltada ao turismo, 80% da população é urbana e carece de profissionais na área de serviços.

O atendimento a demandas de carência econômica ou a demandas de nível socioeconômico mais expressivo exige planejamento pedagógico bem definido em cada *Campi*, que têm a autonomia e liberdade para dinamizar as ações de ensino, pesquisa e extensão que atendam às especificidades de cada região. A concepção desta trilogia não pode dispensar a atenção às necessidades de atendimento às camadas mais carentes da sociedade, especialmente na oferta de FIC e PROEJA, possibilitando que os objetivos dos Institutos Federais sejam ratificados na prática em todas as modalidades e níveis desejados pela comunidade regional.

1.5.5 Ameaças e oportunidades observadas no ambiente de negócio do IFRS

O IFRS realizou, durante o ano de 2013 e 2014, por ocasião da elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, seminários de planejamento, a partir dos quais foi realizado um levantamento dos elementos internos e externos que poderiam trazer benefícios ou problemas à Instituição, na busca pela conquista de seus objetivos. Esses elementos foram cruzados com elementos identificados no Acórdão 506 (TCU, 2013), do Tribunal de Contas da União.

Em relação aos elementos internos, as forças (*strengths*) representam as características internas ou ativos que podem dar vantagens ou facilidades para o IFRS atingir os seus objetivos. Por outro lado, as fraquezas (*weaknesses*) representam características internas ou limitações em ativos que colocam a Instituição em situação de desvantagem ou causam dificuldades em atingir os objetivos. A análise do ambiente interno apresenta elementos que a instituição pode controlar. Nesse caso, são elementos que podem ser modificados nos setores, nas políticas ou nas decisões da gestão para que o IFRS possa ter sucesso na busca pelos seus objetivos. Em relação aos elementos do ambiente interno, foram levantadas as forças e fraquezas apresentadas no Quadro 03.

A análise do ambiente externo, ao contrário do ambiente interno, apresenta elementos que a Instituição não pode controlar. Nesse caso, são elementos que devem ser observados e as mudanças internas devem ocorrer para que a Instituição possa

aproveitar as oportunidades e minimizar ou eliminar as ameaças através de suas ações. No ambiente externo, as oportunidades (*opportunities*) representam situações externas atuais ou futuras que podem facilitar a atuação da instituição na busca por seus objetivos. As ameaças (*threats*) representam as situações possíveis externas que podem impedir a Instituição de atingir seus objetivos ou causar algum tipo de problema. A análise do ambiente externo e o tratamento dos elementos identificados também são importantes à Instituição que, mesmo sem ter o controle sobre esses elementos, poderá modificar suas decisões, objetivos, setores e políticas para evitar possíveis problemas e aproveitar as oportunidades identificadas. No que diz respeito aos elementos do ambiente externo, os seminários de planejamento apontaram as oportunidades e ameaças para o IFRS constantes no quadro 04.

Quadro 03 – Forças e fraquezas do IFRS

Forças	Fraquezas
1 - Processo decisório democrático	1 - Falta de padronização dos processos de trabalho
2 - Recursos financeiros disponíveis na instituição	2 - Ausência de normas para a regulamentação das atividades
3 - Alta qualificação dos servidores	3 - Dificuldades de planejamento e execução
4 - Possibilidade de formação plena do indivíduo - verticalização do ensino	4 - Dificuldade em dar transparência aos atos administrativos
5 - Abrangência geográfica do IFRS	5 - Fragilidade na comunicação
6 - Capacidade de desenvolvimento da estrutura	6 - Falta de percepção da unicidade institucional
7 - Oferta de cursos gratuitos em Instituição Federal	7 - Gestão de pessoas e relação com os servidores
8 - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	8 - Ausência de normas relativas à movimentação de pessoal
9 - Remuneração adequada dos docentes	9 - Problemas na infraestrutura física
10 - Política de permanência de alunos por meio de bolsas de auxílio	10 - Distribuição geográfica
11 - Comprometimento do quadro de servidores para o atingimento dos objetivos institucionais	11 - Inexperiência dos servidores em algumas atividades institucionais
12 - Experiências dos <i>Campi</i> mais antigos, enriquecendo as práticas	12 - Manutenção de procedimentos consolidados nos <i>Campi</i> mais antigos (resistência à mudança, apego a rotinas ultrapassadas)
13 - Autonomia pedagógica	13 - Falta de mecanismo de avaliação da qualidade de cursos (baixa qualidade do ensino)
	14 - Ausência de sistema integrado de gestão de informações (decisões equivocadas; falta de informações confiáveis; perda de tempo; dificuldade em obter informações)
	15 - Alta rotatividade dos gestores (desconhecimento das rotinas e normativos)
	16 - Insegurança para o estabelecimento de políticas de acesso de discentes que contemplem as especificidades dos <i>Campi</i>
	17 - Pesquisa incipiente na instituição

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018)

Quadro 04 – Oportunidades e ameaças do IFRS

Oportunidades	Ameaças
1 - Investimento do Governo no IFRS	1 - Descontinuidade da política de valorização da educação profissional (sucateamento da estrutura instalada; evasão de profissionais qualificados; comprometimento à credibilidade do IF)
2 - Alta demanda por cursos	2 - Falta de planejamento da expansão da rede
3 - Atuação em regiões geográficas distintas	3 - Definição centralizada (Setec) para a expansão da rede, com pouca participação do IF.
4 - Interação com os arranjos produtivos locais	4 - Evasão de Estudantes
5 - Política nacional de formação da Rede Federal	5 - Dificuldade para firmar parcerias para obtenção de recursos não orçamentários
6 - Reconhecimento institucional do ensino técnico e profissionalizante	6 - Fragilidade na comunicação externa e articulação com a Rede Federal
7 - Possibilidade de estabelecer parcerias para pesquisa e desenvolvimento tecnológico	7 - Perda de servidores qualificados
8 - Legislação que define a forma de escolha de dirigentes com participação paritária (corpo técnico, docente e discente)	8 - Ingerência política na movimentação de pessoal entre institutos federais (abertura de precedente)
9 - Possibilidade de criação de centros de excelência em pesquisa e extensão acadêmica	9 - Limitação legal para publicidade institucional (desconhecimento da população sobre os cursos, gratuidade; pequena procura)
10 - Possibilidade de desenvolvimento institucional através da qualificação dos servidores	10 - Falta de autonomia administrativa
11 - Estabelecimento de uma identidade visual	11 - Falta de autonomia jurídica

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018)

Em relação às ameaças, foram identificados onze itens. Os itens nº 1, 2, 4, 6, 7 e 9 tiveram, em sua avaliação, alta probabilidade de ocorrência e alto impacto no IFRS. Sendo assim, de acordo com as respostas indicadas, esses são itens importantes de serem dirimidos ou eliminados através de ações da gestão institucional. São ameaças que devem ser identificadas, analisadas e definidas ações para que, se ocorrerem, não causem um grande impacto na instituição. Por exemplo, analisando-se o item nº 2 – Falta de planejamento da expansão da rede, poderia-se prevenir das dificuldades de planejamento da rede, realizando-se um planejamento mais detalhado e acompanhado internamente, evitando eventuais problemas da expansão que já ocorreram em outras ocasiões.

1.5.6 Relacionamento com os principais clientes dos produtos e serviços

Considerando que o objetivo educacional do IFRS gira em torno dos pilares ensino, pesquisa e extensão, os principais clientes do IFRS podem ser definidos como o seu público discente (nos diversos níveis e modalidades), egressos e a comunidade em geral.

Assim, para atender aos clientes da melhor maneira possível, o IFRS busca desenvolver de forma articulada suas políticas de ensino, pesquisa e extensão. Para além

disso, desenvolve políticas de pós-graduação, política estudantil, política de egressos e política de ações afirmativas.

O norte de uma Instituição de Ensino são as suas políticas de ensino. São alguns exemplos de políticas de ensino do IFRS: seu compromisso com a educação profissional; a verticalização do ensino; a construção e reconstrução permanente de seus currículos; as práticas avaliativas, a busca por paradigmas democráticos para inclusão, acesso, permanência e êxito na instituição.

O IFRS estrutura a sua prática através da verticalização do ensino, de modo que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional atuem nos diferentes níveis e modalidades, compartilhando os espaços pedagógicos, estabelecendo itinerários formativos, por meio de ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, destaca-se a articulação da educação básica, profissional e superior. O IFRS, em consonância com o contexto de sua criação e comprometido com a concepção de Educação Profissional e Tecnológica que a justifica, aponta como suas ações fundamentais:

- oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, especialmente no que tange ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

- desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo intercultural e investigativo de produção e recriação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

- promoção da integração e da verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior;

- compromisso com a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no seu âmbito de atuação;

- desenvolvimento de ações de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

- realização e fomento da pesquisa aplicada, da produção de conhecimento do desenvolvimento cultural, da economia solidária, do cooperativismo e do desenvolvimento científico e tecnológico;

- fomento da produção, do desenvolvimento e da transferência de tecnologias sociais, com atenção especial às tecnologias assistivas e àquelas que visam à criação de estratégias de preservação do meio ambiente;

- integração com as comunidades locais por meio da participação em grupos, comitês e conselhos municipais e regionais;

- compromisso com a oferta de formação inicial e continuada de trabalhadores em educação.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão está diretamente relacionada à organização curricular e à flexibilização dos tempos e dos espaços escolares e extra-escolares. Os saberes necessários ao trabalho conduzem à efetivação de ações do ensino e aprendizagem, da pesquisa (elaboração e reelaboração de conhecimentos) e da extensão (ação-reflexão com a comunidade).

A indissociabilidade entre os três pilares deve promover a articulação das diferentes áreas do conhecimento e a inovação científica, tecnológica, artística, esportiva e cultural promovendo a inserção do IFRS nos planos local, regional, nacional e internacional e possibilitando que o conjunto de saberes produzidos perpassa os níveis e modalidades de ensino oferecidas pela Instituição.

A partir da verticalização do ensino, a circulação e a interlocução dos saberes entre os diferentes níveis pode ocorrer com maior ênfase através de projetos integradores, eventos e flexibilização das organizações curriculares. A verticalização do ensino também pode possibilitar que os educandos realizem seus estudos, progredindo na área de formação inicial na mesma instituição, possibilitando desta forma a construção e reconstrução contínua de saberes.

Essa organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes, por terem esses profissionais a possibilidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, o que faz que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização. Esses profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, em diferentes níveis da formação profissional, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A verticalização sintoniza-se com a diversidade e condiz com uma visão progressista de educação, com o compromisso de que o trabalho como princípio educativo pode ser um caminho privilegiado para a formação integral do ser humano, independente do nível de ensino em questão.

Em consonância com as diretrizes legais que estabelecem o direito das pessoas com necessidades específicas à igualdade de condições de acesso e permanência, com atendimento especial, o IFRS implementa em todos os seus *Campi* o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), que tem o objetivo de organizar e estimular projetos e programas educacionais para a convivência, consciência da diversidade e principalmente buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e de comunicação, buscando adequar-se à legislação no que diz respeito à acessibilidade física e prioridade de acesso (Lei 10.098/00, Lei 10.048/00, Decreto 5.296/06 e NBR 9050 da ABNT). É compromisso do NAPNE o fomento do processo de inclusão e de ações afirmativas, revelando o compromisso do IFRS com a formação integral do ser humano, em especial ao relacionamento que estabelece com o mundo do trabalho.

A educação inclusiva no IFRS visa atender às necessidades específicas de todos os estudantes, através do desenvolvimento de práticas pedagógicas com estratégias diversificadas. Os *Campi* têm implementado o que regem as Leis 10.639/03 e 11.645/08, sobre a inclusão de ações pedagógicas que contemplem as relações étnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena. Os *Campi* do IFRS possuem Núcleos de Estudos Afro- Brasileiros e Indígenas (NEABI), núcleos responsáveis por fomentar e organizar estudos e ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, incentivando a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

Os Núcleos de Gênero também estão sendo implementados em alguns dos *Campi* do IFRS. Seu principal objetivo é implementar a política da Diversidade de Gênero, com vistas a promover valores democráticos de respeito à diferença e à diversidade, articulando os setores da Instituição nas diversas atividades relativas à inclusão e diversidade de Gênero e Sexualidade.

Para tanto atender aos requisitos legais como promover ações inclusivas, a instituição prioriza a aquisição e a utilização de recursos materiais e técnicas avançadas e investe na formação dos servidores para que desenvolvam e atuem com competência em contextos de diversidade.

O IFRS, como instituição integrante da rede pública brasileira de educação, tem como compromisso contribuir para a democratização e expansão do ensino público e gratuito, buscando assegurar a igualdade de condições de acesso. Nesse sentido, a forma de ingresso aos cursos regulares do IFRS é mediante processo de seleção pública. O número de vagas para os cursos está definido nos Projetos Pedagógicos de cada curso, adequando-se às demandas regionais e às especificidades de cada *Campus*.

No que tange à permanência dos educandos nos cursos, o IFRS possui políticas de assistência estudantil diferenciadas e bastante abrangentes que envolvem diversas modalidades de auxílio, com ênfase à moradia, alimentação, transporte, entre outras.

No âmbito de cada *Campus* existem projetos de apoio pedagógico que visam auxiliar os discentes no sentido de obterem êxito em seus estudos, através de oficinas, aulas de reforço e sessões especiais de monitoria por área/disciplina, entre outros.

Em relação à arte, cultura e esporte, existe o incentivo às atividades que integrem e desenvolvam habilidades artísticas e desportivas junto aos educandos, seja na música, dança, teatro ou artes visuais, ou atividades voltadas ao esporte, atividades físicas e lazer. Destacam-se as equipes esportivas, tanto nas modalidades tradicionais de esporte coletivo (futebol, futsal, vôlei, basquete, handebol, quanto nas modalidades individuais, como xadrez, tênis de mesa e atletismo). Com um grande potencial para ampliar essa oferta de modalidades na medida em que os espaços qualificados para a prática de atividades físicas forem construídos em cada *Campus*. Outra forte atividade de integração dos educandos são as atividades culturais, inclusive realizando apresentações em outros Institutos Federais e em eventos de entidades civis.

O IFRS trabalha também através da criação de tempos e espaços voltados para a discussão das práticas pedagógicas nos *Campi*, com foco especial no acompanhamento e na análise do desempenho dos educandos, com o intuito de superar os índices de evasão e retenção identificados na Instituição.

As atividades práticas e o estágio são concebidos no IFRS como um espaço privilegiado de articulação entre a teoria e a prática, bem como de integração entre os currículos e o mundo do trabalho em todos os cursos, níveis e modalidades de ensino.

Mediado pela intervenção pedagógica numa perspectiva interdisciplinar do currículo, o estágio curricular é parte integrante do percurso formativo, e, como tal, está previsto no Projeto Pedagógico dos diversos cursos ofertados pelo IFRS.

Alguns princípios básicos que orientam as políticas de ensino, pesquisa e extensão, também tomam centralidade nas políticas que orientam a concepção de práticas e estágio como componente curricular dos cursos do IFRS: a verticalização e a transversalidade, a indissociabilidade entre teoria e prática, a pesquisa como princípio educativo e o trabalho como princípio educativo.

Sendo assim, as atividades de prática e estágio são de caráter prático, pedagógico e de aprimoramento técnico e científico, devendo oportunizar a vivência de situações reais do cotidiano profissional. A experiência de estágio contribui para que o estudante construa autonomia de pensamento e de ação com vistas à resolução de problemas na área profissional de sua formação, além de vivenciar a cultura laboral na sua área de atuação. A inserção no ambiente de trabalho ao longo do percurso de formação acadêmica contribui significativamente para a promoção do desenvolvimento do espírito e do pensamento reflexivo.

As políticas de estágio, seus processos de gestão e acompanhamento permanente, bem como a regulamentação dos processos inerentes às relações entre o IFRS e o mundo do trabalho são coordenados pela Pró-Reitoria de Extensão em conjunto com os *Campi* de forma a atender as especificidades das diversas realidades e cursos do IFRS.

Para fins de normatização, a Pró-Reitoria de Extensão define Instruções Normativas próprias que orientam os processos de gestão, execução e registros dos estágios no IFRS.

As políticas de pesquisa do IFRS pautam-se pelas finalidades e objetivos preconizados na lei de criação dos Institutos Federais, fomentando a realização de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, além de criar mecanismos para estender seus benefícios à sua região de abrangência, sem descuidar do alcance nacional e internacional.

Da mesma forma, as políticas de pesquisa do IFRS buscam o alinhamento com Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, o qual define as novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Da mesma forma, alinha-se ao documento Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015, o qual define a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de situar o Brasil na vanguarda do conhecimento científico e tecnológico,

O IFRS busca priorizar a realização de projetos de pesquisa e programas de cooperação e intercâmbio direcionados à implementação de ações técnico-científicas, para a execução de atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação com vistas ao atendimento das demandas locais, regionais e nacionais. Nesse intuito, estabelece e mantém intercâmbio com instituições científicas nacionais e internacionais, empresas de diferentes segmentos produtivos, visando firmar contatos e convênios sistemáticos na área da pesquisa aplicada, promovendo o intercâmbio entre pesquisadores e discentes, além do desenvolvimento de projetos comuns.

O Instituto possibilita, ainda, dentro da linha de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, programas de cooperação e intercâmbio técnico-científico, os quais buscam definir, planejar, coordenar e executar estudos, levantamentos, pesquisas, planos e programas destinados ao aprofundamento do conhecimento técnico-científico, dar apoio mútuo na promoção e desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologia, prestação de serviços, intercâmbio de informações técnico-científicas, ensino e treinamento relevantes para os interesses das instituições colaboradoras, atividades culturais de disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

A atividade de pesquisa científica e tecnológica, portanto, vem sendo institucionalizada no IFRS como um dos pilares da atividade acadêmica em todos os níveis e modalidades, indissociada do ensino e da extensão, na qual os pesquisadores buscam produzir conhecimentos, contribuindo para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social, tecnológico e cultural.

No que se refere à inovação o IFRS, como instituição de educação científica e tecnológica, tem a missão de promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do País.

É papel do IFRS, através do seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação gerir sua política de inovação tecnológica, fazendo parte desta, atividades como celebração de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento de patentes de sua propriedade, prestação de serviços de consultoria especializada em atividades desenvolvidas no âmbito do setor produtivo, estímulo à participação de servidores em projetos com foco na inovação, capacitação de técnicos e pesquisadores em relação à cultura de inovação, dentre outras. Cabe também ao núcleo viabilizar a transferência do conhecimento científico e

tecnológico gerado na instituição para a sociedade bem como promover a adequada proteção das invenções geradas no âmbito do Instituto Federal do Rio Grande do Sul a fim de contribuir para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico do país.

A institucionalização e consolidação da pesquisa ocorrem através da participação ativa dos *Campi* do IFRS, o que vem permitindo expressivo cadastro de Grupos e Linhas de Pesquisa no Diretório de Pesquisa do CNPq com a respectiva certificação pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

O desenvolvimento das pesquisas desenvolvidas pelos Grupos e Linhas de Pesquisa nos *Campi* do IFRS alinha-se à expertise das áreas do conhecimento de oferta dos cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como aos programas, projetos e ações de extensão, com o objetivo de contribuir para a produção, a sistematização e a disseminação do conhecimento de forma integrada. Assim, o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam acompanhando o princípio da verticalidade.

Os processos de pesquisa, sejam de cunho pedagógico e/ou científico, partem do desenvolvimento de práticas investigativas intensificando-se até a geração de soluções técnicas e tecnológicas, às demandas sociais e peculiaridades regionais, tendo como foco a extensão de seus benefícios para a comunidade.

O IFRS tem como prioridade incentivar as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos trabalhadores em educação e discentes. Nesse sentido, compreende como fundamental a articulação da qualidade do ensino ao desenvolvimento científico, pedagógico, artístico, esportivo, tecnológico e cultural de nossa região. Busca priorizar projetos de pesquisa e programas de iniciação científica vinculados aos objetivos do ensino e extensão, e inspirados em proposições e demandas locais, regionais e nacionais. Nesse intuito, estabelece e mantém intercâmbio com instituições científicas nacionais e internacionais, visando firmar contatos e convênios sistemáticos entre pesquisadores, promovendo o intercâmbio entre trabalhadores em educação e educandos de diferentes instituições nacionais e internacionais, além do desenvolvimento de projetos comuns entre as instituições.

As políticas de Pós-Graduação do IFRS buscam assegurar a necessária articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista o compromisso de contribuir para o desenvolvimento nacional, com destaque à sua atuação no plano local e regional, conforme prevê o PDI. O IFRS vem buscando, portanto, ofertar uma educação que possibilite aos indivíduos gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade.

As políticas de Pós-Graduação estabelecem que os Programas de Pós-Graduação devem levar em consideração a indissociabilidade entre a prática do ensino e da pesquisa; o ensino e a pesquisa como atividade estratégica de verticalização das atividades acadêmicas; o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com os impactos nos arranjos produtivos locais; o comprometimento com a inovação tecnológica e com a transferência de tecnologia para a sociedade; a formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica e a formação de profissionais para a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica.

A ação extensionista é compreendida, no contexto do IFRS, como a prática acadêmica que interliga o próprio Instituto, nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de profissionais aptos a exercerem a sua cidadania, a contribuírem e a humanizarem o mundo do trabalho. É por meio da extensão que o Instituto contribui de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, articulando teoria e prática e produzindo novos

saberes. É por meio da extensão que se dá o processo de revitalização institucional, isto é, a instituição reflete a partir das demandas e experiências externas, já que a sua razão de existência é atender aos anseios da comunidade.

O IFRS objetiva, do ponto de vista das políticas de extensão: a otimização das relações de intercâmbio institucional com a sociedade voltadas para a reflexão-ação em torno das necessidades sócio-educacionais e econômicas locais e regionais; a divulgação do conhecimento produzido no Instituto; o fortalecimento das ações conjuntas envolvendo ensino, pesquisa e extensão em consonância com as necessidades sociais; a promoção de atividades de extensão em todos os *Campi* do instituto, bem como em seus núcleos avançados; a captação e a oferta de recursos destinados ao incentivo e apoio às ações extensionistas; a divulgação das ações para reforçar e ampliar parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais e não governamentais, no âmbito da União, do Estado e dos Municípios, visando contribuir para a definição de políticas públicas de extensão em ações efetivas de combate à exclusão em todos os setores da sociedade.

O IFRS entende que a extensão fortalece a sua relação com a comunidade, porque propicia a participação institucional em ações sociais que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. É na medida em que socializa seu conhecimento que o Instituto tem a oportunidade de exercer a responsabilidade social que lhe compete e efetivar o compromisso que assume, através de sua missão, com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da educação.

O compromisso social manifesta-se na colaboração, no conhecimento e na transformação da comunidade, por meio de uma atuação eficaz, que compreenda a educação como processo social de formação do indivíduo para o exercício livre e responsável da cidadania.

As ações de extensão, regularmente vinculadas às práticas profissionalizantes dos alunos, são desenvolvidas de maneira integrada e buscam, no primeiro plano, o envolvimento destes sob a supervisão de docentes como co-gestores das iniciativas empreendidas nesse campo. Em segundo plano, são buscadas parcerias com o poder público e segmentos organizados da sociedade, seja na prestação de assessorias e consultorias, seja em ações que resultem na proposição de ações que objetivem o atendimento das necessidades mais relevantes dos educandos.

Como instituição voltada para a região na qual se insere, os projetos de ensino, pesquisa e extensão do IFRS nascem da identificação das necessidades regionais, tanto sociais quanto econômicas. Esse diálogo necessário com a sociedade promove a geração de conhecimentos novos, de tal forma que permite a introdução de inovações para responder às necessidades da complexa realidade social e do mundo do trabalho.

Sendo assim, o IFRS assume sua função social que faz parte da trama de poderes ligados a interesses políticos, econômicos e sociais, estabelecendo diálogo entre instituição e sociedade através da execução de projetos e programas de alcance social, tanto no âmbito da instituição quanto em seu entorno.

Além dos programas e projetos institucionais comprometidos com a educação integral e o desenvolvimento integral do cidadão, o IFRS engaja-se nos Programas Sociais do Governo que têm interface com a educação. Dentre esses, pode-se citar: - políticas de cotas para ingresso em todos os níveis e modalidades do ensino técnico e tecnológico; - Programa Nacional de Acesso em Emprego e Trabalho; - Programa Mulheres Mil.

A Política de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, é constituída por um conjunto de ações que visam à manutenção do vínculo do egresso com a instituição. O acompanhamento de egressos, por sua vez,

trata-se de ação específica cujo objetivo é o acompanhamento do itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Os egressos, portanto, se revelam como atores potenciais na articulação com a sociedade, como uma das fontes de informações que possibilitam retratar a forma como são percebidas e avaliadas as instituições, tanto do ponto de vista do processo educacional como no nível de interação com a sociedade.

A Política de Egressos, por meio do acompanhamento dos mesmos, possibilita o levantamento de informações em relação aos egressos e o mundo do trabalho, resultando em dados imprescindíveis para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição.

O objetivo do acompanhamento de egressos, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul objetiva, por meio da coleta de informações junto aos egressos, analisar a formação acadêmica dos cursos ofertados, principalmente em relação a 3 (três) aspectos: a empregabilidade dos egressos, a continuidade dos estudos após a conclusão do curso e a avaliação, pelos egressos, da formação educacional recebida. Dessa maneira, a organização dos dados se traduz em indicadores, qualitativos e quantitativos, servindo de subsídios para a orientação da oferta educacional regular e para a organização de programas de educação continuada voltados aos egressos.

1.5.7 Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm, dentre suas finalidades e características, a necessidade de orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito da atuação da instituição.

As transformações sociais e econômicas, entretanto, são marcadas pelo seu dinamismo, resultando em desafios ao processo educacional. Dessa forma, são necessárias estratégias para que as instituições tenham condições de acompanhar essas transformações, na perspectiva de uma avaliação contínua da formação profissional ofertada, dos seus currículos, do perfil profissional do egresso e da necessidade de uma formação profissional continuada.

Dentre os possíveis riscos de mercado, pode-se apontar, por exemplo, que na proposta de criação de novos cursos e/ou alteração de cursos já existentes, não se faça uma análise ou leitura adequada do cenário e da demanda da sociedade. A fim de abrandar tal risco, o IFRS tornou obrigatória, através de Resolução específica, a confecção de Relatório de Desenvolvimento Institucional para abertura e alteração de cursos dos *Campi* do IFRS. Dentre os pontos a serem detalhados e criteriosamente analisados no Relatório de Desenvolvimento Institucional, estão: a relevância do curso (estudo de demanda local e regional, benefício social e contribuição para o desenvolvimento regional, possibilidade de verticalização da formação, ofertas similares no IFRS e na região), a infraestrutura e os recursos humanos necessários e a relação com o mundo do trabalho, apontando possibilidade de atuação profissional do egresso. A proposta de curso deve ainda estar alinhada com o planejamento do Termo de Acordo de Metas e Compromissos e/ou Plano de Desenvolvimento Institucional e com as políticas definidas no Projeto Pedagógico Institucional.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Planejamento organizacional

O desenvolvimento do IFRS, enquanto instituição pública de ensino, baseado nos princípios da gestão pública e para o cumprimento de sua missão, se faz através do planejamento da gestão. A gestão utiliza os conceitos relacionados ao planejamento estratégico para o estabelecimento dos seus planos, sendo o planejamento de longo prazo determinado para o período de cinco anos¹. Considera-se o planejamento estratégico uma técnica administrativa capaz de criar a consciência de alguns elementos para toda a organização: os seus pontos fortes, fracos, as suas ameaças e oportunidades, além dos seus objetivos e metas (REZENDE, 2002)².

O planejamento estratégico trata-se, assim, de uma programação estratégica para a articulação e a elaboração de visões que os gestores obtêm de diversas fontes. Observa-se, também, que a administração pública brasileira tem procurado implementar processos de modernização na gestão das organizações públicas para que se possa ter a governança e o controle da sociedade sobre os processos realizados nesse tipo de organização. Esse processo de evolução pode utilizar o planejamento estratégico para a sua relação com a sociedade, com o estabelecimento de objetivos e ferramentas para o seu acompanhamento e controle.

A elaboração de um planejamento robusto e formal não basta. É preciso, mais do que isso, buscar atingir os objetivos e as metas e a realização de um esforço para acompanhar a sua execução. “É necessário sua formalização por uma metodologia que relate um processo dinâmico, interativo, flexível e inteligente” (REZENDE, 2002, p. 38).

Dentro de tal perspectiva, o ano de 2014 foi marcado por intensas atividades visando à conclusão e aprovação junto ao CONSUP do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS para o quinquênio 2014-2018. Nesse processo de elaboração do PDI 2014-2018, o IFRS realizou um processo de levantamento, do ponto de vista de seus gestores, dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação e dos discentes, referente às definições de sua matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, bem como à definição das prioridades em relação aos seus objetivos estratégicos.

Em resumo, o processo de planejamento conta com dois processos institucionais de planejamento. O primeiro, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é elaborado para o longo prazo. Nesse caso, no prazo de cinco anos, conforme as definições estabelecidas pelo Decreto 5773/2006. Posteriormente, há a definição de planos de curto prazo. Trata-se dos planos de ação anuais, com os quais relacionam-se, ainda, os planos anuais de aquisições e os planos diretores de tecnologia da informação (PDTI).

Dentro das metodologias de planejamento, os Planos de Ação são os elementos de curto prazo. Eles são definidos no ano anterior e possuem a vigência de um ano. No ano de 2016 foi elaborado e aprovado o plano de ação para o ano de 2017, e executado o Plano de Ação referente a 2016. A partir da execução há uma prestação de contas, conforme exigências do Tribunal de Contas da União, através de processo específico e do Relatório de Gestão referente àquele ano. Os planos de ação não são apresentados neste documento, pois possuem horizonte de tempo de curto prazo (um ano). Porém, as ações a serem planejadas e executadas anualmente devem seguir as definições estabelecidas no PDI. Em especial, as ações devem ser planejadas para que se consiga, no longo prazo, atingir os objetivos e metas definidos neste plano.

Existem variadas metodologias para a elaboração de planos estratégicos e planos de ação. Um Plano de Ação é um plano de curto prazo e é considerado uma das últimas etapas da elaboração do Planejamento Estratégico. Deve ser baseado em ações que possam ser executadas para que a organização alcance os objetivos definidos. Em geral, o Plano de Ação apresenta ações que serão

¹ O horizonte tempo de planejamento estratégico pode variar de acordo com o tipo de organização. Cinco anos é o tempo estabelecido no Decreto 5773/2006, do MEC, para as organizações que elaboram o PDI.

² REZENDE, D. A. Tecnologia da Informação Integrada à Inteligência Empresarial: alinhamento estratégico e análise prática nas organizações. São Paulo: Atlas, 2002.

realizadas no prazo de um ano (curto prazo), com o estabelecimento das ações, orçamento e cronograma.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – IFRS – 2014-2018 foi elaborado a partir de um processo amplo de discussão da instituição com a sua comunidade, durante os anos de 2013 e 2014. O que o IFRS realizou em seu processo de planejamento foi baseado nas metodologias tradicionais relacionadas ao planejamento estratégico. Como o IFRS possui a característica de ser uma instituição pública, é necessário que se realize a prestação de contas, ao final de cada ano de exercício das suas atividades, com a demonstração dos resultados da gestão institucional. No PDI-IFRS, utilizou-se uma metodologia adaptada da proposta por Vasconcelos e Pagnoncelli (2001)³ que contempla os seguintes itens: missão, visão, princípios, análise do ambiente interno e externo, objetivos e metas estratégicas.

Foram formados três tipos de comissões, que tiveram o trabalho integrado na construção do PDI, estabelecendo e executando todas as atividades que foram realizadas na construção do documento. A Comissão Central, com formação ampla, representada por todos os segmentos da comunidade acadêmica, ficou responsável pela coordenação geral dos trabalhos e pela supervisão do desenvolvimento das ações, eventos e etapas. As Comissões Temáticas, formadas por pessoas especialistas das áreas relacionadas aos temas referentes aos capítulos do PDI, foram responsáveis por fomentar, respaldar, articular e promover eventos que possibilitassem a reflexão e discussão do tema de sua responsabilidade. Já as Comissões Locais, formadas em todos os *Campi* do IFRS, foram responsáveis por divulgar e viabilizar atividades e eventos, dar publicidade às informações e documentos, bem como promover a realização de eventos e construção de propostas nos seus locais de representação.

As comissões realizaram o trabalho em conjunto, a partir da coordenação da Comissão Central, relacionando-se e atuando de forma articulada na Reitoria e nos *Campi* do IFRS. Ao longo dos anos 2013 e 2014, diversas reuniões foram realizadas na Reitoria e seminários foram realizados em todos os *Campi* para o estabelecimento de um planejamento participativo e que levasse em conta todas as especificidades dos *Campi*.

Os elementos do planejamento que foram elaborados iniciaram com a redefinição de itens que já estavam definidos no PDI-IFRS-2009-2013: missão, visão e princípios institucionais. Após a revisão de tais itens, realizou-se um levantamento relacionado aos elementos que são mutáveis do planejamento estratégico, ou seja, dos itens que podem sofrer mudanças ao longo do tempo e que devem ser analisados pelas organizações para poder implementar as suas mudanças ao longo da execução dos seus planos. A análise do ambiente interno e externo da instituição foi realizada a partir do levantamento das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Além disso, houve a definição de objetivos estratégicos e de metas para os próximos 5 anos. Posteriormente, de acordo com as necessidades identificadas a cada ano, deverá ser realizada a elaboração dos planos de ação anuais, para que o IFRS consiga colocar em prática os planos que foram elaborados.

Para a revisão da missão, visão e princípios institucionais, foram realizadas reuniões com todas as pró-reitorias e diretorias da Reitoria do IFRS no primeiro semestre de 2013, onde foi solicitada, também, a avaliação do alcance de itens como objetivos e metas de cada área de gestão. Foram realizados, entre outubro e dezembro de 2013, seminários de planejamento para elaboração do PDI em todos os *Campi* e na Reitoria do IFRS, objetivando sensibilizar a comunidade acadêmica a participar da construção do documento, além de apresentar a metodologia de elaboração, as atividades e papéis das comissões de elaboração, bem como efetuar o levantamento de itens para a realização de um diagnóstico do ambiente interno e externo do IFRS e acolher sugestões, dúvidas e críticas em relação ao processo de elaboração do PDI.

Para a análise do ambiente interno e externo, foram levantados, por amostragem, em alguns *Campi* do IFRS e na Reitoria, os itens para a formação da matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da instituição, que foram cruzados com itens relacionados pela auditoria

³ VASCONCELLOS FILHO, P.; PAGNONCELLI, D. Construindo Estratégias para Vencer: um Método Prático, Objetivo e Testado para o Sucesso da Sua Empresa. Rio de Janeiro: *Campus*, 2001.

do TCU (Tribunal de Contas da União) para toda a rede federal de educação profissional e tecnológica.

Durante as reuniões com as pró-reitorias, no primeiro semestre de 2013, efetuou-se o levantamento dos objetivos estratégicos e das metas institucionais para os anos 2014 a 2018. A partir disso, foram realizadas reuniões junto aos comitês de apoio às áreas de gestão, apresentando-se as definições de objetivos e metas e solicitando-se as novas definições para a sua inclusão no PDI-IFRS-2014-2018.

No início de 2014 foi realizado o levantamento do plano de oferta de novos cursos, onde foi solicitado a todos os *Campi* do IFRS o estabelecimento de quais os cursos e a oferta de vagas que seria apresentada à sociedade entre os anos 2014 e 2018. O planejamento estabeleceu os cursos e vagas a serem ofertados no ensino presencial e na educação a distância (EaD). O levantamento foi realizado, em cada *Campi*, com a participação de toda a comunidade acadêmica e com a definição baseada em estudos de demanda de acordo com a realidade de cada município em que os *Campi* se situam.

Juntamente com o planejamento da oferta, os *Campi* do IFRS realizaram um planejamento da ampliação dos quadros docente e técnico administrativo, em que a relação de cada curso com a carga horária dos docentes e com a necessidade de ampliação do número de técnicos administrativos foi analisada para a solicitação de novas vagas a serem disponibilizadas em concursos.

Após levantamento da matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, da revisão da missão, visão e princípios e dos objetivos estratégicos e metas institucionais de cada área, esses itens foram apresentados para a comunidade acadêmica em um sistema de avaliação, através do qual foi possível realizar a leitura e análise dos itens que foram levantados, avaliar sua adequação, sua probabilidade de ocorrência e impacto no Instituto, bem como sugerir modificações. O sistema de avaliação permaneceu aberto durante 15 dias, entre os meses de agosto e setembro de 2014, para o recebimento de respostas. No total, duzentos e trinta (230) respondentes realizaram as suas avaliações, sendo 62 docentes, 97 técnicos administrativos, 69 discentes e 2 membros da comunidade externa ao IFRS.

O passo seguinte diz respeito aos planos de ação anuais, cujas ações a serem planejadas e executadas anualmente devem seguir as definições estabelecidas no PDI, devendo-se prestar contas ao Tribunal de Contas da União através de processo específico e do Relatório de Gestão referente àquele ano.

Por último, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas anuais, cuja regulamentação é feita pelo TCU através de instruções normativas e portarias que orientam e definem os itens que as unidades jurisdicionadas deverão incluir nos relatórios de gestão anuais e os processos de prestação de contas, com base nas suas decisões normativas.

A partir daquilo que foi planejado, cabe destacar alguns sucessos e impactos positivos da atuação do IFRS no decorrer do ano de 2016. Cada ação proposta e desenvolvida representou um grande desafio, sobretudo pelos fluxos impostos pela legislação e pela máquina pública, acarretando em um processo burocrático pouco conhecido por grande parte dos servidores, que em sua maioria ingressaram há pouco tempo na Rede Federal. Entretanto, considerando os resultados obtidos, pode-se concluir que houve superação frente aos desafios e, sobretudo, compromisso com a qualidade das ações.

Os RAR (Relatórios de Ações e Resultados) do IFRS, relativos a execução do Plano de Ação 2016, separados por *Campus* e Pró-Reitorias, estão disponíveis em: <http://ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=313>.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos para o exercício de 2016 foram estabelecidos no Plano de Ação anual.

O Plano de Ação para o ano 2016 do IFRS foi elaborado com base na estrutura básica de gestão que é comum às Pró-Reitorias e aos *Campi*. O documento contempla as especificidades dos *Campi* e os aspectos gerais do IFRS, bem como a divisão de sua estrutura administrativa baseada no Estatuto e Regimento Geral da Instituição.

Através dos Comitês de Apoio, as Pró-Reitorias desenvolvem e sistematizam as definições e o fomento necessário aos *Campi*, relacionados às áreas de gestão: Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração e Desenvolvimento Institucional. Os *Campi* do IFRS elaboram as suas ações com base nessas estruturas, de forma conjunta com a proposta orçamentária. As Pró-Reitorias estabelecem ações, com base na mesma estrutura, referindo-se às necessidades gerais relacionadas ao IFRS ou que são comuns a todos os *Campi*, tendo sido baseadas nos seus planos específicos e nas discussões dos Comitês de Apoio. As ações contemplam programas, projetos e propostas de regulamentações e se revestem de caráter de apoio às iniciativas dos *Campi*, instâncias em que efetivamente ocorrem as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFRS.

Os principais objetivos estratégicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS, definidos no PDI 2014-2018, a partir das áreas de gestão e das áreas institucionais estão presentes no Quadro 06 (Anexo B).

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O planejamento estratégico do IFRS encontra-se em fase de implementação, uma vez que vigora entre os anos de 2014 e 2018. A Resolução nº 117, de 16 de dezembro de 2014, aprovou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRS para o período 2014-2018. Considerando essa situação, o plano encontra-se também em processo permanente de acompanhamento, motivo pelo qual ele pode, no decorrer deste período, passar por processos de revisão de seus macroprocessos, adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos delineados.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Concomitante com o PDI, o IFRS baliza sua atuação por meio do Plano de Ação anual, Plano de Aquisições, Plano Estratégico e Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos

O monitoramento da execução dos resultados ocorre em relação ao plano de ação. Semestralmente, cada unidade do IFRS (*Campi* e Pró-Reitorias) faz o acompanhamento da realização das ações/metasp vinculadas a cada objetivo estratégico, destacando o status das mesmas em termos de efetivação. Esse monitoramento, efetuado por meio de planilha produz um Relatório de Ações e Resultados (RAR) em dois momentos distintos do ano (junho e dezembro), o que permite a identificação de distorções e proporciona a oportunidade de correção/ajuste de estratégias a fim de alcançar os objetivos estabelecidos.

2.2 Desempenho Orçamentário

2.2.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro 07 – Ação/Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	20RG		Tipo: Atividade			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão Código: 1009					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.658.537,00	3.658.537,00	3.658.537,00	1.019.477,44	1.019.477,44	-	2.639.059,56
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.	Projeto Viabilizado	03	04	12		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
9.549.282,92	8.315.645,93	782.168,44	Construção, modernização, ampliação e reforma de bens imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Modernização tecnológica de laboratórios por meio da aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.	Projeto viabilizado	19	

Fonte: Tesouro Gerencial - Data da extração dos dados: 16/02/2017

Quadro 08 – Ação/Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial						
Código	20RL Tipo: Atividade						
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão Código: 1009						
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
52.167.448,00	51.880.942,00	49.963.514,60	36.203.019,55	35.475.743,07	727.276,48	13.760.495,05	
Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades				Estudante matriculado	17.631	-	17.507
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
14.116.328,73	10.284.379,43	1.804.942,81	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.	Estudante matriculado	13.679		

Fonte: Tesouro Gerencial – Data da extração dos dados: 16/02/2017

Quadro 09 – Ação/Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	2994 Tipo: Atividade					
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão Código: 1009					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.224.447,00	10.224.447,00	10.211.309,51	9.800.848,10	9.790.526,40	10.321,70	410.461,41
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.		Benefício concedido	22.767	-	27.986	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
588.651,24	519.173,49	69.477,75	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.	Benefício Concedido	842	

Fonte: Tesouro Gerencial – Data da extração dos dados: 16/02/2017

Quadro 10 – Ação/Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	6380 Tipo: Atividade					
Título	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão Código: 1009					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Suporte à implementação da expansão e da reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio da modernização de laboratórios, modernização do processo didático-pedagógico, aquisição de material permanente, bem como suporte à manutenção das unidades visando à melhoria da qualidade da oferta de cursos. Apoio a programas e a projetos da Rede Federal nas áreas de educação profissional e tecnológica, extensão tecnológica, pesquisa aplicada e inovação, de educação do campo e de elevação da escolaridade de jovens e adultos, inclusive por meio de oferta de bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, aquisição de equipamentos e outros, implementação e promoção de ações educativas, científicas e culturais; Capacitação de docentes e técnicos-administrativos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.		Iniciativa apoiada	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
38.211,46	26.691,34	4.737,02	Suporte à implementação da expansão e da reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio da modernização de laboratórios, modernização do processo didático-pedagógico, aquisição de material permanente, bem como suporte à manutenção das unidades visando à melhoria da qualidade da oferta de cursos. Apoio a programas e a projetos da Rede Federal nas áreas de educação profissional e tecnológica, extensão tecnológica, pesquisa aplicada e inovação, de educação do campo e de elevação da escolaridade de jovens e adultos, inclusive por meio de oferta de bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, aquisição de equipamentos e outros; Capacitação de docentes e técnicos-administrativos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Unidade Apoiada		

Fonte: Tesouro Gerencial – Data da extração dos dados: 16/02/2017

AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA DO EXERCÍCIO – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS

Não se aplica. O IFRS não executou no exercício restos a pagar não processados de ações não mais previstas na LOA do exercício de referência do relatório.

AÇÕES – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – OI

Não se aplica. O IFRS não recebeu recursos do orçamento de investimento da União.

Análise Situacional

De modo geral, as ações vinculadas ao programa temático atingiram suas metas em 2016. Os recursos aplicados garantiram a ampliação do número de vagas disponibilizadas, a melhoria e manutenção dos espaços físicos, a permanência dos alunos na escola e a expansão dos cursos de educação tecnológica.

Os principais fatores intervenientes que prejudicaram o desenvolvimento das ações no ano 2016 foram as liberações parciais de orçamento e de financeiro.

Nesse ano, a Lei Orçamentária Anual foi aprovada no dia 14 de janeiro, porém, por dois meses houve a liberação de 1/12 do orçamento, possibilitando basicamente o empenho de despesas obrigatórias. No final do mês de fevereiro recebemos limite orçamentário para empenho, que, somado aos já repassados, totalizaram 80% do custeio e 40% do investimento. As liberações parceladas do orçamento continuaram até o mês de outubro, quando não havia mais tempo hábil para desenvolvimento de determinados projetos. Não houve qualquer comunicação oficial do percentual que seria contingenciado, gerando insegurança aos gestores para desenvolver o planejamento anual.

No início do mês de outubro, a Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) solicitou o bloqueio de crédito orçamentário para remanejamento de R\$ 2.174.542,00. Optou-se pelo bloqueio de outras despesas correntes, nas ações 20RL e 4572.

Aliado a esse cenário de incerteza em relação ao orçamento, houveram liberações financeiras parciais e, portanto, insuficientes para o pagamento de todas as despesas liquidadas durante o mês, fazendo com que vários fornecedores deixassem de entregar as mercadorias. O desenvolvimento das ações não foi ainda mais prejudicado porque os limites autorizados para empenho poderiam ser utilizados numa ação em detrimento de outras, respeitando a categoria econômica. Além disso, houve a possibilidade de troca entre os limites de custeio e investimento, conforme necessidade e prioridade da Instituição, possibilitando que os recursos de investimento tivessem um percentual de execução elevado, em relação ao contingenciamento estabelecido.

A ação 20RG teve a meta física inicial superada, pois inicialmente previu-se que esse orçamento seria utilizado para complementar os empenhos do bloco de mecânica do *Campus* Ibirubá e do bloco administrativo do *Campus* Alvorada, além de licitar a construção do pátio, reservatório e subestação do *Campus* Rolante.

De acordo com o percentual de limite de empenho de investimento recebido, foram realizados os empenhos complementares das obras licitadas em 2014, listadas anteriormente; e também o aditivo de reforma da Reitoria e de conclusão da obra do bloco A2 do *Campus* Caxias do Sul. Também foram empenhados reajustes pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC) dos últimos 12 meses considerando a data da proposta para as obras do pátio e bloco administrativo do *Campus* Alvorada e do bloco de mecânica do *Campus* Ibirubá.

Com o recebimento de limite orçamentário de investimento no segundo semestre, foi possível aditar a obra do bloco de convivência do *Campus* Osório e da biblioteca do *Campus* Canoas, para finalizá-las; adquirir computadores no *Campus* Farroupilha, Canoas e Osório, mobiliário no *Campus* Caxias, e equipamento de laboratório no *Campus* Erechim; além de reajustes e compensações financeiras das obras do *Campus* Vacaria.

Para construção do pátio, reservatório e subestação do *Campus Rolante* foram utilizados recursos descentralizados através de Termo de Execução Descentralizada.

A demora nos repasses de recursos financeiros desde 2015 dificultaram a execução das obras, fazendo com que as empresas trabalhassem com pessoal reduzido e tivessem dificuldades para aquisição de materiais utilizados nas obras, o que justifica o elevado valor de restos a pagar não processados no início de 2016.

No decorrer do exercício, foram cancelados R\$ 782.168,44 de restos a pagar não processados de exercícios anteriores. Desses, podemos destacar o valor de R\$ 620.801,44, relativo ao *Campus Canoas*, decorrente da rescisão contratual com a empresa que construía o prédio acadêmico, por execução técnica fora dos padrões, e o abandono, pela empresa, da obra da biblioteca e o subsequente término da vigência contratual, o que resultou no cancelamento de saldo de empenho no valor de R\$ 75.078,66.

Também houve cancelamentos realizados pelo *Campus Sertão* na obra de construção do bloco A e B, tendo em vista a verificação de que alguns materiais não seriam utilizados em sua totalidade, resultando em supressão do valor contratual; no *Campus Osório*, pelo abandono da obra do bloco de convivência por parte da construtora e no *Campus Restinga*, pelos vícios na construção da do almoxarifado e garagem, conforme processo de penalização.

Na ação 20RL, realizou-se a meta física prevista inicialmente. Os recursos orçamentários alocados nessa ação garantiram a manutenção dos serviços essenciais em todo o IFRS e aquisição de materiais de consumo e permanente necessários para desenvolvimento das atividades previstas de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, inclusive para atendimento a alunos com necessidades especiais; aquisição de equipamentos de TI e melhorias na infraestrutura para acesso à internet; construção do prédio para o curso de mecânica, adequação do PPCI, elaboração dos projetos arquitetônicos de reforma no *Campus Erechim*; aquisição de acervo bibliográfico; aquisição de equipamentos e de mobiliário; contratação de intérpretes de Libras; ampliação e reforma pavilhão 11 do *Campus Rio Grande*; reforma e ampliação do refeitório e início da obra de pavimentação do acesso aos blocos A-13 e A-14 do *Campus Sertão*.

Os cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores somaram R\$ 1.804.942,81, dos quais destacamos R\$ 509.494,46, referentes à construção do Bloco A do *Campus Feliz*, tendo em vista o abandono da obra por parte da construtora; R\$ 111.297,12, pelo abandono da obra da biblioteca por parte da empresa, bem como término da vigência contratual no *Campus Canoas*; R\$ 76.126,94, pela supressão do valor do contrato em função das alterações da parte lógica e civil do projeto de reforma e ampliação do pavilhão 11 do *Campus Rio Grande*; R\$ 64.871,40, pela não execução do serviço contratado de manutenção de bens imóveis no *Campus Canoas*; R\$ 56.972,14, pelo abandono da obra do bloco de convivência por parte da construtora; e R\$ 46.065,60, referentes a material de consumo para laboratório pela falta de entrega dos produtos pelo fornecedor. Os demais cancelamentos são resultado de saldos de empenhos realizados por estimativa e de descumprimento na entrega por parte dos fornecedores.

O IFRS também executou recursos na ação 2994, sem contingenciamento orçamentário, o que possibilitou a concessão de 22.767 bolsas, que contribuíram para suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho escolar, prevenindo a evasão e conseqüentemente elevando a frequência escolar. Os objetivos da ação foram alcançados, sendo os beneficiários atendidos com moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio.

Elencam-se como fatores que contribuíram com a execução da ação: estruturação de equipes; parcela de distribuição de orçamento de forma equitativa, que possibilitou o atendimento justo às necessidades dos *Campi* em implantação; divulgação dos editais de auxílios de maneira ampliada; oficinas de “tirar dúvidas” a respeito do edital; conferência de documentação de forma integrada por toda a equipe; utilização e sucesso com o instrumento de vulnerabilidade; retirada da frequência através de operacionalização de sistema acadêmico e do preenchimento periódico e efetivo dos diários de classe; interlocução e apoio com os setores de registros escolares, comunicação e diretores de administração.

O elevado valor de restos a pagar não processados no início do ano de 2016 nessa ação é resultante da alteração do calendário acadêmico do 2º semestre de 2015, em função da greve ocorrida naquele ano, acarretando a conclusão do ano letivo de 2015 no mês de fevereiro de 2016.

Os valores cancelados são decorrentes de suspensões/cancelamentos de benefícios, número de refeições inferiores ao estimado para os meses de janeiro e fevereiro, saldos de quilometragens estimadas e/ou viagens canceladas relativas a visitas técnicas para os alunos nos meses de janeiro e fevereiro e rescisão contratual com fornecedores.

Executamos recursos orçamentários da ação 6380 na forma de restos a pagar, tendo em vista que não havia recursos nessa ação alocados na LOA 2016 para o IFRS. Os mesmos são oriundos do edital PROEXT 2015.

2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Os fatores intervenientes no desempenho orçamentário foram abordados na análise situacional do item 2.2.1.

2.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não se aplica. O IFRS não assumiu obrigações sem o respectivo crédito autorizado no orçamento.

2.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 11 – Restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (d) = (a-b-c)	
2015	7.291.555,58	7.238.666,62	47.821,96	5.067,00	
2014	1.403.715,57	1.364.212,29	36.249,81	3.253,47	
2013	328.743,79	327.555,79	1.188,00	0,00	
2012	18.552,03	13.215,15	4.284,18	1.052,7	
2011	873,83	0	873,83	0	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (i) = (e-g-h)
2015	21.990.081,44	17.812.169,44	17.589.512,37	1.754.555,95	2.646.013,12
2014	3.398.999,39	2.341.109,14	2.341.109,14	997.377,23	60.513,02
2013	1.458.556,89	730.251,77	730.251,77	715.495,12	12.810,00
2012	54.692,03	45.777,41	45.777,41	8.914,62	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Data da extração dos dados: 16/02/2017

2.2.4.1 Análise Crítica

Analisando o quadro anterior, é possível verificar que o IFRS vem aperfeiçoando a gestão das obrigações inscritas em restos a pagar, buscando o ajuste mediante o cancelamento daqueles empenhos que se referem a saldos e/ou inadimplência do fornecedor.

A permanência de restos não processados por mais de um exercício financeiro decorre essencialmente de: empenhos referentes a obras em execução; materiais, que pelas suas características julgou-se mais vantajoso buscar a entrega pelos fornecedores do que cancelar os empenhos e fazer uma nova licitação; serviço de tecnologia da informação, referente à implantação de um sistema gerencial de informações para o IFRS, que está em execução; falta de apresentação de documentação exigida em contrato, para pagamento, especialmente a comprovação do pagamento de verbas trabalhistas por parte de empresas terceirizadas; liquidação extrajudicial de empresa, não sendo possível realizar os pagamentos por inexistência de conta ou obtenção de informações.

Também houve problemas na gestão dos restos a pagar devido à mudança do SIAFI convencional (“tela preta”) para o SIAFIWEB, quando os procedimentos foram alterados e geraram dificuldades na adaptação e no controle. Tais dificuldades também foram ocasionadas pela mudança na gestão e nas pessoas que operacionalizavam o sistema.

Em 2016 todos os empenhos inscritos foram revisados, sendo pagos e/ou cancelados.

Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados normalmente têm validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição e permanecem válidos após essa data aqueles que sejam relativos às despesas do Ministério da Educação financiadas com recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino, que é o caso dos empenhos do IFRS. Dessa forma, o IFRS não possui registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2012 sem que sua vigência tenha sido prorrogada.

2.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

Não há conteúdo a declarar. O IFRS não realizou transferências de recursos nos três últimos exercícios.

2.3.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Não há conteúdo a declarar. Tendo em vista que o IFRS não realizou transferências de recursos nos três últimos exercícios e não há estrutura de pessoal para essa finalidade.

2.3.2 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 12 – Informações sobre a realização das receitas

NR	Natureza	Previsão	Arrec. 2014	Previsão	Arrec. 2015	Previsão	Arrec. 2016
		LOA 2014		LOA 2015		LOA 2016	
13100111	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação	84.560,00	90.641,10	83.780,00	95.467,19	96.459,00	104.715,24
13100112	Multas e Juros de Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação	1.735,00	1.616,28	1.387,00	2.047,84	2.080,00	546,86
14000011	Receita Agropecuária	680.274,00	562.313,00	657.333,00	393.931,81	619.308,00	458.028,47
15000011	Receita Industrial	76.758,00	26.315,94	54.684,00	34.012,81	39.185,00	27.140,09
16100111	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	24.690,00	46.750,50	38.932,00	50.285,50	66.531,00	62.469,95
16100211	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	79.700,00	501.727,31	731.412,00	235.055,79	533.656,00	509.202,58
17000711	Transferências de Pessoas Físicas - Principal					0	2.148,50
19100111	Multas previstas em legislação específica - Principal					0	23.293,71
19100911	Multas e Juros previstos em contratos	-	2.063,69	-	29.727,37	26.584,00	50.508,27
19210111	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	-	5.545,85	297,00	1.954,04	3.284,00	0
19210311	Indenização por sinistro					0	6.946,08
13330100	Rec. Conc. De direito real de uso área pública	-		-	64.416,00		-
16001300	Serviços Administrativos	-	1.223,75	3.277,00	23,80		
16001600	Serviços Educacionais	-	-	-	970,00		
16001700	Serviços Agropecuários	317,00	-	-			
19909912	Outras Receitas primárias - multas e juros	34.181,00	9.761,20	22.200,00	13.265,62		
73110000	Aluguéis	-	8.032,00	-	-		
73120000	Arrendamentos - Operações Intra-Orçamentárias	847,00	-	9.910,00	-		
		983.062,00	1.255.990,62	1.603.212,00	921.157,77	1.387.087,00	1.244.999,75

Fonte: Tesouro Gerencial

Data da extração dos dados: 16/02/2017

Para que fosse possível a demonstração do montante das receitas previstas e arrecadadas no exercício e seu comportamento em comparação a exercícios anteriores, foi elaborado o quadro anterior, que foi adequado de acordo com a nova codificação de natureza de receita vigente a partir de 2016. Através desse demonstrativo é possível verificar que as principais fontes de receitas próprias do IFRS são oriundas da receita agropecuária e da inscrição em concursos e processos seletivos.

No tocante ao comportamento da receita ao longo do exercício 2016 e em comparação com exercícios anteriores, as receitas auferidas se elevaram.

As arrecadações realizadas na natureza de receita 13100111 são oriundas das concessões administrativas a título remunerado de uso de espaço físico do IFRS, do tipo maior oferta, para: exploração de serviço de lanchonete, restaurante, e reprografia; e arrendamento de terras para culturas anuais. Houve uma pequena variação positiva da receita, decorrente do aumento do valor mensal contratado de serviços de restaurante e lancheria no *Campus* Rio Grande, devido à nova licitação realizada, bem como de novos contratos vigentes a partir do 2º semestre de 2016 nos *Campi* Caxias e Bento Gonçalves.

As receitas agropecuárias também sofreram variação positiva em comparação ao exercício anterior, porém, ficaram muito abaixo da previsão de arrecadação para 2016, devido a: problemas reprodutivos nos suínos, em função do baixo índice de prenhez, impactando na comercialização de leitões; redução da comercialização de ovinos, devido ao atraso no seu período reprodutivo; surto de lagartas na fase inicial do desenvolvimento do milho e preço comercializado abaixo do valor estimado; não comercialização do trigo em 2016 por não haver demanda, pois não foi aberta a comercialização governamental via Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO); redução da área cultivada, tendo em vista a necessidade de disponibilizar áreas para as atividades de pesquisa, ensaios e experimentos com alunos e empresas da área, visando o aproveitamento pedagógico por parte dos alunos dos diversos cursos técnicos e superiores.

Percebeu-se um decréscimo na arrecadação da receita industrial em comparação ao exercício de 2015 pelo fato de que apenas um *Campus* realizou arrecadação nessa natureza, com a venda de sucos, vinhos e espumantes.

A variação positiva observada na arrecadação da natureza de receita “serviços administrativos”, em comparação ao exercício anterior, deveu-se ao novo regulamento para uso do refeitório do *Campus* Bento Gonçalves, o qual aumentou o valor da tarifa e instituiu a cobrança parcial dos estudantes que frequentam o nível superior de ensino.

Foram realizados 2 concursos públicos para professores e técnicos administrativos e também 2 processos seletivos para discentes, o que contribuiu para o acréscimo na arrecadação de inscrições em concursos e processos seletivos.

As multas previstas em legislação específica são oriundas de atrasos na devolução de livros na biblioteca, cujas cobranças e controles se intensificaram. Paralelamente, foi organizada campanha de conscientização junto à comunidade acadêmica, visando à importância da devolução pontual dos livros emprestados.

Houve um significativo aumento na receita de multas e juros previstos em contratos, fruto do aprimoramento da gestão administrativa dos contratos, inclusive buscando-se o ressarcimento por meio das garantias prestadas, em especial, acionando-se os seguros existentes.

Em 2016 arrecadou-se como fonte eventual de receita “indenização por sinistro” o montante R\$ 6.946,08, decorrente de multa aplicada e não paga pela empresa contratada no ano de 2015. Nesse caso, foi acionada a seguradora para quitação, observando a previsão contratual existente.

2.3.3 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 13 - Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	52.204.367,94	15,00	50.281.417,04	16,28	27.111.293,04	8,44	25.387.370,61	9,08
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	1.312.811,43	0,38	1.124.901,10	0,36	268.607,97	0,08	138.380,69	0,05
c) Concorrência	959.265,19	0,28	6.753.315,03	2,19	661.065,32	0,21	2.667.821,81	0,95
d) Pregão	37.700.724,43	10,83	30.297.035,28	9,81	25.073.152,62	7,81	17.921.997,92	6,41
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	12.231.566,89	3,51	12.106.165,63	3,92	1.108.467,13	0,35	4.659.170,19	1,67
2. Contratações Diretas (h+i)	8.242.821,00	2,37	7.210.934,26	2,34	6.957.798,37	2,17	5.827.789,41	2,08
h) Dispensa	3.631.580,57	1,04	2.932.888,88	0,95	2.841.251,05	0,88	2.180.288,93	0,78
i) Inexigibilidade	4.611.240,43	1,32	4.278.045,38	1,39	4.116.547,32	1,28	3.647.500,48	1,30
3. Regime de Execução Especial	39.360,97	0,01	13.123,75	0,00	39.360,97	0,01	12.456,75	0,00
j) Suprimento de Fundos	39.360,97	0,01	13.123,75	0,00	39.360,97	0,01	12.456,75	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	255.221.374,74	73,31	222.090.858,70	71,92	255.071.374,74	79,44	221.752.135,95	79,33
k) Pagamento em Folha	254.594.329,86	73,13	221.242.928,47	71,65	254.444.629,86	79,24	220.930.083,08	79,04
l) Diárias	627.044,88	0,18	847.930,23	0,27	627.044,88	0,20	822.052,87	0,29
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	315.707.924,65	90,69	279.596.333,75	90,54	289.179.827,12	90,06	252.979.752,72	90,51
6. Total das Despesas da UPC	348.127.126,86	100,00	308.800.124,21	100,00	321.095.915,94	100,00	279.518.487,19	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial – Data da extração dos dados: 16/02/2017

Quadro 14 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	254.594.329,86	221.242.928,47	254.444.329,86	221.014.535,30	150.000,00	228.393,17	254.444.329,86	220.930.083,08
11. Vencimentos e vantagens pessoal civil	186.614.657,24	161.633.175,18	186.614.657,24	161.633.175,18	-	-	186.614.657,24	161.633.175,18
13. Obrigações Patronais	34.466.020,06	31.324.134,66	34.466.020,06	31.324.134,66	-	-	34.466.020,06	31.324.134,66
01. Aposentados, Resv,Ref.Mil	15.844.910,74	14.515.254,17	15.844.910,74	14.515.254,17	-	-	15.844.910,74	14.514.550,36
Demais elementos do grupo	17.668.741,82	13.770.364,46	17.518.741,82	13.541.971,29	150.000,00	228.393,17	17.518.741,82	13.458.222,88
3. Outras Despesas Correntes	73.725.483,32	63.803.192,83	62.636.619,85	54.389.851,45	11.088.863,47	9.413.341,38	62.244.141,96	50.292.030,81
39. Outros Serv. Terc. PJ	30.553.435,31	26.379.496,67	24.356.534,43	21.795.915,37	6.196.900,88	4.583.581,30	24.117.093,30	19.204.516,05
18. Aux.Financ a Estudantes.	10.540.799,87	9.664.556,87	10.447.655,83	9.509.352,08	93.144,04	155.204,79	10.440.005,83	9.281.227,57
46. Auxílio-Alimentação	9.718.373,88	7.314.389,52	9.718.373,88	7.314.389,52	-	-	9.718.373,88	7.314.389,52
30. Material de consumo	8.869.143,33	5.396.069,31	4.839.974,55	3.484.653,80	4.029.168,78	1.911.415,51	4.743.795,79	2.643.805,39
Demais elementos do grupo	14.043.730,93	15.048.680,46	13.274.081,16	12.285.540,68	769.649,77	2.763.139,78	13.224.873,16	11.848.092,28
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	19.807.313,68	23.754.002,91	5.094.329,83	11.405.656,02	14.712.983,85	12.348.346,89	4.407.444,12	8.296.373,30
51.Obras e Instalações	11.852.407,24	19.422.853,82	1.831.543,23	8.902.426,76	10.020.864,01	10.520.427,06	1.565.968,43	7.077.916,23
52.Equip. Mat. Permanente	7.383.616,53	4.250.290,33	2.910.016,65	2.427.988,32	4.473.599,88	1.822.302,01	2.488.705,74	1.155.907,38
Demais elementos do grupo	571.289,91	80.858,76	352.769,95	75.240,94	218.519,96	5.617,82	352.769,95	62.549,69

Fonte: Tesouro Gerencial – Data da extração dos dados: 16/02/2017

Análise crítica da realização da despesa

Ao analisar a execução da despesa por modalidade de contratação, podemos constatar que a utilização da modalidade pregão eletrônico se destaca, seguida pelo Regime Diferenciado de Contratações (RDC).

As contratações de bens e serviços comuns são realizadas via pregão eletrônico, visando atender à legislação, e movimentam um grande volume de recursos orçamentários. Para obras, a modalidade mais adotada é o RDC, pela agilidade processual e a inversão de fases, sendo necessária a análise da documentação apenas da empresa que ofertar menor preço. Outra razão para o aumento da utilização desta modalidade foi o recebimento de recursos extraordinários por meio de Termos de Execução Descentralizada, os quais propiciaram a execução e ampliação de várias unidades do IFRS. Tendo em vista que a preferência de utilização da modalidade RDC para obras e serviços de engenharia tenha se dado a partir do segundo semestre, vários *Campi* ainda utilizaram as demais modalidades (concorrência e tomada de preços).

O atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, com adesão de vários *Campi* em 2016, aumentou a execução das despesas advindas de dispensas de licitação, sendo que as chamadas públicas são cadastradas no SIASG através dessa modalidade. Também foram realizados processos de dispensas de licitação para aquisições de bens que tiveram seus itens desertos em pregões realizados pelo IFRS.

Em relação aos pagamentos, verificou-se divergência expressiva entre as despesas liquidadas e as despesas pagas, devido ao repasse financeiro parcial ocorrido ao longo do exercício.

Há de se considerar a estreita relação entre a expansão do IFRS (considerando a construção, necessidade de estruturação dos *Campi* novos, aumento de ofertas de cursos e de vagas) com a necessidade de aquisições e contratações, justificando o aumento das despesas em 2016. Esse aumento foi influenciado também pelas novas contratações de pessoal, realizadas para suprir as necessidades do IFRS, e pelo próprio crescimento vegetativo da folha, elevando as despesas de pessoal, em especial aquelas com vencimentos e vantagens fixas de pessoal civil, obrigações patronais e aposentadorias.

Houve uma pequena alteração no Grupo 3 (outras despesas correntes). A contratação de outros serviços de terceiros pessoa jurídica (339039) novamente se destacou como elemento de despesa com maior valor empenhado, tendo em vista o alto custo de terceirização de pessoal para prover serviços de apoio à realização de atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional, conforme Decreto nº 2.271/1997, tais como vigilância, limpeza, cozinheira, serviços de apoio à agricultura, etc. A variação observada deveu-se a repactuações de contratos e a contratações realizadas para atender aos novos *Campi*.

Em relação ao Grupo 4 (investimentos), pelo segundo ano consecutivo desponta com o maior volume de empenho o elemento de despesa 449051 (obras e instalações). Apesar do decréscimo em relação ao exercício anterior, evidencia o processo de expansão do IFRS. O volume empenhado nesse grupo só não foi maior pela falta de liberação de limite orçamentário para empenho, o que impediu a licitação de novas obras e de equipamentos e materiais permanentes, conforme planejamento prévio.

As limitações de empenho tiveram impacto relevante na execução orçamentária, principalmente no grupo de investimento, devido à necessidade de priorização dos gastos com as despesas correntes, visando à manutenção da instituição. Também as liberações parciais de recursos financeiros prejudicaram a execução orçamentária, gerando um grande volume de inscrições em restos a pagar.

2.3.4. Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Quadro 15 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Valor do maior limite individual concedido
			Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	
2016	158261	<i>Campus</i> Porto Alegre	6	23.000,00	8.000,00
	158265	<i>Campus</i> Canoas	3	13.500,00	4.500,00
	158327	<i>Campus</i> Osório	5	12.946,46	5.000,00
2015	158261	<i>Campus</i> Porto Alegre	2	4.000,00	2.000,00
	158265	<i>Campus</i> Canoas	3	13.500,00	4.500,00
	158327	<i>Campus</i> Osório	4	8.700,00	3.000,00

Fonte:

Quadro 16 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
			Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	158261	<i>Campus</i> Porto Alegre	-	-	22.745,25	22.745,25
	158265	<i>Campus</i> Canoas	-	-	7.219,33	7.219,33
	158327	<i>Campus</i> Osório	-	-	9.396,39	9.396,39
2015	158261	<i>Campus</i> Porto Alegre	-	-	3.969,59	3.969,59
	158265	<i>Campus</i> Canoas	-	-	5.228,57	5.228,57
	158327	<i>Campus</i> Osório	-	-	3.217,48	3.217,48

O quadro 17 (Anexo C) apresenta a classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de 2016.

Análise crítica

A concessão de suprimento de fundos no IFRS ocorre por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) e tem por finalidade atender às necessidades emergenciais e de pequeno vulto que não possam se subordinar ao processo normal de licitação, possibilitando maior agilidade nas aquisições, sem sacrificar o acompanhamento das despesas e a segurança nas operações.

A principal razão para o uso dessa ferramenta é a dificuldade de prever determinados itens e mantê-los estocados no almoxarifado, principalmente aqueles com pouca ou mesmo única ocorrência e materiais com prazo de validade muito exíguo e, por isso, difíceis de serem mantidos em estoque. Por se tratarem de materiais de rara utilização, consumindo recursos em sua aquisição e espaço físico de armazenamento, adquiri-los através da alternativa do cartão resulta numa otimização dos recursos, realizando-se a compra somente no caso de demandas pontuais.

Os processos são montados com base nas orientações contidas no manual da STN e no Manual Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamentos, da CGU. São arquivados os documentos de todas as etapas da concessão, dentre eles os relatórios demonstrativos das despesas, para melhor identificar e classificar as aquisições/contratações, devidamente autorizadas pelas chefias imediatas e superiores, incluindo o ordenador de despesas. No ato de concessão, são estabelecidos os prazos para aplicação dos recursos e para prestação de contas, e após são emitidos os empenhos específicos

para material de consumo e/ou serviços, sempre dentro dos limites autorizados. Posteriormente, as aquisições/contratações efetuadas são lançadas no portal Compras Governamentais – SCP, em conformidade com a legislação vigente.

Para utilizar o cartão, foi estabelecido um formulário de requisição, a ser enviado ao almoxarifado, que por sua vez verifica a existência no estoque ou em licitação vigente. Caso negativo, e após análise das justificativas pertinentes ao objeto solicitado, o suprido é autorizado a realizar a aquisição do material ou a contratação do serviço. Previamente à efetivação da despesa, o suprido realiza consultas de preços em estabelecimentos e verifica se eles possuem a máquina específica de cartão, a fim de evitar saques em espécie.

Na realização da concessão, há a participação de servidores do setor de contabilidade e financeiro, a fim de dirimir dúvidas quanto à sua utilização, com observância da legislação vigente e dos manuais de orientação publicados pelo órgão de controle. Além disso, os procedimentos passam pela análise do ordenador de despesas. O encerramento do processo é feito após a prestação de contas, a anulação de saldos de empenho, a reclassificação contábil das despesas e a análise e aprovação da prestação de contas pelo ordenador de despesas.

No exercício de 2016, apenas três *Campi* utilizaram essa ferramenta: Porto Alegre, Osório e Canoas. Nos *Campi* Porto Alegre e Osório, a maior utilização do suprimento de fundos foi relacionada ao curso técnico de Panificação e Confeitaria, em razão de boa parte dos insumos necessários às aulas práticas ser de difícil previsão e adquirida em pequenas quantidades, fatores que impactam negativamente no processo licitatório. A experiência de vários anos demonstra a dificuldade em adquirir alguns gêneros alimentícios específicos através de licitação ou dispensa, uma vez que os fornecedores frequentemente se recusam a participar, pois consideram baixas as quantidades solicitadas para o ano e conseqüentemente deficitária a logística de entrega desses materiais. Além desse fator, parte dos produtos adquiridos para as aulas práticas são perecíveis, o que dificulta sua estocagem.

O *Campus* Osório planeja aplicar uma nova forma de aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para o curso técnico de Panificação, baseada em convênios com prefeituras locais. Sendo bem sucedida essa iniciativa, poderá ser expandida para os demais *Campi*.

No *Campus* Canoas houve aumento nos gastos concentrado em boa parte nas edificações, cujo uso e transcorrer do tempo acarretaram o aparecimento de problemas. Além disso, houve ampliação no número de salas de aula, situação que requer algumas intervenções para deixá-las em plenas condições para uso.

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

2.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho conforme deliberações do TCU

Quadro 18 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Número de Candidatos / Número de Vagas	5,01	6,25	6,39	7,06	6,64
	Relação Ingressos/Aluno	Número de Ingressantes / Número Total Matriculados	32,64%	35,40%	31,89%	27,77%	36,72%
	Relação Concluintes/Aluno	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número Total Matriculados	10,56%	12,18%	14,22%	16,19%	14,35%
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número de Matriculados Finalizados	45,58%	45,23%	48,53%	57,44%	62,54%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Número Total de Retidos / Número Total Matriculados	27,21%	31,57%	36,83%	39,88%	39,33%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Número de Alunos Matriculados / (Docentes 20h*0,5 + Docentes 40 h + Docentes DE)	20,14	20,05	21,99	24,90	24,30
	Relação Aluno por Professor ***	(Aluno – Equivalente / ((20h*0,5)+40h+DE)*100	18,33	17,68	***	***	***
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Total de Gastos Correntes / Número Total Matriculados	R\$ 15.981,28	R\$ 14.936,79	R\$ 11.974,78	R\$ 9.898,44	R\$ 7.969,36
	Percentual de Gastos com Pessoal	Total de Gastos com Pessoal / Gastos Totais	72,96%	70,35%	64,75%	64,81%	62,98%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Total de Gastos com Outros Custeios / Gastos Totais	18,53%	15,59%	16,18%	15,57%	16,33%
	Percentual de Gastos com Investimentos	Total de Gastos com Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras / Gastos Totais	6,41%	9,95%	14,72%	14,94%	16,36%
Sócioeconômicos	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar **	RFPC < 0,5 SM	1.517	487	973	461	425
		0,5 <= RFPC < 1,0 SM	1.998	1.828	2.601	1.112	1.331
		1,0 <= RFPC < 1,5 SM	3.598	3.302	3.101	2.501	2.298
		1,5 <= RFPC < 2,5 SM	3.342	2.851	3.063	2.804	2.539
		2,5 <= RFPC < 3,0 SM	1.124	1.050	1.341	1.628	1.530
		3,0 <= RFPC	1.250	1.434	1.573	1.904	1.411
		AMOSTRA TOTAL	12.829	10.952	12.652	10.410	9.534
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$G*1+A*2+E*3+M*4+D*5 / G+A+E+M+D$	4,18	3,95	3,96	4,10	3,99

Obs.: 1) G = Graduados; A = Aperfeiçoados; E = Especialistas; M = Mestres; D = Doutores. 2) ** Até o ano 2013, não existia a faixa 1,5 < RFP <= 2,5 SM, estando os dados desmembrados nas faixas 1,5 < RFP <= 2 SM e 2 < RFP <= 2,5 SM. Para o ano de 2014, os dados das faixas 1,5 < RFP <= 2 SM e 2 < RFP <= 2,5 SM foram concentrados na faixa **1,5 <= RFPC < 2,5 SM**. 3) *** Não há registro desses indicadores antes de 2015, uma vez que se considerava, ao invés da RAP, a Relação de Alunos por Docente TI. Fonte: SETEC, SISTEC, SIAFI, SIAPE e Procuradoria Educacional Institucional – IFRS

Análise dos Indicadores de Desempenho

Acadêmicos:

Em relação ao indicador Relação Candidato/Vaga observa-se uma queda de 2013 a 2016, tal fato deve-se principalmente ao aumento do número de vagas que vem ocorrendo ano a ano, aumento este devido a oferta de novos Cursos, principalmente dos *Campi* em implantação, ao passo que a quantidade de pessoas interessadas apresenta um número provavelmente estacionário.

Em relação ao indicador Relação Ingressos/Aluno observa-se uma flutuação na série histórica de 2012 a 2016, número este que depende do total de matrículas ativas no IFRS. Considerando-se que existe um trabalho desenvolvido pelos *Campi* de forma a permanecer e obter êxito o maior número possível de estudantes, a tendência é que este percentual diminua com o passar dos anos.

Considerando o indicador Relação Concluintes/Aluno observamos um pequeno percentual, devido, provavelmente, a boa parte dos Cursos da Instituição ainda se encontrarem em fase de implantação, com Cursos tendo ingressos e ainda não chegando a fase de fechamento de ciclo(conclusão).

Quanto ao indicador Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes podemos aferir que trata-se de variados motivos, entre os quais muitas vezes encontram-se estudantes que aguardam apenas a conclusão de estágio ou defesa de relatório para a conclusão.

Quanto ao indicador Índice de Retenção do Fluxo Escolar, nota-se queda na série histórica desde 2003 motivado pelo trabalho de acompanhamento dos estudantes considerando as estratégias para a permanência e o êxito.

Os indicadores Relação de Alunos/Docente de tempo integral e Relação Aluno por Professor apresentam índices adequados, uma vez que tais números indicam um quantitativo adequado de atendimento de cada docente.

Administrativos:

Gastos correntes por aluno

Este indicador mede o custo médio de cada aluno da Instituição. Para calcularmos os gastos corrente por aluno, realizamos a divisão do gasto total da Instituição (deduzindo pessoal inativo e pensionistas, precatórios, gastos com investimentos e ação 20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica) pelas matrículas atendidas.

Em 2016 o gasto corrente por aluno foi de R\$ 15.981,28 representando um acréscimo de 6,99% em relação a 2015, quando os mesmos foram de R\$ 14.936,79.

Esta diferença justifica-se pelo acréscimo de 8,27% no número de alunos, matriculados, passando de 17.790 em 2015 para 19.262 em 2016, enquanto que o total de gastos correntes aumentou 15,85% em relação ao ano de 2015, quando o valor era de R\$ 265.725.545,45.

O total dos gastos correntes em 2016 atingiu o montante de R\$ 307.831.436,05. Para chegar ao total de gastos, foi considerado os gastos totais (despesas liquidadas e restos a pagar não processados pagos de todos os grupos de despesas, exceto bolsa formação PRONATEC e E-tec), cujo valor foi de R\$ 349.431.787,90 dos quais foram excluídos os gastos com inativos/pensionistas e os gastos com investimentos, que totalizaram respectivamente R\$ 19.209.559,80 e R\$ 22.390.792,05.

Percentual de gastos com pessoal

Esse indicador tem por objetivo quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais do Instituto.

Considera-se gastos com pessoal aqueles efetuados com servidores ativos, sentenças judiciais e precatórios cujas despesas foram liquidadas em 2016, acrescidas dos restos a pagar não-processados pagos. Constatamos que o IFRS aplicou um percentual 72,96% com pessoal em relação aos gastos totais.

Em relação ao percentual aplicado em 2015 que foi de 70,35%, constatamos que os gastos com pessoal tiveram uma variação positiva de 2,61 pontos percentuais, que corresponde a um acréscimo de R\$ 33.757.766,87. Essa variação se deve em função da despesa com pessoal ter sido maior do que o aumento dos gastos totais, conforme descrito abaixo.

O total de gastos com pessoal no ano de 2015 foi de R\$ 221.174.535,30 enquanto que no ano de 2016 foi de R\$ 254.932.302,17 representando um acréscimo de 15,27% em relação ao ano anterior. Já os gastos totais (sem bolsa formação) tiveram um acréscimo de 11,15% em relação a 2015 passando de R\$ 314.389.590,63 para R\$ 349.431.787,90 em 2016.

Percentual de gastos com outros custeios

Esse indicador tem por objetivo quantificar o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais da Instituição.

Os gastos com outros custeios atingiram o montante de R\$ 64.731.779,50 e foram calculados levando em consideração os gastos totais (despesas liquidadas e restos a pagar não processados pagos de todos os grupos de despesas, exceto a ação 20RW - bolsa formação PRONATEC e E-tec) dos quais foram excluídos os gastos com pessoal; com investimento; benefícios e gastos com PIS/PASEP.

Em 2016, foi aplicado o percentual de 18,53% em gastos com outros custeios, em relação aos gastos totais (sem bolsa formação). No ano de 2015, o percentual foi de 15,59% o que demonstra uma variação positiva de 2,94 pontos percentuais, a qual foi ocasionada em função do crescimento dos gastos totais terem sido menores do que o crescimento dos gastos com outros custeios, conforme descrito abaixo.

Os gastos totais (sem bolsa formação) tiveram um acréscimo de 11,14% em relação a 2015, quando o valor foi de R\$ 314.389.590,63, passando a ser de R\$ 349.431.787,50 em 2016. Já os gastos com outros custeios sofreram um acréscimo de 32,09% em relação a 2015, quando o valor foi de R\$ 49.002.272,17.

Percentual de gastos com investimentos

O objetivo desse indicador é quantificar o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais, ou seja, gastos de todas as fontes e todos os grupos de despesa, exceto bolsa formação.

O percentual de gastos com investimento no ano de 2016 foi de R\$ 6,41% representando uma redução de 3,54 pontos percentuais em comparação ao ano de 2015, resultando em um dispêndio menor de recursos orçamentários na ordem de R\$ 8.883.976,85. Essa redução em pontos percentuais foi ocasionada em função do crescimento dos gastos totais e da redução dos gastos com investimento, conforme descrito abaixo.

Os gastos totais (sem bolsa formação) tiveram um acréscimo de 11,14% em relação a 2015, quando o valor foi de R\$ 314.389.590,63. Já os gastos com outros

investimentos sofreram uma redução de 39,68% em relação a 2015, quando o valor foi de R\$ 31.274.768,90.

Os gastos com investimento mostram uma trajetória decrescente tanto em representatividade sobre os gastos totais, quanto em valores nominais. Essa trajetória é reflexo do aumento nominal dos gastos de custeio da rede federal, como também na redução do número de *Campus* em fase de expansão e o contingenciamento orçamentário no exercício.

Sócioeconômicos:

Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar

O objetivo desse indicador é auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes. Não há definições precisas nem cálculo a ser efetuado.

Observando o número total de estudantes, podemos verificar que mais de 80% possuem Renda Familiar Per Capita inferior a 2,5 salários mínimos.

Comparando 2016 a 2015 observa-se que o número de estudantes com Renda Familiar Per Capita inferior a 0,5 salário mínimo mais do que triplicou. Desta forma entende-se que o IFRS vem cumprindo com uma de suas principais missões que é a oferta de Ensino Público, Gratuito e de Qualidade às camadas mais necessitadas da sociedade.

Gestão de pessoas:

Índice de Titulação do Corpo Docente

O índice cria uma forma de cálculo cujo objetivo é gerar um valor numérico que tem uma relação direta com a titulação do corpo docente. O índice pode variar de um (onde todos os docentes seriam graduados) a cinco (todos doutores).

Para o cálculo do índice foi utilizada a seguinte fórmula: $(G*1+A*2+E*3+M*4+D*5) / (G+A+E+M+D)$, onde “G” é a quantidade de docentes Graduados, “A” é a quantidade de docentes Aperfeiçoados, “E” é a quantidade de docentes Especialistas, “M” é a quantidade de docentes Mestres e “D” é a quantidade de docentes Doutores.

Conforme mostram os indicadores houve um aumento de 3,99 em 2012 para 4,18 em 2016. Esse aumento se justifica pelo paulatino aumento da concorrência nos certames públicos de ingresso na carreira docente, tendo como critério para classificação a titulação dos candidatos, e pelos esforços do IFRS em fomentar o aumento do nível de titulação do seu quadro de pessoal.

Considerando a legislação vigente e o Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS, a participação dos servidores docentes em ações de qualificação (educação formal), se dá através da concessão de horário especial ou por afastamento (IN 03/2016). A Lei 12.772/2012 permite que o docente se afaste para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na Instituição. Durante o ano de 2016 retornaram do afastamento *stricto sensu* 33 servidores docentes. Em 31/12/2016 encontravam-se afastados 89 docentes. Além disso, aos servidores que não se afastam para capacitação *stricto sensu*, o IFRS oferece bolsa de estudos através de Edital.

2.5 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

Não há conteúdo a declarar. O IFRS não tem projetos e programas financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras.

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

O IFRS possui uma estrutura *multiCampi*, conforme apresentado anteriormente. Em sua estrutura de governança, a instituição conta com órgãos de colegiados superiores, órgãos de controle, comitês e comissões. Os órgãos colegiados superiores da instituição são: Conselho Superior (CONSUP) e Colégio de Dirigentes (CD). Em cada *Campus* da instituição se constitui um órgão colegiado, chamado Conselho de *Campus* (CONCAMP). Além dos órgãos apresentados anteriormente, a Unidade de Auditoria Interna (UNAI) é uma unidade posicionada abaixo do Conselho Superior (CONSUP) e a ele vinculada.

Os documentos que determinam a estrutura de governança do IFRS são o seu Estatuto, Regimento Geral, Regimento Interno da Reitoria, Regimento Interno do Conselho Superior, Regimento Interno do Colégio de Dirigentes, Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna.

A seguir, descreve-se de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação da estrutura de governança do IFRS:

a) Órgãos Colegiados:

O IFRS conta com dois órgãos colegiados institucionais. São eles:

1) **Conselho Superior (CONSUP)**, que trata-se do órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo do IFRS, tendo sua composição e competência definidas nos artigos 8º e 9º do Estatuto Geral do IFRS e seu funcionamento definidos no Regimento Geral e no Regimento Interno. Conforme o artigo 10 de seu Regimento Interno, as atribuições do CONSUP são:

- I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores-Gerais dos *Campi*, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;
- III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
- IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal;
- IX. autorizar a criação e a alteração curricular de cursos de graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto Federal, bem como o registro de diplomas;
- X. extinguir cursos técnicos, de graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto Federal.

2) **Colégio de Dirigentes (CD)**, que trata-se de órgão de caráter consultivo do IFRS, formado pelos Pró-Reitores, pelo Reitor e pelos Diretores Gerais dos *Campi* do IFRS. Conforme o artigo 4º de seu Regimento Interno, as competências do CD são:

- I – atuar como um dos órgãos superiores, de caráter consultivo, da administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, emitindo parecer sobre questões pertinentes à administração, ao planejamento, ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- II – propor ações para a melhoria da organização e do funcionamento do Instituto;
- III – propor ações para melhoria do processo ensino-aprendizagem nos cursos do Instituto;
- IV – elaborar, aprovar ou modificar o próprio Regimento, por maioria simples.

Além dos dois órgãos institucionais, cada *Campus* do IFRS possui constituído o seu Conselho de *Campus*. Esses órgãos colegiados dos *Campi* são os órgãos máximos deliberativos em cada *Campus* e possuem regimentos internos construídos na comunidade acadêmica do *Campus* e aprovados pelo CONSUP.

b) Comitês:

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com Comitês ligados às cinco áreas de gestão, sendo eles órgãos responsáveis por apoiar a gestão administrativa e acadêmica, nos termos do § 2º do artigo 7º do Estatuto do IFRS. Os comitês são formados por servidores da Reitoria e dos *Campi*, especializados nas áreas em que atuam e têm a atribuição de propor normativas, acompanhar e propor políticas e emitir pareceres sobre os temas de sua especialidade para subsidiar a gestão da instituição. O Regimento Geral do IFRS, no seu artigo 31, apresenta os seguintes comitês:

- I - Comitê de Administração (COAD): formado pelo Pró-Reitor de Administração, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos *Campi*;
- II - Comitê de Ensino (COEN): formado pelo Pró-Reitor de Ensino, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos *Campi*;
- III - Comitê de Extensão (COEX) formado pelo Pró-Reitor de Extensão, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos *Campi*;
- IV - Comitê de Pesquisa e Inovação (COPI): formado pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos *Campus*;
- I. Comitê de Desenvolvimento Institucional (CODI): formado pelo Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos *Campus*;

c) Comissões:

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com Comissões ligadas a áreas específicas, sendo elas órgãos responsáveis por apoiar a gestão administrativa e acadêmica, nos termos do § 2º do artigo 7º do Estatuto do IFRS. As comissões são formadas por servidores da Reitoria e dos *Campi*, especializados nas áreas em que atuam e têm atribuições definidas em seus regulamentos específicos. O Regimento Geral do IFRS, no seu artigo 31, apresenta as seguintes comissões:

I. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): é um órgão consultivo, colegiado, independente e competente de assessoramento do CONSUP do IFRS para formulação, acompanhamento e execução da política de pessoal docente, estando a sua constituição documentada na Resolução nº 115, de 18 de dezembro de 2012, disponível em no seguinte endereço:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201301775350552resolucao_115.pdf

II. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (CIS): é um órgão consultivo, independente e competente de assessoramento do CONSUP, tendo como atribuições principais auxiliar a área de pessoal, bem como os servidores, quanto ao plano de carreira dos cargos Técnico-Administrativos em educação; fiscalizar e avaliar a implementação do plano de carreira (PCCTAE) no âmbito do IFRS e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do PCCTAE. O seu regimento interno aprovado pela Resolução nº 059, de 28 de agosto de 2012 e disponível no endereço:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201291973118746anexo_da_resolucao_059_-_regimento_cis-2.pdf

Além das comissões apresentadas nos itens I e II, o IFRS possui também uma **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**, prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. A CPA está instituída em nível institucional e há subcomissões próprias de avaliação (SPA). A CPA tem como objetivo assegurar o processo de avaliação da instituição, nas áreas acadêmica e administrativa, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e atua com autonomia, no âmbito de sua competência legal, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. O Regimento da CPA do IFRS pode ser encontrado no endereço:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2011612173349515regimento_cpa.pdf

Por fim, o IFRS, através do conselho superior e conforme suas necessidades específicas, poderá constituir órgãos colegiados de natureza normativa e consultiva e comissões técnicas e/ou administrativas, de caráter permanente ou provisório.

d) Unidade de Auditoria interna:

O IFRS aprovou, em 2013, o regimento que apresenta as atribuições da Unidade de Auditoria Interna (UNAI). O Regimento Interno foi aprovado por meio da Resolução CONSUP nº 063, de 22 de outubro de 2013 e apresenta a seguinte redação em seu artigo primeiro: “A Unidade de Auditoria Interna – UNAI, dirigida por um Chefe nomeado pelo Reitor e vinculada ao Conselho Superior, é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União”.

e) Procuradoria Jurídica:

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com a Procuradoria Jurídica, que, conforme o artigo 28 do Regimento Geral, possui como finalidade a execução dos encargos de consultoria e assessoramento jurídicos, a defesa judicial e extrajudicial do

IFRS, bem como o zelo pelo cumprimento das normas legais emanadas do poder público.

De acordo com o Regimento Interno da Reitoria, em seu artigo 9º, as principais atribuições da Procuradoria Jurídica são: assistir à Reitoria em questões referentes à legalidade dos atos a serem praticados, emitir parecer sobre processos licitatórios, contratos, convênios, procedimentos relativos à gestão de pessoas e outros assuntos que demandem análise jurídica, representar judicial e extrajudicialmente o IFRS, exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao IFRS, examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do IFRS os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados pela Instituição.

3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna possui regimento próprio conforme pode ser acessado em http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201372894831554anexo_resolucao_055_regimento_interno_unai_corrigido.pdf, o qual foi aprovado pelo Conselho Superior do IFRS por meio da Resolução nº 055/2013 disponível em http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201372894831554resolucao_055_-_aprova_criacao_e_regimento_unai.pdf.

Também, a existência da auditoria interna está prevista no Estatuto na Seção IX, artigo 26, conforme pode ser visualizado em [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201711074731848estatuto_ifrs_alterado_19_abril_16_\(1\).pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201711074731848estatuto_ifrs_alterado_19_abril_16_(1).pdf). E ainda no Regimento Geral do IFRS nos artigos 26 e 27 o qual pode ser acessado em [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201711074731848regimento_geral_22_outubro_2013_\(2\).pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201711074731848regimento_geral_22_outubro_2013_(2).pdf).

- b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC.**

Conforme previsto no Art. 1º do Regimento

A Unidade de Auditoria Interna - UNAI, dirigida por um Chefe nomeado pelo Reitor e vinculada ao Conselho Superior, é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

E complementado no Art. 5º

A Unidade de Auditoria Interna está vinculada diretamente ao Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Essa vinculação objetiva proporcionar à UNAI o desenvolvimento de suas atividades com maior abrangência e independência de acordo com o § 3º, art. 15, do Decreto nº 3.591/2000.

Buscou-se a vinculação da UNAI ao órgão superior da UPC e conseqüentemente sua independência em relação aos gestores.

Já o Art. 4º prevê que

A Unidade de Auditoria Interna se sujeita a orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio às unidades que o integram, de acordo com o caput do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas quando houver

No IFRS a Unidade de Auditoria Interna (UNAI) está organizada de forma descentralizada conforme definido no Art. 3º de seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 055 do Conselho Superior, de 20 de agosto de 2013, “A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul será organizada de forma descentralizada.” E conforme § 1º do mesmo artigo “A UNAI será formada por 01 (um) Auditor Chefe, 01(um) Assessor, Auditores Internos lotados na Reitoria e um em cada *Campus* que compõe a Instituição.” Atualmente, a UNAI conta com 14 (quatorze) auditores distribuídos conforme quadro 19.

Quadro 19 – Equipe de Auditores em atuação no IFRS

Servidor	Cargo	Exercício	Lotação
Marcelo Juarez Vizzotto	Auditor Chefe	30/08/2010	Reitoria
Lauri Paulus	Assessor	08/02/2013	Reitoria
Alexandre Estive Malinowski	Auditor	18/11/2010	<i>Campus</i> Erechim
Antônio Monteiro Guimarães Junior*	Auditor	19/09/2014	<i>Campus</i> Canoas
Denis Jean Reges Bastos	Auditor	30/09/2014	<i>Campus</i> Feliz
Eduardo Marques de Camargo	Auditor	14/06/2011	<i>Campus</i> Ibirubá
Fabício Daniel Prestes**	Auditor	23/01/2014	<i>Campus</i> Bento Gonçalves
Jôse Davila	Auditora	01/08/2014	<i>Campus</i> Caxias do Sul
Leandro Pinheiro Vieira	Auditor	01/02/2012	<i>Campus</i> Rio Grande
Marcos Vinícius Brasil	Auditor	17/06/2015	<i>Campus</i> Osório
Liane Nascimento dos Santos	Auditora	22/09/2014	<i>Campus</i> Farroupilha
Maríndia Zeni	Auditora	15/10/2010	<i>Campus</i> Sertão
Matilde Cristiane Flores Carlotto	Auditora	19/09/2014	<i>Campus</i> Restinga
William Daniel Silveira Pfarrius	Auditor	29/11/2013	<i>Campus</i> Porto Alegre

Fonte: UNAI

*Cedido para Advocacia-Geral da União (Escola da Advocacia-Geral) em 14 de julho de 2016.

**Nomeado Coordenador da Coordenadoria de Orçamento e Finanças do *Campus* Bento Gonçalves, em 14 de março de 2016.

A UNAI atua de forma integrada mesmo os auditores estando lotados nos diversos *Campi* do IFRS. Prima-se pela homogeneidade dos trabalhos, assim como o alinhamento de interpretações dos variados assuntos que são ações de auditorias.

d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC).

No IFRS a Unidade de Auditoria Interna (UNAI) está organizada de forma descentralizada conforme definido no Art. 3º de seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 055 do Conselho Superior, de 20 de agosto de 2013,

A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul será organizada de forma descentralizada.

E conforme § 1º do mesmo artigo

A UNAI será formada por 01 (um) Auditor Chefe, 01(um) Assessor, Auditores Internos lotados na Reitoria e um em cada *Campus* que compõe a Instituição.

Atualmente, a UNAI conta com 14 (quatorze) auditores conforme relatado na questão anterior. A UNAI atua de forma integrada mesmo os auditores estando lotados nos diversos *Campi* do IFRS. Prima-se pela homogeneidade dos trabalhos, assim como o alinhamento de interpretações dos variados assuntos que são ações de auditorias.

A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da Unidade de Auditoria Interna é submetida ao Conselho Superior e posteriormente a aprovação da indicação pela Controladoria-Geral da União, conforme determina o § 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 e a Portaria CGU nº 915/2014. Destaca-se que conforme Art. 3 § 2º do Regimento da Unidade de Auditoria Interna

§ 2º O cargo de Auditor Chefe da UNAI será exercido por servidor devidamente concursado para o cargo de Auditor, do quadro da Instituição, cuja nomeação e exoneração será submetida pelo Reitor à aprovação do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul com posterior aprovação da Controladoria-Geral da União no Rio Grande do Sul, nos termos do § 5º, art. 15, do Decreto nº 3.591/2000.

e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações.

Quando os trabalhos de Auditoria Interna são realizados em um dos *Campi* do IFRS o Relatório de Auditoria Interna é entregue ao Diretor Geral do *Campus* para que pontualmente tome as devidas providências para atender as recomendações. Quando os trabalhos de Auditoria Interna são realizados na Reitoria o Relatório de Auditoria Interna é entregue ao Reitor (gabinete) e Pró-Reitor da área em que a auditoria foi realizada.

Com o trabalho de acompanhamento das recomendações o gestor se posiciona em relação ao atendimento ou ao não atendimento das recomendações, sendo que se optar por não atender a recomendação deverá justificar o não atendimento e consequentemente analisar o risco pela sua não implementação.

No início do exercício seguinte a UNAI elabora o Relatório Anual de Auditoria Interna o qual é protocolado e entregue para ciência do Conselho Superior, além de ser enviado para Controladoria-Geral da União (CGU)

- f) **Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.**

Idem a resposta anterior.

- g) **Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes**

No exercício de 2016 não houve redesenho organizacional da UNAI, sendo que sua estrutura definida no exercício de 2013 quando o CONSUP aprovou seu Regimento Interno por meio da Resolução nº 55/2013. Sua organização está descrita no item c (acima).

3.2.1 Sobreposição de Carga Horária – Pronatec

Cabe informar que no exercício de 2016 não constou no Plano Anual de Auditoria Interna uma ação para auditoria da sobreposição de carga horária do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Entretanto, com o objetivo de atender ao presente item do Relatório de Gestão, solicitou-se a documentação para verificação.

O IFRS, no exercício de 2016, manteve o programa no *Campus* Bento Gonçalves e no *Campus* Vacaria, conforme demonstrado abaixo. Após a conclusão dos cursos não foram ofertadas outras vagas via PRONATEC.

<i>Campus</i>	Curso	Conclusão
Bento Gonçalves	Técnico em Informática	Abril de 2016
Vacaria	Técnico em Agropecuária	Março de 2016
Vacaria	Técnico em Informática	Julho de 2016

Seis servidores do IFRS estiveram envolvidos nos trabalhos dos cursos relacionados acima. Suas jornadas de trabalho estão compatíveis com as atividades desenvolvidas no IFRS.

Contudo, conclui-se, analisando a documentação fornecida pela Coordenação do PRONATEC, que o IFRS está seguindo o que é preceituado no art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011 c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012 não existindo sobreposição de carga horária de servidores que atuaram no PRONATEC.

3.3 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos

Consoante informações prestadas no Relatório de Gestão 2015, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul contava com uma Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD), instituída através da Portaria IFRS nº 617, de 24 de abril de 2013, em decorrência da edição da Instrução Normativa Reitoria nº 01, de 7

de janeiro de 2013, que estabeleceu o fluxo de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias no âmbito do IFRS.

Em maio de 2015, a referida Instrução Normativa foi revogada, em razão da criação de um grupo de trabalho designado para revisar e atualizar a IN, estando em vigor atualmente a Instrução Normativa nº 04, de 07 de maio de 2015. Além disso, a CPPAD passou a ser denominada Comissão de Assessoramento para Processos Disciplinares (CAPD), com membros designados através da Portaria IFRS nº 549, também de 7 de maio de 2015, que posteriormente foi revogada e designada nova Comissão, através da Portaria nº 1706, de 16 de agosto de 2016.

Toda a documentação mencionada pode ser acessada no sítio oficial da instituição, por meio do link: <http://ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=245>

A instituição tem envidado os máximos esforços no sentido de manter uma estrutura interna para apuração dos ilícitos administrativos, além de fomentar, na medida do possível, a participação de servidores em treinamentos/ cursos de capacitação específicos para esta área.

Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Em atendimento aos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1043/2007, cabe referir que o controle dos procedimentos administrativos disciplinares vem sendo regularmente efetuado pela Instituição através do lançamento das informações pertinentes no sistema CGU/PAD, por servidor habilitado junto ao sistema (Coordenador-Adjunto) e demais usuários cadastrados nas unidades do IFRS. No que se refere ao presente item, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, no exercício de 2016, instaurou 15 (quinze) procedimentos, dentre eles 02 (dois) processos administrativos disciplinares, e 13 (treze) sindicâncias, dentre os quais os fatos apurados/e ou em apuração estão, em síntese: sumiço/desaparecimento de bens, possível conflito de registros de ponto de servidor, desentendimento entre professor/aluno, discussão entre servidor/aluno, suposta agressão de professor a aluno.

Encontram-se anexados no item “Relatório de instância ou área de correição” os relatórios extraídos do Sistema CGU-PAD, contendo os procedimentos instaurados e julgados no ano de 2016.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

Neste item é demonstrada a percepção do IFRS, representada pelo seu nível estratégico de direção, sobre a qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados. O quadro 20 (Anexo D) demonstra de maneira estruturada a avaliação dos controles internos do IFRS realizada pelos seus gestores, abrangendo os seguintes elementos: ambiente de controle, avaliação de riscos; atividades de controle, informação, comunicação e monitoramento.

Existe o entendimento, por parte da alta administração da instituição, da importância do controle interno sendo fundamental para que os objetivos institucionais preconizados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) sejam alcançados

seguindo os princípios constitucionais da administração pública. Estes controles têm objetivos bem definidos em no estatuto e regimento geral da instituição bem como em seus regimentos internos específicos, que após discutidos e aprovados no Conselho Superior (Consup), são amplamente divulgados entre servidores e estudantes além do público em geral.

As atribuições e responsabilidades, bem como a delegações de autoridade e competências, são formalizadas em documentos oficiais da instituição como estatuto, regimentos, resoluções e portarias com ampla divulgação através de publicação no sítio eletrônico da instituição, Boletim de Pessoal ou no Diário Oficial da União.

Por ocasião da elaboração do PDI, o IFRS realizou uma análise do ambiente, em que foram identificadas as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Foram avaliados, também, o risco de ocorrência e o impacto de cada um desses itens para o processo de gestão da instituição. Anualmente na confecção do Plano de Ação do IFRS são empregados dados oriundos de diagnósticos interno e externo, em particular o Relatório de Autoavaliação Institucional elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Este planejamento explicita, também, a prioridade entre as ações elencadas na ocorrência de cortes orçamentários.

Anualmente são elaborados com a participação dos servidores o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna e o Levantamento das Necessidades de Capacitação dos Servidores que preveem, dentre outros, capacitações que visam o atendimento da legislação, a eficácia e a eficiência na busca dos objetivos institucionais. Os documentos são discutidos e aprovados no Consup.

No ano de 2015 o IFRS estabeleceu, através da instrução normativa nº 04, de 07 de maio de 2015, os fluxos para apuração de irregularidades através de Processos Administrativos Disciplinares ou Sindicâncias, através da criação da Comissão de Assessoramento para Processos Disciplinares (CAPD) e a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD). Foi criado também o Departamento de Normas e Legislação, em conjunto com a Coordenadoria de Normas e Legislação, a ele vinculado, que visa orientar e dirimir dúvidas relacionadas à aplicação da legislação de pessoal no âmbito da administração pública federal. O trabalho no âmbito dessas esferas foi aprimorado no ano 2016.

A fim de zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Federal, atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito do IFRS, buscando a prevenção de conflitos e a preservação da moralidade na Administração Pública, a Comissão de Ética do IFRS (CE/IFRS) foi instituída no ano de 2010 e é constituída por servidores efetivos do Instituto. A função de uma Comissão de Ética Pública vai além de alertar o Poder Executivo de eventuais desvios de seus auxiliares. Tem, acima de tudo, a função de afastar o ceticismo e desconfiança da sociedade com os Poderes Públicos; para tanto, deve empenhar-se para que a postura ética impere sobre toda a Administração. O papel da Comissão de Ética é estimular o hábito das ações éticas pelos servidores públicos, orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público; zelar pelo cumprimento do Código de Ética e possui um caráter, principalmente, educativo.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm, dentre suas finalidades e características, a necessidade de orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito da atuação da instituição.

As transformações sociais e econômicas, entretanto, são marcadas pelo seu dinamismo, resultando em desafios ao processo educacional. Dessa forma, são necessárias estratégias para que as instituições tenham condições de acompanhar essas transformações, na perspectiva de uma avaliação contínua da formação profissional ofertada, dos seus currículos, do perfil profissional do egresso e da necessidade de uma formação profissional continuada.

Dentre os possíveis riscos de mercado, pode-se apontar, por exemplo, que na proposta de criação de novos cursos ou alteração de cursos já existentes, não se faça uma análise ou leitura adequada do cenário e da demanda da sociedade. A fim de abrandar tal risco, o IFRS tornou obrigatória e regulamentou os fluxos, através das Resoluções nº 016, de 30 de março de 2012, 052, de 28 de agosto de 2012 e complementadas pela Instrução Normativa Prodi nº 02, de 30 de dezembro de 2015 e Instrução Normativa Prodi nº 02/2016, a confecção de Relatório de Desenvolvimento Institucional para abertura e alteração de cursos dos *Campi* do IFRS. Dentre os pontos a serem detalhados e criteriosamente analisados no Relatório de Desenvolvimento Institucional, estão: a relevância do curso (estudo de demanda local e regional, benefício social e contribuição para o desenvolvimento regional, possibilidade de verticalização da formação, ofertas similares no IFRS e na região), a infraestrutura e os recursos humanos necessários e a relação com o mundo do trabalho, apontando possibilidade de atuação profissional do egresso. A proposta de curso deve ainda estar alinhada com o planejamento do Termo de Acordo de Metas e Compromissos e Plano de Desenvolvimento Institucional e com as políticas definidas no Projeto Pedagógico Institucional.

O funcionamento do IFRS é norteado pelas políticas e programas definidos pelo Governo Federal para a Rede Federal de Educação Profissional apresentando, portanto, como principais ameaças os cortes e contingenciamentos de recursos financeiros que podem comprometer o processo de implantação e consolidação dos *Campi* do IFRS.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

Esta seção do Relatório de Gestão visa atender, em conformidade com as orientações emanadas do TCU, as informações a respeito da Gestão de Pessoas do IFRS. O documento foi elaborado com as informações prestadas pelos servidores da DGP e as Gestões de Pessoas das unidades do IFRS.

4.1.1 Gestão de Pessoas e Força de Trabalho

O organograma da Diretoria de Gestão de Pessoas mostra as relações dos setores na Reitoria do IFRS. O responsável pela Diretoria de Gestão de Pessoas é o servidor Marc Emerim. Na referida Diretoria temos o Diretor de Departamento de Normas e Legislação, Coordenador da Seção de Atendimento a Saúde do Servidor, Diretor de Departamento de Desenvolvimento de Pessoas e o Diretor de Departamento de Administração de Pessoas.

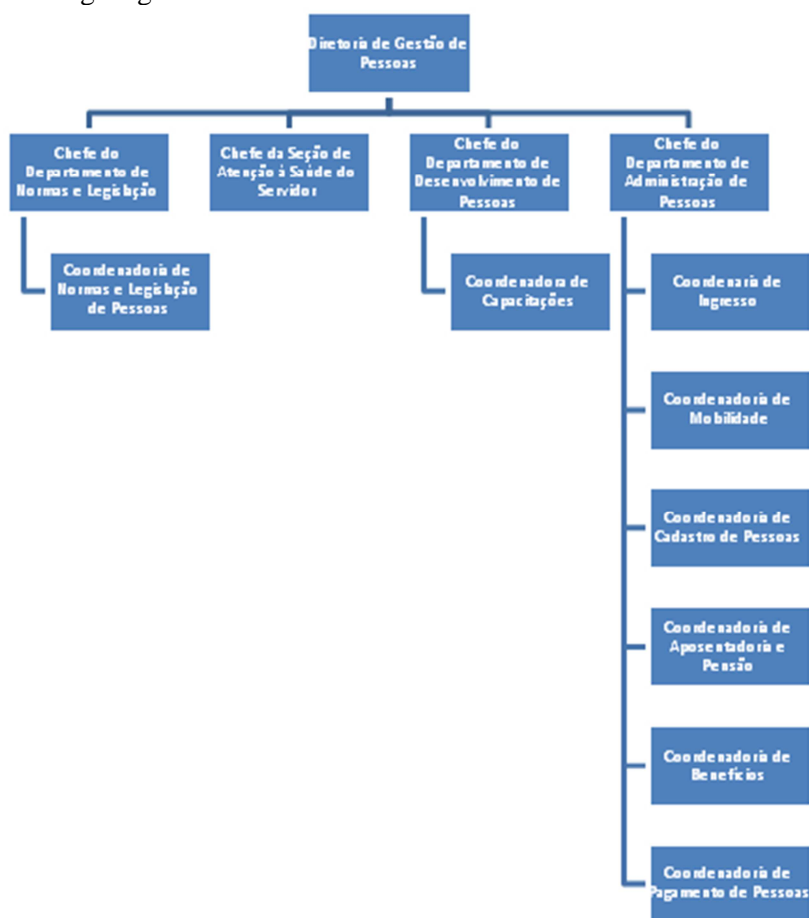
Sob a chefia do Diretor de Departamento de Normas e Legislação está a Coordenadoria de Normas e Legislação de Pessoas, setor responsável pela análise dos processos administrativos de competência da DGP. Também presta apoio ao desenvolvimento da regulamentação bem como suporte a todas as unidades da DGP.

Sob a chefia do Coordenador da Seção de Atendimento a Saúde do Servidor, estão uma Psicóloga, um Médico, uma Nutricionista, dois Engenheiros de Segurança no Trabalho e uma Técnica de Enfermagem. O setor tem caráter prevencionista sobre questões do meio ambiente, à saúde e à segurança do trabalho e tem como finalidade a melhoria das condições de trabalho e do meio ambiente.

Sob a chefia do Diretor do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas está a Coordenadoria de Capacitação responsável, em linhas gerais, pelas ações de capacitação para os servidores, pelas licenças capacitações, pelos afastamentos de docentes e técnico-administrativos em programas de Pós-graduação, também responsável pelos editais e ofertas de bolsas de estudos.

Sob a chefia do Diretor de Departamento de Administração de Pessoas estão a Coordenadoria de Ingresso, a Coordenadoria de Mobilidade, a Coordenadoria de Cadastro de Pessoas, a Coordenadoria de Aposentadoria e Pensão, a Coordenadoria de Benefícios e a Coordenadoria de Pagamento de Pessoas. Esses setores são responsáveis pelos provimentos, cadastro redistribuições e remoções de servidores efetivos, professores substitutos e estagiários, concessão de aposentadorias e pensões, concessão de benefícios e responsável pela folha de pagamento do IFRS.

Figura 5 - Organograma da Diretoria de Gestão de Pessoas da Reitoria do IFRS.



Pela natureza multi*Campi* do IFRS os processos finalísticos de Gestão de Pessoas acontecem de forma descentralizada em cada um dos *Campi*. Segue abaixo a relação da força de trabalho envolvida nos processos de gerenciamento de pessoal em cada uma das unidades do IFRS.

Quadro 21 - Relação da força de trabalho envolvida nos processos finalísticos de Gestão de Pessoas do IFRS.

IFRS			
<i>Campus</i>	Setor/Área	Cargos de direção/coordenação	Equipes
Alvorada	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Claudia Ludwig	-
Bento Gonçalves	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Claudia Lorenzon	Denise Genari
Canoas	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Aline Martins Mesquita	Alexsandra Alves de Brito
Caxias do Sul	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Kelly Reis da Silva	Marta Panazzolo
Erechim	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Flavia Garcez	Denise Beatris Tonin
Farroupilha	Coordenadoria de Gestão	Eliandra Lanfredi Bottin	Adriane Reginatto

	de Pessoas		
Feliz	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Marinez Silveira de Oliveira	-
Ibirubá	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Karina Doninelli	-
Osório	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	André Bohm de Oliveira	-
Porto Alegre	Diretoria de Gestão de Pessoas	Martha Helena Weinzemann	Henrique Leonardi de Oliveira Ana Lúcia Barbiéri Ricardo Costa da Rosa Ricardo Marques Marcondes de Souza
Restinga	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Nidiana Pohl dos Santos	Davi Jonatas Silva
Rio Grande	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Livia Ayter Santos	Mayara Marques Guilherme
Rolante	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Heleno Carlos Jafe Nunes dos Santos	-
Sertão	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Patricia Czervinski	Valeria Cristina Schu Colombelli Silvia Maria Polito Ascari
Vacaria	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	André Bertelli	-
Veranópolis	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Aline Valquiria Prestes	-
Viamão	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Kizzy Martins Borges	Sandro Luis Felipe

A força de trabalho das atividades fins do IFRS é composta por servidores técnico-administrativos em educação e professores efetivos, temporários e substitutos. Para efeitos de contagem dos servidores efetivos são considerados os técnico-administrativos em educação e os professores efetivos. Os servidores temporários são os professores substitutos e temporários. Segue abaixo a relação dos servidores efetivos e temporários.

Quadro 22 - Relação de servidores efetivos e temporários do IFRS.

Relação entre Servidores Efetivos e Temporários		
	2015	2016
Servidores Efetivos	1691	1895
Servidores Temporários	198	143

Fonte: Dados retirados do SIAPE em 31 de dezembro de 2016.

O dimensionamento da força de trabalho dos servidores efetivos do IFRS segue a previsão da portaria do MEC nº246/2016. A fim de regularizar as unidades a partir da referida portaria a DGP realizou estudo da realidade das unidades conforme Quadro 23.

Quadro 23 – Demonstrativo do dimensionamento de pessoal no IFRS

CARGOS/CLASSE OU CD/FG/FCC		QUANTITATIVO CARGOS OCUPADOS - DISTRIBUÍDOS NOS CAMPIS E NA REITORIA																	OCUPADOS	NÃO OCUPADOS	TOTAIS	
		REITORIA	ALVORADA	VERANÓPOLIS	BENTO GONÇALVES	CANOAS	CAXIAS DO SUL	ERECIM	FARROUPILHA	FELIZ	IBIRUBÁ	OSÓRIO	PORTO ALEGRE	RESTINGA	RIO GRANDE	ROLANTE	SERTÃO	VACARIA				VIAMÃO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	NS	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	5	0	5
PROFESSOR DO ENS BÁSICO TECNOLÓGICO	20h	0	0	0	3	5	1	5	5	0	4	0	5	2	5	5	0	0	1	41	-	-
	40h	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	5	-	-	
	DE	0	19	8	97	55	59	51	51	48	61	55	110	53	107	14	83	17	18	908	-	-
TOTAIS		0	19	8	103	61	60	56	56	48	65	56	117	55	114	19	83	17	20	952	143	1095
TÉCNICO ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	E	58	8	5	31	15	14	18	14	15	16	15	28	16	30	7	24	5	9	328	9	338
	D	44	13	5	48	19	25	25	21	14	26	18	38	19	38	10	36	11	11	421	24	445
	C	16	6	1	18	6	7	6	9	10	11	10	7	9	6	8	22	4	6	162	6	168
	B	1	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0	1	20	0	20
	A	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	8	0	0	12	0	12
TOTAIS		121	27	11	103	40	46	49	44	39	53	43	73	44	75	25	103	20	27	943	39	983
FUNÇÕES GRATIFICADAS	FG-01	11	4	0	6	5	5	5	4	4	4	5	5	5	5	4	6	4	4	86	0	86
	FG-02	27	7	2	6	7	7	7	8	8	8	7	7	7	6	7	6	8	7	142	0	142
	FG-03	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	8	0	8
	FG-04	3	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	6	0	0	17	0	17
	FG-05	2	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	0	21	0	21
	FG-06	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	FG-07	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1
CARGOS DE DIREÇÃO	CD-01	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	CD-02	5	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21	0	21
	CD-03	13	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0	3	0	0	26	0	26
	CD-04	14	2	1	6	2	2	2	2	2	2	2	4	2	4	2	6	2	2	59	0	59
FUNÇÕES COMISSONADAS DE COORDENAÇÃO DE CURSO		0	1	1	11	8	7	10	10	9	9	8	18	9	12	0	12	2	3	130	0	130

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas do IFRS

O IFRS investe na qualificação de seus servidores. No quadro 24, a seguir, está apresentada a relação de escolaridade dos servidores efetivos divididos por grau de formação.

Quadro 24 - Qualificação dos servidores efetivos do IFRS.

Escolaridade dos Servidores do IFRS				
	Graduado	Especialista	Mestre	Doutor
Docentes	15	71	491	373
Técnicos Administrativos		530	147	15

Fonte: SIAPE em 31 de dezembro de 2016.

A partir da idade dos servidores do IFRS é possível apenas realizar uma simulação das aposentadorias. Por existirem diversos fatores incomensuráveis e regimes previdenciários distintos a projeção pode ser realizada pela previsão de todos os servidores efetivos aposentarem-se compulsoriamente aos 75 (setenta e cinco) anos. Segue no quadro 25 a relação de idades dos servidores do IFRS divididos por sexo.

Quadro 25 - Idade dos Servidores do IFRS.

Idade do Servidor	Homens	Mulheres	Total
18 a 45 anos	601	687	1288
Acima de 45 anos	90	71	161
Mais de 50 anos	147	97	244
TOTAL	838	855	1693

Fonte: SUAP em março de 2016.

Políticas de Capacitação

Investimentos em Ações de Desenvolvimento de Pessoas

Os investimentos em capacitação do IFRS no ano de 2016 foram de R\$ 1.473.910,32. Deste total, R\$ 604.123,67 foram em ações de capacitação de curta e média duração e R\$ 869.786,65 em ações de qualificação, referentes ao ressarcimento de bolsas de estudos concedidas aos servidores através de editais.

Quadro 26 - Recurso destinado à capacitação dos servidores em 2016.

ANO	QUALIFICAÇÃO	CAPACITAÇÃO	TOTAL
2014	R\$ 564.588,70	R\$ 928.984,21	R\$ 1.493.572,91
2015	R\$ 926.575,39	R\$ 903.683,84	R\$ 1.830.259,23
2016	R\$ 869.786,65	R\$ 604.123,67	R\$ 1.473.910,32

Fonte: Anos de 2014 e 2015 – relatórios de gestão da DGP de seus respectivos anos. Relatório Gerencial extraído do Tesouro Gerencial Exercício 2016, considerado os valores efetivamente liquidados.

Destaca-se que o IFRS possui diversas normatizações internas que possibilitam e promovem a qualificação dos servidores, sem utilização de recursos orçamentários específicos para esse fim, tais como: liberação de carga horária para servidores da carreira Técnico-Administrativo em Educação (TAE's), que permite ao servidor ter liberação de até 40% de sua jornada de trabalho semanal para realização de cursos de qualificação, sem necessidade de compensação de horário; afastamento para qualificação de docentes e TAE's; além de normativa que permite ao docente incluir os períodos utilizados para mestrado ou doutorado no seu plano de trabalho. Essas normativas facilitaram muito o acesso e a busca por novas capacitações por parte dos servidores.

Participação dos Servidores em Ações de Desenvolvimento

Do total de servidores do quadro efetivo do IFRS, 53% participaram de ações de desenvolvimento em 2016, através da promoção ou incentivo do IFRS. Cabe destacar que muitos servidores participaram de mais de uma ação no ano.

Quadro 27 - Participação dos Servidores em Ações de Desenvolvimento.

SERVIDORES	TOTAL DE SERVIDORES				QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS				% DE SERVIDORES CAPACITADOS POR CARREIRA			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
DOCENTES	705	762	847	952	471	452	397	476	67%	60%	47%	50%
TAE	660	813	842	925	383	483	484	520	58%	60%	57%	56%
TOTAL	1365	1575	1689	1877	854	935	881	996				

Do total (1.608) de participações em ações de desenvolvimento no ano de 2016, 33% (538) são de servidores que ocupam cargo de Direção, Gestão ou

Assessoramento. Os dados foram apurados através dos controles desenvolvidos pelos *Campi* e Reitoria.

Ações de Qualificação

De acordo com o levantamento feito a partir dos relatórios das ações de desenvolvimento de cada unidade organizacional, o IFRS incentivou a participação dos seus servidores em ações de qualificação (educação formal) através de Horário Especial Estudante, Bolsas de Estudos, Licença Capacitação, Liberação de Carga Horária, Afastamento *stricto sensu* ou através da inclusão do curso na jornada de trabalho dos docentes, conforme distribuição abaixo. Contabilizou-se um total de aproximadamente 467 servidores beneficiados com ações de qualificação no IFRS. Verifica-se que o maior número de ações de qualificação está nas modalidades mestrado e doutorado.

Quadro 28 - Quantidade de ações de qualificação por nível.

Nível	Quantidade
Ensino Médio	1
Graduação	87
Especialização	74
Mestrado	145
Doutorado	158
Pós-Doutorado	2
TOTAL	467

Horário Especial de Estudante

De acordo com os dados informados pelas Coordenadorias de Gestão de Pessoas, ou equivalente, dos *Campi*, através das planilhas de Controle de Capacitações, no ano de 2016 houve 16 concessões de horário especial de estudante.

Liberação de Carga Horária aos servidores Técnico-Administrativos

Com o objetivo de promover e incentivar a participação dos servidores da carreira dos servidores Técnico-Administrativos em Educação, foi publicada a IN 06/2015, que regulamenta o Art. 36 do Programa de Capacitação, aprovado conforme Resolução do Consup nº 114/2014.

A IN 06/2015 possibilita a liberação de até 40% da carga horária da jornada de trabalho semanal dos servidores técnico-administrativos em educação para participação em ações de qualificação sem necessidade de compensação visa a busca da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados à sociedade em consonância com as

Diretrizes Nacionais da Política de Desenvolvimento de Pessoal e os interesses institucionais.

De acordo com os dados informados pelas Coordenadorias de Gestão de Pessoas, ou equivalente, dos *Campi*, através das planilhas de Controle de Capacitações, no ano de 2016 o IFRS autorizou 103 liberações de carga horária.

Concessão de Licença Capacitação

De acordo com a Lei nº 8.112/90 e o Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS, após cada quinquênio de efetivo exercício no serviço público federal, o servidor pode solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade na qual se encontrar em exercício, licença remunerada por até três meses para participar de ação de capacitação presencial ou à distância. A licença para capacitação pode ser utilizada para realização de estágio não remunerado, momentos presenciais de educação à distância, elaboração do relatório de aperfeiçoamento, dos trabalhos de conclusão de graduação e especialização, da dissertação de mestrado, da tese de doutorado e do relatório de pós-doutorado.

No ano de 2016, o IFRS concedeu autorização para Licença Capacitação a 70 servidores. Desse total, 46 licenças para servidores TAE's e 24 para servidores docentes.

Quadro 29 - Quantidade de servidores com concessão de Licença para Capacitação em 2016.

Servidores	Quantidade
Docentes	24
Técnico-Administrativos	46
Total	70

Afastamento para participação em programas de Pós-Graduação Stricto Sensu - Docentes

Considerando a Lei 8.112/90 e o Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS, a participação dos servidores docentes em ações de qualificação (educação formal), se dá através da concessão de horário especial ou por afastamento. A Lei 12.772/2012 permite que o docente se afaste para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na Instituição. A Resolução Consup 082/2011, que aprova o regulamento da atividade docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, estabelece que o docente que estiver regularmente matriculado em curso de pós-graduação *stricto sensu* poderá considerar essas atividades como pesquisa, com o registro no respectivo plano de trabalho, desde que seja respeitada a carga horária mínima de sala de aula e de atendimento aos alunos estabelecida no Regulamento e que haja aprovação de requerimento junto ao Conselho do *Campus*.

De acordo com o Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS e a Lei 8.112/90, o afastamento do servidor docente se dá até o limite de 10% do total do quadro de docentes do *Campus*, condicionado à disponibilidade no banco de professor

equivalente de um substituto ou quando o pessoal existente em sua área de atuação for suficiente para assumir as funções do servidor afastado.

Em 2016 foi publicada a Instrução Normativa 003, de 29 de agosto de 2016, que regulamenta os critérios de afastamento de professores para capacitação e qualificação em programas de pós-graduação *stricto sensu* e pós-doutorado.

Quadro 30 - Servidores Docentes Afastados para Capacitação *Stricto Sensu* em 31/12/2016.

Mestrado		Doutorado		Pós-Doutorado		Total
País	Exterior	País	Exterior	País	Exterior	
04	-	81	03	01	-	89

Durante o ano de 2016, retornaram do afastamento *stricto sensu* 33 servidores docentes.

Quadro 31 - Docentes que retornaram do afastamento *stricto sensu* em 2016.

Modalidade	Quantidade
Mestrado	05
Doutorado	24
Pós-Doutorado	04
Total	33

Afastamento para participação em programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Técnico Administrativo em Educação

Em 2016 a Resolução nº 115/2014, que regulamenta os critérios de afastamento dos servidores técnico-administrativos do IFRS foi alterada pela Resolução nº 080, de 13 de dezembro de 2016.

Durante o ano de 2016 retornaram do afastamento *stricto sensu* 04 servidores TAE's. Em 31/12/2016 encontravam-se afastados 22 servidores TAE's.

Quadro 32 - Servidores TAE's afastados para capacitação *Stricto Sensu* em 2016.

Especialização		Mestrado		Doutorado		Pós-Doutorado		Total
País	Exterior	País	Exterior	País	Exterior	País	Exterior	
01	-	12	-	08	01	-	-	22

Quadro 33 - Servidores TAE's que retornaram do afastamento *stricto sensu* em 2016.

Modalidade	Quantidade
Mestrado	03
Doutorado	01
Pós-Doutorado	00
Total	04

Bolsas de Estudo

Em 2016 o IFRS manteve a oferta de bolsas de estudo para os servidores por meio de Editais, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos mesmos, de forma a conciliar os interesses individuais e as metas institucionais e visando à melhoria de seu desempenho quanto as suas funções e compromissos para com a Instituição. O limite de valor das bolsas foi de R\$500,00 para graduação, R\$300,00 para especialização e R\$1.000,00 para mestrado ou doutorado. Os servidores contemplados receberam o valor das mensalidades pagas, através de ressarcimento, até o limite do valor de cada bolsa de acordo com o estabelecido em cada Edital.

Quadro 34 - Concessão de bolsas de estudo entre 2014 e 2016.

Modalidade	2014			2015			2016		
	D	T	Total	D	T	Total	D	T	Total
Graduação	3	36	39	1	46	47	0	40	40
Especialização	4	24	28	3	38	41	0	52	52
Mestrado	8	17	25	14	30	44	14	35	49
Doutorado	15	1	16	24	6	30	20	6	26
TOTAL	30	78	108	42	120	162	34	133	167

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas do IFRS

D=Docentes

T=Técnicos

Ações de Aperfeiçoamento

Em 2016 foram promovidos pelo IFRS com apoio da DGP/Reitoria os seguintes eventos de capacitação para dez ou mais servidores:

Capacitação	Participantes	Forma
4º Curso de Pesquisadores	150	Desenvolvida pelo IFRS
2º Workshop Diversidade e Inclusão do IFRS	119	Desenvolvida pelo IFRS
Fórum das Licenciaturas “As novas diretrizes curriculares nacionais para formação de professores e a identidade dos cursos de licenciatura do IFRS”	79	Desenvolvida pelo IFRS

Capacitação para os membros das CISSPAs do IFRS	67	Desenvolvida pelo IFRS
3º Encontro de Capacitação da CPPD do IFRS	44	Desenvolvida pelo IFRS
Legislação de Pessoal – Aspectos Gerais da Lei 8.112/90	28	Desenvolvida pelo IFRS
Processos de Ensino e Aprendizagem	28	Desenvolvida pelo IFRS
Encontro IFRS de Formação para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Orgânica: UCP Emater e Cooperativas do RS	27	Desenvolvida pelo IFRS
Workshop Políticas de Comunicação 2016	24	Desenvolvida pelo IFRS
Capacitação das Coordenadorias de Gestão de Pessoas	18	Desenvolvida pelo IFRS
1º Encontro de Pedagogos do IFRS	18	Desenvolvida pelo IFRS
13ª Semana de Administração Orçamentária	17	Evento externo - Participação isolada de servidores
Elaboração de Projetos	14	Desenvolvida pelo IFRS
Reciclagem de Brigada de Emergência	12	Desenvolvida pelo IFRS
Oficina de Libras	11	Desenvolvida pelo IFRS
11º Congresso Brasileiro de Pregoeiros	10	Evento externo - Participação isolada de servidores

Servidores Afastados para Participação em Eventos no Exterior

Em 2016, o IFRS concedeu 77 autorizações para participação de servidores em eventos no exterior. Dentre os tipos de eventos, a maioria foi para participação em congressos, seminários e outros afins.

Foram autorizadas 77 participações em eventos no exterior para 68 servidores, sendo que 08 servidores docentes participaram de mais de um evento.

Quadro 35 - Participação em Eventos no Exterior.

Servidores	Quantidade de servidores que participaram de eventos no exterior	Quantidade de autorizações para participação em eventos no exterior
Docentes	61	69
Técnico-Administrativos	07	08
Total	68	77

Identificação de Irregularidades

Uma das medidas adotadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas para garantir a eficiência dos serviços e ao mesmo tempo a prevenção de irregularidades é a seleção de pessoal com formação e qualificação capaz de refletir a complexidade das funções desempenhadas pela organização, e principalmente compromissadas com a perpetuação de uma cultura de intolerância frente a vícios e irregularidades na área de Pessoal. Aliado a isso, vigoram outras práticas rotineiras, tais como: a identificação e controle dos casos de acumulação ilegal de cargos, empregos e funções públicas, realizado por meio de formulário próprio, disponibilizado ao servidor por ocasião da posse; controle sobre as declarações de bens e valores dos servidores, efetivado mediante preenchimento e assinatura de formulários próprios disponibilizados aos servidores para esse fim. O combate e a identificação de casos de nepotismo também é prática que vem sendo instituída na Instituição, mediante o preenchimento de declaração pelos servidores investidos em cargos de direção e chefia.

Por fim, com o objetivo de identificar eventuais irregularidades relacionadas à matéria de Pessoal, a Diretoria de Gestão de Pessoas conta ainda com o Departamento de Normas e Legislação de Pessoal, que tem como principais atribuições as seguintes:

- Análise de solicitações e demandas administrativas que versem sobre matéria de pessoal, à luz da legislação e normativas vigentes;
- Orientação e elucidação de dúvidas quanto à aplicação da legislação relativa à administração de pessoal no âmbito da administração pública federal, quando solicitado;
- Atendimento às solicitações e consultas originárias de órgãos e entidades públicas e privadas que versem sobre assuntos relacionados à área de legislação de pessoal;
- Acompanhamento diário acerca da edição de legislação e demais Normativas relacionadas à área de pessoal no âmbito da administração pública federal;
- Auxílio na edição e elaboração de regulamentações internas da Instituição afetas à área de legislação de pessoal;
- Acompanhamento e pesquisa doutrinária e jurisprudencial relacionada à área de legislação de pessoal no âmbito da administração pública federal;
- Realizar a instrução dos processos de acumulação funcional dos servidores do IFRS, bem como tomar as providências cabíveis nos casos em que reste comprovada a irregularidade.

4.1.2 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 36 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	1876	207	35
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	1876	207	35
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	1872	206	30
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	2	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	6	4
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	196	95	97
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	2072	302	132

Fonte: SIAPE em 31 de novembro 2016.

Quadro 37 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	929	947
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	929	947
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	925	947
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	196
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	929	1143

Fonte: DGP Reitoria.

Quadro 38 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do IFRS.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	107	107	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	107	107	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	106	106	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	411	397	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	411	397	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	518	504	0	0

Fonte: SIAPE em 31 de dezembro de 2016.

4.1.3 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 39 - Despesas de Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	R\$ 88.697.028,04	R\$ 0,00	R\$ 50.051.422,11	R\$ 7.457.401,11	R\$ 11.883.576,98	R\$ 19.412.304,79	R\$ 553.813,85	R\$ 438.866,67	R\$ 222.476,65	R\$ 178.716.890,20
	2015	R\$ 79.869.042,12	R\$ 0,00	R\$ 53.110.091,28	R\$ 5.757.474,09	R\$ 9.134.256,26	R\$ 16.957.873,22	R\$ 564.265,53	R\$ 35.359,76	R\$ 316.838,27	R\$ 165.745.200,54
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	R\$ 355.798,13	R\$ 0,00	R\$ 14.593,31	R\$ 9.549,15	R\$ 46.592,42	R\$ 34.419,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 460.952,48
	2015	R\$ 347.333,47	R\$ 0,00	R\$ 90.305,72	R\$ 15.431,79	R\$ 39.566,74	R\$ 25.654,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 518.291,79
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	R\$ 7.791.436,50	R\$ 0,00	R\$ 666.019,88	R\$ 68.988,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.526.444,97
	2015	R\$ 7.230.893,11	R\$ 0,00	R\$ 763.779,71	R\$ 63.314,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1,86	R\$ 0,00	R\$ 8.057.989,30

Fonte: SIGRH em 31 de dezembro de 2016.

4.1.4 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

A Diretoria de Gestão de Pessoas de forma a reduzir os riscos internos e externos adota uma série de medidas preventivas, entre elas:

- Construção de fluxogramas e mapas de processos presentes no Manual de Fluxos e Processos de Pessoal da Diretoria de Gestão de Pessoas do IFRS - <https://drive.google.com/file/d/0B4edZU1efudnN3QtMWJHZ3RnNk0/view> , no Manual de Procedimentos em Saúde do Servidor - <https://drive.google.com/file/d/0B4edZU1efudnU1Z4aVg0b3UzYW8/view> , além de uma quantidade significativa de instruções normativas, memorandos-circulares e ordens de serviço publicadas em <http://dgp.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/161> e <http://dgp.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/99> .
- Revisão periódica dos processos de Gestão de Pessoas. A periodicidade varia de acordo com a natureza processual. Por exemplo, processos de folha de pagamento apresentam revisão mensal devido às determinações do MPOG, processo de afastamento para capacitação *stricto sensu* revisão bianual devido à necessidade de consulta às comunidades acadêmicas do IFRS.
- Controles internos eficientes com objetivo de: identificar erros e problemas processuais; subsidiar a tomada de decisões estratégicas institucionais; constituir memória das decisões e atos administrativos.
- Adoção de controles internos informatizados com a implementação de sistema de informação (SIGRH) com segurança no acesso/identificação, crítica na entrada de dados, procedimentos de backup e planos de contingência para questões chave.
- Boas práticas de comunicação **interna e externa** da DGP, para garantir a prestação informações de seguras de forma prática e tempestiva.
- Organização de responsabilidades com reuniões periódicas das equipes de trabalho.

Como prática a DGP tem diagnosticado os riscos, bem como a probabilidade de ocorrência de riscos e visa através de um planejamento estratégico medidas de mitigá-los. Abaixo segue a relação riscos já identificados e com ações previstas para ajustes, correções e normatizações:

- Elaboração da IN de critérios de uso de recurso de capacitação dos servidores da Reitoria de forma a garantir um maior número de servidores capacitados;
- Elaboração da IN de fluxo de procedimentos de capacitação dos servidores do IFRS;
- Elaboração da IN para avaliação do Estágio Probatório;
- Revisão e alteração da Ordem de Serviço dos procedimentos de Cadastro e Folha de Pagamento;
- Revisão e alteração da IN de registro de frequência dos servidores do IFRS;
- Elaboração da IN que regula o auxílio-transporte dos servidores do IFRS;
- Elaboração da IN e procedimentos do assentamento digital dos servidores do IFRS;
- Estudar viabilidade de IN de ressarcimento para capacitação de servidores do IFRS;
- Revisão do Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS;
- Revisão da Resolução do CONSUP que dispõe do afastamento dos servidores TAE;

- Revisão e alteração da IN de flexibilização da jornada de trabalho dos servidores TAE;
- Revisão e alteração da IN de liberação de carga horária para capacitação;
- Revisão e alteração da IN de mobilidade dos servidores do IFRS;
- Elaboração da IN que regula o fluxo e a forma de contratação de estagiários no IFRS;
- Elaboração da IN que regula as férias dos servidores do IFRS;
- Elaboração da IN que regula os afastamentos para capacitação ao exterior dos servidores do IFRS;
- Elaboração da IN que regula a Cooperação Técnica no IFRS.

4.1.5 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

Quadro 40 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.

Unidade Contratante						
Nome: IFRS – Reitoria						
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 158141 / 26419						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
				Início		
2014	Concessão de vagas de estágio remuneradas *	92.954.957/0001-95	22/01/2016	21/01/2017	Estudantes de nível médio e Estudantes de nível superior	Ativo
2012	Serviço de Motorista - Reitoria	00.482.840/0001-38	17/12/2012	30/04/2017	Ensino fundamental incompleto	Ativo
2013	Serviços de Vigilância Armada e Desarmada para a Reitoria	13.624.934/0001-46	26/09/2013	21/02/2016	Ensino fundamental incompleto	Encerrado
2016	Serviços de Vigilância da Reitoria	87.134.086/0001-23	01/10/2016	30/09/2017	Ensino fundamental incompleto	Ativo
2015	Serviços de Limpeza para o Campus Viamão	07.725.673/0001-58	16/11/2015	16/11/2016	Ensino fundamental incompleto	Encerrado
2015	Serviços de Limpeza para o Campus Veranópolis	05.094.697/0001-93	01/08/2015	31/07/2016	Ensino fundamental incompleto	Ativo
2015	Serviços de Limpeza para a Reitoria	07.725.673/0001-58	20/10/2015	19/10/2016	Ensino fundamental incompleto	Ativo

Fonte: DLC – Coordenadoria de Contratos

*O objeto do presente instrumento consiste na prestação de **serviços de administração do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas, na condição de agente**

de integração, a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, a fim de atender às necessidades do IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Reitoria e seus *Campi*.

4.1.6 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não existem informações a serem prestadas neste tópico, em razão do IFRS não realizar a contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

4.2.1 Gestão da frota de veículos

A frota do IFRS atualmente é composta por 70 veículos leves, 16 veículos pesados (caminhões e ônibus) e 36 equipamentos agrícolas diversos (tratores, colheitadeiras, etc..). Na sua grande maioria proveniente de aquisição e alguns recebidos via doação da receita federal em anos anteriores e com média de uso entre 5 a 10 anos.

Toda frota está inserida nos contratos de abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, que o IFRS tem em vigor com empresas terceirizadas. Estes contratos são as principais ferramentas da gestão para manter os bens em condições e deixá-los a disposição de todos que necessitam. Existe um grande fluxo de viagens e deslocamentos em todos os *Campi*, diversos equipamentos agrícolas são utilizados tanto no ensino, pesquisa e extensão, como também na produção em *Campus* com áreas agrícolas como Bento Gonçalves, Sertão, Ibirubá e Vacaria.

Todas as unidades são autônomas para gerenciar os recursos e controlar a utilização e conservação dos veículos/equipamentos. Aqui na reitoria a PROAD dá suporte técnico e orientações necessárias para uma melhor gestão e operacionalização dos bens. Percebe-se que os *Campi* têm adotado como importante isso e estão mantendo sua frota individual em dia e a disposição para uso dos demandantes.

Ao longo de 2015 e 2016, com a escassez de recursos, não foi possível uma renovação mais frequente da frota e isso impacta no aumento dos recursos a serem destinados em manutenção, isso porque com o passar dos anos os veículos estão sofrendo maior desgaste. A Proad trabalha com os responsáveis pelos veículos nos *Campi* um acompanhamento e apoio para realizarem manutenções mais preventivas e frequentes para evitar maiores problemas como manutenções muito complexas e caras, sem contar o tempo em que o veículo fica parado sem atender as demandas. Em 2016 a média mensal de todo IFRS com contrato de manutenção foi de R\$ 50.000,00 para os 122 veículos/equipamentos contratados.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

No momento o IFRS conta com 04 veículos, doados pela Receita Federal em 2012, sem condições de uso. Estamos em conversas com Detran para realizar a baixa em definitivo e posteriormente leilão dos mesmos. A Proad tem previsto para 1º semestre uma consulta e análise, junto as *Campi*, de veículos com pouco uso ou em fase adianta de desgaste para elaboração de edital de leilão específico e a destinação de forma correta, inclusive com reversão de recursos financeiros para o IFRS. Até o momento temos somente 01 veículo nesta condição, após encerramento do inventário de bens móveis do IFRS, em março/2017, será dado início a essa etapa.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A estrutura de controle e gestão do patrimônio imobiliário no âmbito da unidade jurisdicionada é composta por um servidor da Reitoria, responsável pela gestão do patrimônio imobiliário de todo o IFRS, o que inclui o gerenciamento da situação física dos imóveis e da correspondente situação de registro cartorário, bem como o acompanhamento e atualização dos dados desses imóveis no sistema governamental SPIUnet. Esse servidor conta com o auxílio, ao longo do ano, dos gestores de patrimônio dos *Campi* e, especificamente no final de cada exercício, das comissões de inventário de patrimônio imobiliário.

A distribuição geográfica dos imóveis do IFRS é demonstrada no quadro 41 a seguir:

Quadro 41 – Distribuição geográfica dos imóveis do IFRS

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UPC	
		Exercício 2015	Exercício 2014
Brasil	UF – Rio Grande do Sul		
	Bento Gonçalves	3	3
	Alvorada	1	1
	Canoas	1	1
	Caxias	1	1
	Erechim	4	4
	Farroupilha	1	1
	Feliz	1	1
	Ibirubá	4	4
	Osório	1	1
	Passo Fundo	1	1
	Porto Alegre	4	4
	Rio Grande	2	2
	Rolante	1	1
	Sertão	3	3
	Vacaria	1	1
	Veranópolis	1	1
Viamão	2	2	
Total		32	32

Fonte: SPIUnet / Diretoria de Planejamento e Obras

O registro das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) é executado, na medida do possível, em ato contínuo às

modificações patrimoniais, como é o caso de doações recebidas, término de obras e agregação de benfeitorias ao imóvel, entre outros. Dos 32 imóveis atualmente sob responsabilidade do IFRS, vinte e nove estão devidamente cadastrados no sistema SPIUnet e tiveram seus dados de registro acompanhados e atualizados conforme a ocorrência de fatos modificadores patrimoniais, de modo a manter a fidedignidade das informações contidas no sistema. Como pendência de registro há os imóveis do *Campus* Porto Alegre, que continuam cadastrados no SPIUnet como pertencentes à União, mesmo que a doação ao IFRS já tenha sido formalizada e registrada em cartório. Cabe à Secretaria do Patrimônio da União efetuar no sistema a transferência de Unidade Gestora, o que já foi reiteradamente solicitado.

Os imóveis atualmente de propriedade do IFRS estão apresentados no quadro 42 a seguir, com o respectivo número de Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) no sistema SPIUnet.

Quadro 42 – Imóveis de propriedade do IFRS

UG	RIP	Unidade	Valor avaliado	Despesas com reformas e manutenção
158141	854100018500-3	Reitoria	8.230.000,00	110.728,30
	851100001500-9	C. Alvorada	508.583,77	
	895900005500-0	C. Veranópolis	1.441.238,00	
	896300029500-0	C. Viamão	135.000,00	
	896300031500-0	C. Viamão	135.000,00	
158262	881500107500-7	C. Rio Grande	4.988.757,55	326.845,14
	881500106500-1	C. Rio Grande	3.681.168,85	
158263	878500045500-5	C. Sertão (Passo Fundo)	2.000.000,00	138.856,94
	891100006500-1	C. Sertão	2.167.369,30	
	891100007500-7	C. Sertão	29.938.203,63	
	891100009500-8	C. Sertão	312.903,33	
158264	854100015500-7	C. Bento (Granja)	1.656.506,69	73.627,63
	854100017500-8	C. Bento	12.165.677,95	
158265	858900335500-1	C. Canoas	8.047.718,62	92.920,38
158325	863700015500-5	C. Erechim	3.711.828,64	98.618,52
	863700017500-6	C. Erechim	85.000,00	
	863700023500-9	C. Erechim	900.000,00	
	863700025500-0	C. Erechim	2.800.000,00	
158326	880100820500-3	C. Porto Alegre Restinga	5.867.340,50	29.536,67
158327	877300023500-1	C. Osório	6.157.477,80	44.489,72
158328	859900048500-9	C. Caxias	8.587.180,06	68.265,90
158674	865500007500-0	C. Farroupilha	5.097.144,29	90.114,79
158675	870100006500-1	C. Ibirubá	212.000,00	32.591,68
	870100008500-2	C. Ibirubá	958.054,71	
	870100012500-4	C. Ibirubá	1.142.205,05	
	870100010500-3	C. Ibirubá	6.893.036,82	
158676	865900001500-0	C. Feliz	10.039.978,76	42.014,39
158261	Imóveis doados em fase de regularização no SPIUNet junto à SPU/RS	C. Porto Alegre	33.822.153,69	119.968,87
		C. Porto Alegre	900.000,00	
		C. Porto Alegre	820.000,00	
		C. Porto Alegre	33.822.153,69	
158743	882300003500-2	C. Rolante	713.628,74	701,20
158744	895300030500-8	C. Vacaria	843.000,00	300,00
Total				1.269.877,13

Fonte: Inventário de Bens Imóveis 2016 e Tesouro Gerencial

Os dados relativos à cessão para terceiros de imóveis da União na responsabilidade da unidade estão explicitados no subitem 4.2.4 deste Relatório.

As despesas com reformas e manutenção totalizaram R\$ 1.269.877,13 em 2016. A qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis acompanha o estado dos registros no sistema SPIUnet, que, como já referido, são mantidos atualizados e com bom nível de confiabilidade.

Os riscos relacionados à gestão de imóveis são os riscos para a propriedade, sua operação e para as pessoas que a utilizam. É prática disseminada na instituição o investimento em segurança, o cumprimento dos ditames legais quanto à acessibilidade e ao Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI), além do zelo na manutenção e melhorias dos espaços físicos. O objetivo é adequar progressivamente as instalações a seus usuários e mitigar riscos.

As principais benfeitorias e modificações no patrimônio imobiliário do IFRS em 2016 foram as seguintes:

- *Campus* Bento Gonçalves: ampliação do NAPNE e construção do pórtico e estacionamento .
- *Campus* Caxias do Sul: Conclusão do bloco A2.
- *Campus* Feliz: Construção do bloco A e B.
- *Campus* Restinga: Conclusão do Bloco Convivência.

4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas

Em 2015 houve algumas cessões de imóveis do IFRS a terceiros, realizadas dentro dos ditames emanados da Lei nº 9.636/1998 e da Lei nº 8.666/1993. As cessões são apresentadas a seguir, divididas por *Campus*, com informações fornecidas pelas próprias unidades.

***Campus* Caxias do Sul**

Cantina

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

Locação de espaço para lanchonete e cozinha, localizado à Rua Avelino Antonio de Souza, nº 1730, Bairro Fátima, Caxias do Sul. Área total de 181,26m² no Bloco A4.

b) identificação dos cessionários;

Saluth Restaurante Ltda ME, com CNPJ nº 10.962.001/000170

c) caracterização da cessão:

i. forma de seleção do cessionário;

Concorrência Pública (Concorrência 01/2015 processo nº 23362.000066.201581

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Concessão de Espaço para serviços de Cantina

iii. prazo da cessão;

Contrato assinado em julho de 2015, renovado em julho de 2016, podendo ser renovado novamente.

iv. caracterização do espaço cedido;

Área total de 181,26m² no Bloco A4, compreendendo área de preparo e atendimento, convivência, depósito e sanitário.

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

Aluguel mensal de R\$ 1.795,51 por 08 meses e de R\$ 718,20 por 04 meses.

- vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;
13100111 Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação
- vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;
Não há
- viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.
Utilização para despesas de custeio do *Campus* Caxias do Sul.

Campus Erechim

Reprografia

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial:

Contrato nº 08/2015 Cessão de espaço físico para exploração de serviços de Reprografia – Localizado no Bloco II, junto ao prédio da Biblioteca, área cedida 12,31m².

b) identificação dos cessionários: empresa GNAS e Cia Ltda., CNPJ 08.365.000/0001-05, Av. Castelo Branco, nº 776, São Valentim/RS, CEP 99.640-000.

c) caracterização da cessão:

i. forma de seleção do cessionário: Processo Licitatório Concorrência nº 09/2014.

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido: concessão administrativa de uso de espaços físicos para instalação de pessoa jurídica com vistas à exploração comercial da atividade de reprografia no *Campus* de Erechim.

iii. prazo da cessão: o prazo de vigência do Contrato nº 08/2015 de 12 (doze meses), de 02/02/2015 a 01/02/2016, podendo ser prorrogado por iguais períodos, nas hipóteses previstas no Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, por período não superior a sessenta meses. Prorrogada por 12 meses, tendo o início em 02/02/2016 e término em 01/02/2017, conforme o Termo Aditivo 01/2016, persistindo as obrigações acessórias, estabelecidas no instrumento principal.

iv. caracterização do espaço cedido: o espaço cedido localiza-se no IFRS *Campus* Erechim, situado na rua Domingos Zanella, 104, bairro Três Vendas, Erechim/RS, CEP 99700-000. A área útil da sala destinada aos serviços de reprografia é de 12,31 m², sendo localizada na recepção da biblioteca do *Campus*.

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC (UG) como remuneração pelo espaço cedido: pagamento de contraprestação fixada em R\$ 136,26, reajustada anualmente pelo IGP-M (FGV).

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos: Fonte 0250026419 Recursos Próprios.

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial: não se aplica.

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC (UG): utiliza-se o valor para custeio do *Campus* Erechim.

Cantina

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial: concessão administrativa a título remunerado de uso de espaço físico localizado no IFRS *Campus* Erechim a empresa especializada na exploração comercial de serviços de Cantina, para fornecimento de lanches, bebidas e outros produtos inerentes ao ramo, sob o critério de menor preço ofertado por lote, com base no valor estimado.

b) identificação dos cessionários: empresa Delícia da Gula Anselmo Alves ME, CNPJ 12.720.606/0001-80, Rua Fioravante Morandi, 265, Presidente Vargas, Erechim/RS, CEP 99700-000.

c) caracterização da cessão:

i. forma de seleção do cessionário: Certame Licitatório Concorrência 02/2015.

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido: concessão administrativa de uso de espaço físico localizado no IFRS *Campus* Erechim a empresa especializada na exploração comercial de serviços de Cantina, para fornecimento de lanches, bebidas e outros produtos inerentes ao ramo.

iii. prazo da cessão: o prazo de vigência do contrato é de 12 (doze meses), de 20/07/2015 a 19/07/2016, podendo ser prorrogado por iguais períodos, nas hipóteses previstas no Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, por período não superior a sessenta meses.

iv. caracterização do espaço cedido: os serviços são prestados no IFRS *Campus* Erechim, Bloco 3, localizado na rua Domingos Zanella, 104, bairro Três Vendas, Erechim/RS. A área útil destinada à concessão para exploração comercial no IFRS *Campus* Erechim é de 21 m², localizado no saguão do Bloco 3.

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC (UG) como remuneração pelo espaço cedido: o IFRS cobra contraprestação fixa no valor de R\$ 1.049,84 referente ao custo de utilização do espaço, reajustada anualmente pelo IGP-M (FGV).

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos: receita, conta 433110100 (Valor bruto exploração de bens, direitos e serviços).

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial: não se aplica.

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC (UG): a Concessão administrativa tem o objetivo principal de apoiar a comunidade do IFRS *Campus* Erechim no desempenho de suas atividades, por intermédio da oferta de alimentos nas melhores condições possíveis quanto ao preço e a qualidade, em suas instalações, onde há expressivo fluxo de estudantes, servidores, colaboradores, além de visitantes que carecem dessa comodidade, o que justifica a concessão do espaço a ser explorado por empresa especializada no ramo de alimentação, com a cobrança direta do preço ao consumidor. O valor recebido em contraprestação a concessão do espaço físico será revertido para manutenção do *Campus*.

Campus Farroupilha

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial: Concessão administrativa a título remunerado de uso de espaço físico do IFRS, do tipo maior oferta, para exploração de serviço de lanchonete e cozinha no IFRS *Campus* Farroupilha.

b) identificação dos cessionários: Restaurante Nardi Ltda ME, CNPJ 14.520.263/000136.

c) caracterização da cessão:

i. forma de seleção do cessionário: Concorrência do tipo maior preço.

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido: Serviço de lanchonete

iii. prazo da cessão: Doze meses, renováveis até o limite de 60 meses.

Vigência total de 01/08/2012 a 31/07/2017.

iv. caracterização do espaço cedido:

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: Valor anual do contrato R\$ 13.438,43.

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos: Receita lançada na fonte 0250.

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial: não há rateio de gastos.

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC: Aquisição de material de expediente.

Campus Feliz

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

Espaço físico para lanchonete

b) identificação dos cessionários;

Edval Celino Teixeira

c) caracterização da cessão:

Lanchonete

i. forma de seleção do cessionário;

Concorrência pública

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Lanchonete

iii. prazo da cessão;

12 meses prorrogáveis até 60 meses

iv. caracterização do espaço cedido;

Área do estacionamento (120m²)

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

Valor do contrato R\$13.316,40

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;

3390 (custeio)

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;

NA

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Aquisição de itens (materiais de consumo) para o *Campus*

Campus Ibirubá

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial: o imóvel está localizado no bloco D, registrado na matrícula nº 9.059. A cessão é parcial, utilizando a metragem de 204,6 m² da área total.

b) identificação dos cessionários: Sonia Maria Rodrigues ME, CNPJ 05.611.930/0001-03.

c) caracterização da cessão:

i. forma de seleção do cessionário: a contratação se originou de Processo Licitatório na modalidade Concorrência, Edital nº 18/2013, formalizando o contrato nº 25/2014.

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido: a cessão foi destinada à exploração dos serviços de Restaurante e Lanchonete, com fornecimento, preparo e distribuição de refeições, para alunos, servidores, terceirizados, estagiários e visitantes do *Campus* Ibirubá, do tipo “menor preço por refeição” sob o regime de execução de “empreitada por preço unitário”, para a confecção dos serviços.

iii. prazo da cessão: o contrato foi assinado em 14/03/2014, com prazo de vigência de 20 meses, sendo renovado em 29/10/2015 por mais 20 meses, vigência de 17/11/2015 a 9/07/2017.

iv. caracterização do espaço cedido: o espaço físico cedido com a finalidade da instalação de Restaurante e de Lanchonete, corresponde ao espaço da cozinha, área de serviço, churrasqueira, depósito, despensa e aproximadamente um terço da área do refeitório, totalizando 204,6 m², localizado na Matrícula nº 9.059.

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC (UG) como remuneração pelo espaço cedido: Conforme previsão contratual, o valor mensal a ser pago pela CONTRATADA, pelo uso do espaço público decorrente da cessão onerosa de imóvel do IFRS no *Campus* Ibirubá, será de R\$ 566,05 (quinhentos e sessenta e seis reais e cinco centavos), conforme termo aditivo 05/2016 (segue em anexo). Salienta-se que nos períodos de férias e recesso escolar, e em períodos de paralisação igual ou superior a 15 dias, a contratada tem o direito de solicitar redução do valor do aluguel, conforme disposto no item 17.2.8 do Edital de Concorrência nº 018/2013. O valor de referência corresponde à média dos valores de locação orçados por três imobiliárias da cidade de Ibirubá RS. O pagamento do valor devido pelo uso do espaço público decorrente da concessão onerosa deverá ser

feito até o 20º (vigésimo) dia útil de cada mês, através de Guia de Recolhimento da União (GRU). A emissão da GRU é realizada pelo código 288022, Aluguéis.

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos: o ingresso da receita é contabilizada na conta contábil 433110100 (Valor Bruto Exploração de Bens, Direitos e serviços) e o financeiro entra direto na conta contábil 111122001 (Limite de Saque Vinculação de Pagamento), na fonte 0250, vinculação 400.

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial: não há rateio.

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC (UG): a receita arrecadada através da cessão é prevista anualmente no orçamento para atender despesas de custeio do *Campus*. À medida que o *Campus* recebe a receita, utiliza para aquisições de materiais de consumo, conforme previsão no orçamento.

***Campus* Rio Grande**

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial; Espaço físico localizado dentro das dependências do *Campus* Rio Grande do IFRS, sito à Rua Engenheiro Alfredo Huck, nº 475, Bairro Santa Tereza (áreas descritas no item C, IV); imóvel cadastrado no Spiunet, RIP 8815 00106.500-1.

b) identificação dos cessionários; Brun e Gautério Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda, CNPJ nº 22.576.009/0001-88.

c) caracterização da cessão:

i. forma de seleção do cessionário;

Licitação na modalidade Concorrência, tipo menor preço (Concorrência nº 03/2016, UASG 158262).

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Exploração comercial dos serviços de restaurante e lancheria.

iii. prazo da cessão;

Contrato com prazo de vigência de 12 meses (de 14/09/2016 a 14/09/2017), podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses.

iv. caracterização do espaço cedido;

Área total de aproximadamente 266,00 m², possuindo as seguintes áreas:

- área interna de atendimento coberta: 140,29 m².
- área externa de atendimento coberta: 33,00 m².
- área externa de atendimento descoberta: 49,33 m².
- área de depósito: 8,20 m².
- área de cozinha: 35,82 m².

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

R\$ 1.550,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais) mensais, referente à concessão do espaço, e ressarcimento dos gastos com consumo de energia elétrica e água.

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;

Os valores recebidos decorrentes da cessão ingressam mensalmente no *Campus* Rio Grande por meio de GRU, código de recolhimento 28802-0 (aluguéis), como receita da exploração de bens, conta contábil 43.311.01.00.

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;

Por se tratar de uma cessão parcial do imóvel, o espaço cedido possui medidores próprios de consumo de energia elétrica e água, que permitem apurar e calcular os valores a serem ressarcidos ao *Campus* Rio Grande, visto que a cobrança pelas concessionárias é realizada em fatura única.

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Os benefícios pecuniários decorrentes da cessão são utilizados, conforme definição contida na proposta orçamentária anual, para o atendimento de despesas básicas de funcionamento do *Campus*.

***Campus* Sertão**

ARRENDAMENTO

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

Contrato 130/2013 Imóvel matrícula 2.298 área rural destinada a culturas anuais.

b) Identificação dos cessionários;

Contrato 130/2013 Fernandes Antonio Tronco, CPF nº 623.100.89087, residente e domiciliado na Estrada São João da Bela Vista, S/N, Passo Fundo – RR.

c) Caracterização da cessão:

i. forma de seleção do cessionário;

Processo de licitação na modalidade concorrência

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Contrato 130/2013 Concessão de uso (arrendamento) de terras para culturas anuais do IFRS – *Campus* Sertão

iii. prazo da cessão;

Contrato 130/2013 renovado por 12 meses para o período de 02/01/2017 à 01/01/2018.

iv. caracterização do espaço cedido;

Contrato 130/2013 área rural destinada a culturas anuais de 16,34 ha, sendo 12,3 ha a área permitida para exploração agrícola;

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

Contrato 130/2013 O valor corresponderá a 186 (cento e oitenta e seis) sacas de soja/ano, sendo sacas de 60 kg, livre de umidade e impurezas, depositado anualmente até 30 de maio, com base em índices previamente estabelecidos.

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;

Os valores são recolhidos através de GRU e entram como receita de aluguéis para a arrecadação da cantina e como receita com arrendamentos, na concessão da área para culturas anuais.

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;

Não se aplica

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Não se aplica

CANTINA

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

Contrato 80/2015 Espaço físico de aproximadamente 19,81m² de área construída para a cantina, localizado no *Campus* Sertão (Cantina Bloco A1) situado na Rodovia RS 135, Km 25, Distrito Engenheiro Luiz Englert, Sertão/RS.

b) Identificação dos cessionários;

Contrato 80/2015 Panificadora Cinara Ltda ME, com sede na Avenida Brasil, 521, sertão/RS CNPJ 04.637.800/000179.

c) Caracterização da cessão:

i. forma de seleção do cessionário;

Processo de licitação na modalidade concorrência

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

Contrato 80/2015 Concessão administrativa a título remunerado de uso de espaço físico do IFRS *Campus* Sertão, do Tipo Maior Oferta, para exploração de serviços de Cantina.

iii. prazo da cessão;

Contrato 80/2015 renovado por 12 meses para o período de 17/08/2016 à 16/08/2017.

iv. caracterização do espaço cedido;

Contrato 80/2015 1 sala com 19,81 m², integrante do prédio central do *Campus*.

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

Contrato 80/2015 O valor mensal atual do contrato é de R\$ 167,48 (Cento e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos) mensal, sendo que nos meses de julho e dezembro o valor será reduzido em 50% e nos meses de janeiro e fevereiro em 65%.

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;

Os valores são recolhidos através de GRU e entram como receita de aluguéis para a arrecadação da cantina e como receita com arrendamentos, na concessão da área para culturas anuais.

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;

Não se aplica

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

Não se aplica

***Campus* Canoas**

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial: espaço reservado para a cantina do IFRS Canoas, localizado no bloco de convivência.

b) identificação dos cessionários: Silvana Silva da Costa. CNPJ: 17786004/0001-40.

c) caracterização da cessão:

i. forma de seleção do cessionário: Concorrência do Tipo Maior Oferta.

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido: exploração de serviços de praça de alimentação (lancheonete/restaurante e cozinha).

iii. prazo da cessão: 22/09/2016.

iv. caracterização do espaço cedido: lanchonete/restaurante e cozinha com área total de 93,74m², localizado no prédio de convivência (prédio C), compreendido entre cantina/atendimento (48,12 m²), cozinha (19,60 m²), depósito (19,60 m²), banheiro (6,4 m²) e circulação (2,99 m²).

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC (UG) como remuneração pelo espaço cedido: R\$ 1.676,12 mensais, com desconto de 50% nos meses de julho e dezembro, e desconto de 75% nos meses de janeiro e fevereiro.

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos: os valores recebidos se convertem em receita própria para o *Campus* no momento em que é paga a guia de recolhimento da União (GRU) no código 28802-0, cuja finalidade é arrecadação de receitas provenientes da locação de imóvel na forma de Aluguel. Esta receita está vinculada à fonte de recursos 0250, com disponibilidade financeira imediata na conta contábil 111122001 (Limite de saque com vinculação de pagamento OFSS), em contrapartida da conta de Variação Patrimonial Aumentativa 433110100 (Valor Bruto de Exploração de Bens Direitos e Serviços). A disponibilidade orçamentária para utilização desse recurso se dá no momento da liberação do limite orçamentário pela SPO/MEC.

vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial: não se aplica.

viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC (UG): revertido para aquisição de merenda escolar para atender o ensino básico conforme legislação vigente.

***Campus* Porto Alegre**

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial: Uma sala na Sede do *Campus* Porto Alegre, no térreo.

b) identificação dos cessionários: Secretaria Nacional da Justiça / Ministério da Justiça / Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) – órgão responsável por analisar os pedidos e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado, bem como por orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados.

c) caracterização da cessão:

i. forma de seleção do cessionário; a pedido do CONARE

ii. Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido: atendimento a refugiados de diversos países

iii. prazo da cessão: indeterminado

iv. caracterização do espaço cedido: sala número 12 com aproximadamente área 37,4m² (sala, antigamente utilizada para sala de aula)

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: Termo de Execução Descentralizada R\$ 18.556,70. Com esse montante, foram adquiridos mobiliários e equipamentos, para o patrimônio do *Campus* e uso do CONARE.

4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O IFRS tem alguns imóveis locados de terceiros, em função de necessidades específicas e geralmente temporárias. A seguir são apresentados os casos de locações, divididos por *Campus*.

Campus Viamão

No ano de 2016 foi locado um imóvel de 1.000 m² para as atividades acadêmicas do *Campus Viamão*, a um custo anual de R\$ 522.000,00. Tal fato decorre da necessidade de espaço físico para a realização das atividades do *Campus* enquanto ocorre a construção das instalações definitivas. O *Campus* faz parte da Fase III da expansão do MEC, e iniciou suas atividades acadêmicas em fevereiro de 2015, contando com 35 servidores. Atende cerca de 300 alunos, entre cursos técnicos regulares e cursos FIC. Não houveram despesas com reformas, transformações e manutenções para a locação do imóvel.

Campus Rio Grande

Em 2016 o *Campus Rio Grande* teve um imóvel locado de terceiro, contrato que gerou um dispêndio no período de R\$ 248.740,80. A locação do imóvel faz-se necessária para permitir o funcionamento do curso de Fabricação Mecânica durante a realização da obra de reforma do Pavilhão 11 do *Campus*, o qual abrigará o curso em definitivo. Como não existe espaço no *Campus* apto a abrigar as aulas práticas do curso durante a execução da obra, optou-se pela locação. O imóvel escolhido atende às necessidades do curso, permitindo a instalação adequada do maquinário, além de prover salas de permanência para professores e infraestrutura para portaria e vigilância. Ainda, o imóvel localiza-se relativamente próximo ao *Campus*, em região de fácil acesso aos alunos por transporte público. As despesas com reformas, transformações e manutenções necessárias no imóvel (como instalação de divisórias leves, instalação de rede lógica e adequação de luminárias) foram assumidas pelo *Campus*, e serão removidas ao final da locação para aproveitamento nas instalações próprias do *Campus*.

Campus Vacaria

O *Campus Vacaria* locou um imóvel durante os dois primeiros meses de 2016, despendendo R\$ 7.068,96. Este imóvel destinava-se a sediar o *Campus* em fase de implantação, enquanto aguarda-se a conclusão da sede definitiva. O prazo do contrato é até 12/02/2016. As despesas com reformas, transformações e manutenções correm por conta do proprietário do imóvel.

Campus Osório

O *Campus Osório* teve um imóvel locado em 2015, perfazendo um total gasto de R\$ 16.460,00. A necessidade desta locação deve-se ao fato do *Campus* não possuir espaço físico para as práticas esportivas e é preciso reduzir o risco à saúde dos alunos, como a exposição a intempéries. Os projetos pedagógicos curriculares dos cursos de ensino médio integrado do *Campus* possuem a prática de educação física como componente curricular obrigatório, em atendimento ao artigo 26 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Dessa forma, a solução foi locar um espaço físico próximo ao *Campus* para práticas esportivas (o Ginásio CR Esportes), devido ser o único a garantir facilidade de acesso sem depender de transporte coletivo.

As despesas com reformas, transformações e manutenções com o imóvel locado ficam por conta do proprietário.

Campus Feliz

Há um caso de locação de imóvel no *Campus Feliz*. Trata-se do auditório da Prefeitura Municipal de Feliz, cuja locação consumiu R\$ 150,00 em 2016, para a formatura anual dos alunos concluintes dos cursos de ensino médio do *Campus*, que, pela quantidade de formandos e familiares, não pode ser realizada nas dependências do próprio *Campus*. Não houve despesas com reformas, transformações e manutenções. O gasto restringiu-se ao valor da locação eventual do espaço físico.

4.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Durante o exercício do ano fiscal de 2016, em razão do contingenciamento do orçamento de recursos de investimentos não foi possível realizar o planejamento de licitações em obras de infraestrutura conforme originalmente previsto.

Apesar da execução da despesa ter sido menor que a dotação disponível, a ação 20RG teve a meta física inicial superada, uma vez que inicialmente previu-se que esse orçamento seria utilizado apenas nas obras da expansão, no entanto, foram atendidos os projetos abaixo relacionados:

- Reforma do bloco A do *Campus Veranópolis*;
- Construção da Subestação do *Campus Alvorada*;
- Construção da Subestação do *Campus Rolante*;
- Construção do Sistema de Abastecimento de Água do *Campus Rolante*;
- Construção do Acesso e Implantação do *Campus Rolante*;
- Reforma do Bloco B do *Campus Veranópolis*;
- Construção do Bloco Administrativo 1ª Fase do *Campus Viamão*;
- Reparo emergencial da fachada do IFRS *Campus Porto Alegre*;
- Reparo das marquises do IFRS - *Campus Porto Alegre*;
- Bloco Administrativo do IFRS *Campus Restinga*;
- Conclusão da Biblioteca do *Campus Canoas*
- Bloco A do IFRS *Campus Feliz*;
- Conclusão da obra do Bloco Acadêmico de IFRS *Campus Canoas*;
- Construção do Centro de Convivência *Campus Osório*;
- Pavimentação do Acesso aos Blocos A13 e A14 do IFRS - *Campus Sertão*;
- Reparo da Cobertura do Bloco Administrativo do IFRS *Campus Canoas*;
- Execução de Adequação do PPCI do Bloco IV do *Campus Erechim*.

Dentre as principais obras ainda em execução contratadas em exercícios anteriores podemos citar as abaixo relacionadas:

- Construção do Bloco Administrativo 2ª fase do *Campus Alvorada*;
- Construção do Bloco Administrativo 2ª fase do *Campus Rolante*;
- Construção do Bloco Administrativo 2ª fase do *Campus Vacaria*;
- Construção do Pavilhão 12 do *Campus Rio Grande*;
- Implantação e Pórtico de Acesso do *Campus Alvorada*;

- Conclusão do Bloco Convivência do *Campus* Restinga;
- Prédio Laboratório de Mecânica e Eletrotécnica do *Campus* Ibirubá;
- Reforma e ampliação do refeitório do *Campus* Sertão;

Cabe salientar que, apesar dos remanejamentos efetuados, não foi possível empenhar a integralidade das obras, ficando o saldo de R\$ 6.885.432,12 (seis milhões oitocentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e trinta e dois reais e doze centavos) para empenho no ano de 2017.

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

Este item tem por finalidade informar sobre os principais aspectos da gestão de TI da unidade, quantificando-a e qualificando-a para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

4.3.1 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI)

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) tem como missão avaliar, propor e implementar soluções na área de Tecnologia da Informação com foco nos objetivos estratégicos do IFRS. Como visão ter a função da TI disseminada e compreendida por toda a comunidade do IFRS com alto índice de satisfação interna.

O escopo do Plano Estratégico de TI envolve temas estratégicos como: orientação futura, gestão da organização, excelência operacional e orientação para o usuário. O tema Gestão da Organização busca prover soluções em sistemas para as áreas da instituição, facilitar o acesso às informações e melhorar a interação com os *campi* e outras instituições. A Excelência Operacional busca aprimorar a gestão de riscos de TI e aprimorar a gestão de TI. O tema Orientação para o Usuário visa otimizar os fluxos de trabalho, aprimorar a comunicação com o usuário e melhorar a entrega dos produtos e serviços de TI. Por fim, o tema estratégico Orientação Futura busca promover o desenvolvimento da equipe de TI, garantir a estrutura funcional de TI e garantir a infraestrutura de TI.

O IFRS teve aprovado pelo Consup, em 19/04/2016 o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) para o período 2016-2018. O mesmo encontra-se disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B1WH-8x7APf8aEhnSzdOLVFlbEU/view?usp=sharing>.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de planejamento de TI a ser utilizado no âmbito da Administração Pública Federal. O propósito do referido plano, no âmbito do IFRS, é descrever o planejamento sobre os recursos e atividades a serem realizadas com o objetivo de atingir as metas estabelecidas para a Reitoria e os *Campi*, concernentes às necessidades de informações, equipamentos, software e serviços relacionados à Tecnologia da Informação, conforme as informações procedentes do levantamento realizado, bem como do inventário de necessidades extraído dessas informações.

O Consup do IFRS aprovou, em 19/04/2016, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o período 2016-2017. Tal documento também está alinhado ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, uma vez que adota a missão e a visão deste. Consequentemente, está de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

2014-2018. Ao mesmo tempo, é possível afirmar a existência de alinhamento do mesmo às diretrizes estabelecidas por diversas instruções normativas, leis, recomendações constantes nos acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como à Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) elaborada pelo Sistema de Administração dos Recursos de Informática (SISP), vinculado a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Os levantamentos constantes do PDTI 2016-2017 abrangem a Reitoria e todos os *Campi*, apontando o pessoal técnico envolvido, software e hardware existente em cada unidade, planejamento de treinamento em assuntos relacionados a TI, além de planejamento para compra de hardware e software. O PDTI 2016-2017 está disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/0B1WH-8x7APf8RmY2T0xyRGplOHc/view?usp=sharing>

4.3.2 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI

Segundo art. 10 do Regimento da Comissão de Tecnologia da Informação do IFRS (ComTI) este comitê deve acompanhar e propor ações e políticas previstas no plano de desenvolvimento institucional, nos planos de ação, projetos e programas vinculados a TI; analisar e emitir parecer sobre as propostas encaminhadas à comissão pela Diretoria de TI; apreciar e emitir parecer sobre os relatórios das atividades desenvolvidas; subsidiar a Diretoria de TI no tocante às políticas de sua área de atuação; e promover a integração entre os setores de TI dos *campi*.

No ano de 2016 o ComTI era composto pelo Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação do IFRS e mais um representante desse departamento, além de representantes da Proex, Proen, Proppi, Proad, Prodi e de todos os *campi* do Instituto.

4.3.3 Descrição dos principais sistemas de informação do IFRS

O quadro 43 (Anexo E) descreve os principais sistemas utilizados pelo IFRS, bem como a responsabilidade técnica e da área de negócio de cada um deles e a criticidade dos mesmos para o IFRS.

4.3.4 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

No ano de 2016, em razão das restrições orçamentárias, não foram executadas ações de capacitação do pessoal de TI da Reitoria e dos *Campi*.

4.3.5 Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

Conforme o PDTI, o quadro de pessoal no ano de 2016 é apresentado no quadro 44 (Anexo F).

4.3.6 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade

A área de TI do IFRS gerencia os serviços prestados na área por terceiros. Os serviços prestados na área de TI, no âmbito do IFRS, no ano de 2016, dizem respeito basicamente a locação de impressoras/copiadoras na Reitoria e nos *campi* e serviços de internet. Para a efetivação de tais serviços, são celebrados contratos com as empresas fornecedoras. O gerenciamento dos serviços de TI são realizados através de fiscais de contratos designados na Reitoria e nos *Campi* pelo Diretor Geral.

4.3.7 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

Cotidianamente, foram desenvolvidas inúmeras atividades que visam a manutenção dos serviços prestados pela área de TI institucional, com a aquisição de equipamentos e/ou infraestrutura.

Buscando se fortalecer como instituição, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) tem trabalhado na integração dos sistemas de gerenciamento de dados de todos os seus setores e unidades. Está sendo implantado um Sistema Integrado de Gestão (SIG) para agilizar e agregar confiabilidade aos processos e às estatísticas institucionais, dar mais transparência e auxiliar na tomada de decisões. Assim, o projeto de maior aporte e relevância estratégica para a instituição é o Projeto “UnIFica IFRS”. Ele foi desenvolvido para facilitar essa implantação. Entre as ações estão previstos encontros de sensibilização, capacitação aos usuários, discussão e definição de processos internos, suporte e canais de comunicação que permitam explicar aspectos do sistema e esclarecer dúvidas.

O SIG visa atender às demandas de todos os *campi* que compõem o IFRS, nas áreas de gestão financeira, gestão acadêmica, gestão de recursos humanos, planejamento e gestão administrativa.

Adicionalmente, em 2016 foi realizado serviço de cabeamento da rede lógica no prédio da Reitoria do IFRS, o que melhorou significativamente a qualidade do acesso a internet.

4.3.8 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

Não há dependência tecnológica de empresas terceirizadas prestadoras de serviços de TI.

4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Este item tem por finalidade informar sobre os principais aspectos da gestão ambiental e adoção de critérios de garantia da sustentabilidade ambiental na sua atuação, especialmente na aquisição de bens e serviços.

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A promoção de iniciativas sustentáveis por meio da licitação pública é um instrumento viável para estimular mudanças de padrões insustentáveis de produção e consumo. As compras públicas representam uma ação para a promoção do consumo sustentável.

O governo, de modo geral, deve liderar esse movimento, ressaltando o dever constitucional e legal do Estado na preservação do meio ambiente ao implantar uma nova forma de gestão administrativa, obrigando o Poder Público a preservar recursos naturais também por meio de seu poder de consumo.

A política de sustentabilidade adotada pelo IFRS tem por objetivo primordial seguir as premissas do desenvolvimento social, do desenvolvimento econômico e da conservação do meio ambiente, através da conscientização da comunidade quanto à necessidade de realizar ações sustentáveis; e implantar medidas que permitam a redução de impactos socioambientais negativos, contribuindo para a economia de recursos públicos e beneficiando o ambiente, sempre em atendimento à legislação vigente.

Alguns pontos que evidenciam o engajamento do IFRS na questão ambiental e na sustentabilidade:

- a) participa do Projeto Esplanada Sustentável;
- b) promove em suas unidades a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006;
- c) realiza suas contratações observando os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012;
- d) possui Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto nº 7.746/2012;
- e) constituiu a comissão gestora do PLS na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 10/2012;
- f) formalizou e deu abrangência a seu PLS conforme o art. 9º da IN SLTI/MPOG nº 10/2012;
- g) publicou e disponibilizou seu PLS no sítio da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG nº 10/2012) – <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=310>;

O IFRS planeja suas aquisições e contratações e constrói, em conjunto entre reitoria e *Campi*, um calendário de licitações, denominado de PAAC (Plano Anual de Aquisições e Contratações). Para a construção deste plano são considerados critérios que garantam a isonomia com proporcionalidade de condições entre *Campi* novos e implantados, junção de demandas similares e análises da melhor solução para as problemáticas encontradas levando em conta os princípios da administração pública. O atendimento a estes critérios básicos resulta em processos de aquisições compartilhados, regionais e específicos, sempre na busca da sustentabilidade ambiental, econômica e social, considerando a viabilidade técnica, operacional e financeira.

Uma das medidas básicas é a exigência de apresentação, pelas empresas participantes dos certames, da Declaração de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade Socioambiental, em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010. Essa e outras exigências editalícias são fundamentadas pelos artigos 7º e 8º do Decreto nº 7.746/2012, que determinam, respectivamente, que o instrumento convocatório poderá prever que o contratado adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços

contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens; e a comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

Nos casos específicos de pregões de aquisição de lâmpadas, agrotóxicos e produtos com utilização de madeira, são exigidas dos fornecedores vários tipos de comprovações que visam assegurar a adoção de critérios de sustentabilidade.

Nos pregões da área da Tecnologia da Informação são utilizados os documentos de planejamento e controle das aquisições de TI determinados pela Instrução Normativa 04/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

Nos casos de pregões de outsourcing de impressão, além do disposto na legislação supracitada, são levadas em consideração as orientações emitidas pelo Manual de Boas Práticas e Vedações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como o contido na Lei 12.305/2010, que versa sobre a correta destinação de resíduos sólidos.

Os critérios dos editais de projetos e obras são baseados no artigo 12 da Lei nº 8.666/1993. O planejamento da aplicação das estratégias inicia-se com a elaboração dos projetos básicos ou executivos, feita dentro da ótica da sustentabilidade. O IFRS estabelece expressamente em seus editais que, na execução de obras e serviços, exigirá de seus contratados o cumprimento da legislação ambiental, de segurança pública, de medicina e segurança do trabalho, bem como o cumprimento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As especificações e demais exigências de projetos para contratação de obras e serviços de engenharia são elaboradas de modo a proporcionar economia na manutenção e operacionalização da edificação, e redução do consumo de água e energia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental. A delimitação das áreas climatizadas artificialmente, por exemplo, engloba somente aquelas absolutamente imprescindíveis, privilegiando a utilização da ventilação natural. Geralmente opta-se pela utilização de lâmpadas e luminárias eficientes, em conjunto com aberturas amplas, tetos claros, orientação favorável das edificações e uso de “brises”, melhorando o aproveitamento da luminosidade natural.

Na escolha dos materiais utilizados, privilegiam-se os produzidos, extraídos e/ou manufaturados localmente, o que reduz o transporte rodoviário. Também se opta por materiais de maior durabilidade e com certificação de origem. Além disso, são feitas recomendações ao fornecedor quanto à sua responsabilidade pelo recolhimento e descarte do material, bem como quanto à apresentação de documentos físicos (copiados ou impressos) preferencialmente em papel reciclado.

Na etapa de execução contratual os fiscais de contratos, devidamente imbuídos desta função através de emissão de portaria, controlam e fiscalizam as contratadas para que cumpram com o disposto nos editais. Esta ação visa garantir que a razão maior da licitação seja alcançada: uma contratação com riscos mitigados e que venha a oferecer produtos e serviços necessários ao cumprimento dos objetivos institucionais, promovendo a continuidade da prestação dos serviços do IFRS a toda a comunidade.

A fim de auxiliar os servidores da área de contratações (gestores e fiscais de contratos), foi lançado em 2016 o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, que pode ser considerado um critério de sustentabilidade social à medida que orienta, padroniza, controla e racionaliza os procedimentos da área, diminuindo os riscos e possíveis débitos orçamentários; e também protegendo os direitos trabalhistas dos funcionários terceirizados.

No ano de 2016 foram adotados procedimentos administrativos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos, podendo classificar-se como critérios de sustentabilidade econômica.

Em ação conjunta entre a PROAD e Comunicação, foi providenciada uma campanha de conscientização estimulando a impressão de folhas de maneira consciente, visando diminuir as impressões desnecessárias e adotando o modo frente e verso.

Outra ação conjunta que pode ser citada como atitude sustentável do ponto de vista ambiental e também social é a soma de esforços para que o IFRS adote a sistemática de compras da agricultura familiar, visando o cumprimento de política pública através dos projetos federais intitulados "Programa de Aquisição de Alimentos (Lei 12.512/2011 que Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, e Decreto 7.775/2012) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 26/2013).

Com o objetivo de racionalizar recursos com transporte foi adotado o procedimento de concentrar as convocações das diferentes comissões e comitês no mesmo período e local, para que possam fazer o deslocamento em conjunto, diminuindo custos com combustíveis, serviços terceirizados de motorista e outras despesas de manutenção veicular.

A reitoria do IFRS, através da SATS (Serviço de Atenção ao Servidor) promove atividades de integração e de qualidade de vida no ambiente de trabalho através de palestras, debates e pesquisas, e realiza campanhas, oficinas e exposições de sensibilização das práticas sustentáveis para os servidores com divulgação por meio da intranet, cartazes, etiquetas e informativos. Em 2016 foi iniciado o projeto "Cestas dos Orgânicos", lançado o Manual de Procedimentos em Saúde do Servidor e criadas as CISSPAs em todos os *Campi*. Outra ação em foco em 2016 foi a criação de possibilidades de acessibilidade a portadores de deficiência física.

Na área de extensão do IFRS foram executados 40 (quarenta) projetos que envolvem a temática sustentabilidade ambiental e social. Entre eles citamos os projetos abaixo:

- I Feira de Responsabilidade Sustentável (*Campus* Avançado de Veranópolis);
- Projeto E-LIXO: da conscientização ao descarte ambientalmente correto (*Campus* Sertão);
- Boas Práticas de Fabricação e Aproveitamento de Resíduos Ofertado à Mulheres Acompanhadas pela Assistência Social (*Campus* Bento Gonçalves);
- Veículo de Eficiência Energética (*Campus* Erechim);
- As demandas de um novo ambiente produtivo e Sustentabilidade (*Campus* Ibirubá);
- Agroecologia na Educação (*Campus* Ibirubá);
- Educação Ambiental e a Gestão de Resíduos (*Campus* Porto Alegre);
- Cidadania Ecológica (*Campus* Porto Alegre);
- Interações entre arte e meio ambiente (*Campus* Sertão);
- Educação Ambiental e Cultura de Paz: Uma proposta voltada ao Desenvolvimento Profissional (*Campus* Rolante);
- Rota das Especiarias (*Campus* Viamão);

- Geosaúde (*Campus* Rio Grande);
- Educação Ambiental em Casas de Acolhimento Institucional (*Campus* Sertão);
- Agente de Desenvolvimento Sócio-Ambiental (*Campus* Alvorada);
- Compostagem - uma atividade acadêmica multidisciplinar (*Campus* Farroupilha).

As medidas aqui apresentadas promovem o alinhamento do IFRS à legislação ambiental vigente, bem como às melhores práticas de sustentabilidade. Mais do que o atingimento de um objetivo estanque, trata-se de uma postura definida para enfrentar o tema da gestão ambiental e sustentabilidade, sempre buscando a contínua evolução institucional e do seu entorno.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

Em relação aos canais de acesso do cidadão ao IFRS para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas, podem ser citados:

1) Ouvidoria

O Regimento Geral do Instituto Federal do Rio Grande do Sul contempla a Ouvidoria da seguinte forma:

“Art. 12 A Ouvidoria do IFRS é um serviço de atendimento à comunidade interna e externa de natureza mediadora, sem caráter administrativo, executivo, judicativo, que exerce suas funções junto a todas as suas unidades, para atingir seus fins”.

Art. 13 Compete ao Ouvidor:

I. receber críticas, queixas e sugestões sobre procedimentos e práticas inadequadas ou irregulares, atuando no sentido de levar os envolvidos a aperfeiçoá-los e corrigi-los pela busca dialogada de consenso;

II. acompanhar a tramitação dos processos em que se envolva, dando ciência aos interessados das providências tomadas;

III. manter em rigoroso sigilo o nome dos envolvidos, salvo nos casos em que sua identificação junto aos órgãos do IFRS seja indispensável para a solução do problema e atendimento do interessado, com sua aquiescência;

IV. manter registro, classificação e/ou sistematização das ocorrências, incidentes e soluções de problemas trazidos à sua consideração.

Em relação às estatísticas de manifestações encaminhadas à Ouvidoria do IFRS, foram recebidas em 2016: 31 denúncias, 9 sugestões, 37 reclamações, e 236 solicitações de informações, totalizando 313 manifestações.

2) SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

Além da Ouvidoria, outro canal de acesso que o cidadão pode utilizar para a obtenção de informações acerca da atuação do IFRS é o SIC, instituído com base na Lei nº 12.527/2011, a chamada LAI – Lei de Acesso à Informação Pública.

O SIC possui, com base na legislação, implementação obrigatória. Foi implantado na sede da Reitoria do IFRS, contando com: telefone exclusivo, protocolo de requerimentos de acesso à informação, atendimento e orientação ao público quanto ao acesso à informação, informação sobre a tramitação de documentos/pedidos e gerenciamento da transparência ativa e passiva, em relação às informações.

O Serviço de Informação ao Cidadão é disponibilizado ao cidadão através do sistema eletrônico, e-Sic, e de formulários impressos. Através de telefone e e-mail são dadas as orientações necessárias para o acesso à informação.

Em relação à transparência ativa, o IFRS implantou em seu sítio da Internet, de acordo com os padrões estabelecidos pela lei, disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/acessoainformacao>.

Balanco de Atendimento à Demanda Por Informações entre 01/01/2016 e 31/12/2016:

Número Total de Pedidos de Acesso à Informação: 108
Número Total de Pedidos Respondidos: 108
Número Total de Pedidos em Recurso de 1ª Instância: 08
Número Total de Pedidos em Recurso de 2ª Instância: 00
Número Total de Pedidos em Recurso à CGU: 00
Número Total de Pedidos em Recurso à CRMI: 00
Número Total de Registro de Reclamação: 00

5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Atendendo o decreto nº 6932/2009, o IFRS disponibiliza a Carta de Serviços ao Cidadão, onde constam as informações institucionais de interesse público, possibilitando a pesquisa e a impressão de todos os dados, caso seja necessário.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A instituição não realiza pesquisa própria de satisfação dos cidadãos-usuários.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Essa seção tem por finalidade informar o caminho de acesso no portal da unidade prestadora da conta na *Internet* às informações referentes a sua atuação, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão.

A Instituição

Agenda do Reitor - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=294>
Auditoria Interna - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=71>
Boletins de Serviço - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=84>
Documentos - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=163>
Legislação - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=288>
Prestação de Contas - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=313>
Rede federal - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=236>

Acesso a Informação

Institucional <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=220>
Ações e Programas do IFRS - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=224>
Convênios - <http://ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=226>
Despesas, Receitas e Execução Orçamentária - <http://ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=227>
Licitações e Contratos- <http://ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=228>
Servidores e Concursos Públicos do IFRS - <http://ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=229>
Perguntas frequentes - <http://ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=230>
Lei de Acesso à Informação - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=231>

Serviço de Informação ao Cidadão – Sic
<http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=232>
Informações Classificadas e desclassificadas
<http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=244>

Carta de Serviços ao Cidadão

Apresentação - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=282>
Campus do IFRS - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=287>
Cursos Oferecidos - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=284>
Estrutura do IFRS - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=281>
Formas de Ingresso - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=286>

Transparência

Execução orçamentária e financeira - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=361>
Quadro de Cargos e Funções - <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=359>

Ouvidoria

Com o objetivo de tornar mais acessível o sistema de ouvidoria, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) passou a utilizar a partir da metade de janeiro de 2017, o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV).

<http://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx>

Redes Sociais

Facebook: <https://www.facebook.com/IFRSOficial>
Twitter: https://twitter.com/if_rs
Instagram: <https://www.instagram.com/ifrsoficial/>
YouTube: <https://www.youtube.com/user/ComunicaIFRS>

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Este item tem por finalidade informar sobre como a unidade se adapta para garantir o acesso fácil aos seus serviços, produtos e instalações por cidadãos portadores de alguma deficiência, especialmente em atendimento à Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis.

1) Edificações de uso público: as novas edificações do IFRS estão sendo construídas de acordo com a NBR 9050/2015 da ABNT (Norma Brasileira de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas). No que tange às edificações antigas, as mesmas estão passando por adequações, quais sejam: rotas acessíveis, instalação de elevadores para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, construção de rampas, colocação de pisos táteis, marcações visuais nas portas de vidro, alargamento de portas, rebaixamento de tomadas, colocação de placas de sinalização, mapas táteis, dentre outros, de acordo com o orçamento de cada unidade do IFRS. Ressalta-se, outrossim, que em 2013 foi criado o Grupo de Trabalho (GT) Acessibilidade, o qual é constituído por arquitetas da instituição, Assessoria de Ações

Inclusivas e membros da Pró-Reitoria de Ensino, todos com conhecimentos relacionados à acessibilidade. Em síntese, o trabalho que o GT vem realizando é composto por 3 tipos de mapeamentos/relatórios:

- Produção de checklist completo de Acessibilidade Física (arquitetônica), Comunicacional (acessibilidade virtual dos sites e sistemas utilizados na instituição, existência de intérpretes de Libras e demais formas de comunicação física ou virtual) e Instrumental (recursos de Tecnologia Assistiva) de todas as unidades do IFRS, com a definição de cada ponto de acessibilidade, constante na NBR 9050, de 2015 e de 2004, da ABNT, tomando como base o Roteiro de Vistoria do CREA RS. Um dos livros publicados pelo IFRS apresenta o modelo do checklist utilizado. Esse livro pode ser capturado em: <http://cta.ifrs.edu.br/publicacoes/visualizar/82>.

- Mapeamento dos recursos de Tecnologia Assistiva existentes em cada unidade do IFRS, objetivando ter uma leitura do que cada unidade possui e possibilidades de compartilhamento entre as unidades do IFRS, sempre que possível, evitando gastos desnecessários.

- Relatório completo das adequações arquitetônicas a serem realizadas nas edificações que compõem as unidades da instituição, com base no checklist de acessibilidade: relatório técnico, elaborado pelas arquitetas, membros do referido GT, com todas as informações que subsidiam a gestão para a adequação arquitetônica de cada unidade, descrevendo o que deve ser adequado, como, qual o tempo estimado, previsão de gastos e nível de prioridade. O GT prevê a finalização de todo esse mapeamento das 17 unidades do IFRS para 2017.

Com base nos documentos supramencionados a alta gestão saberá exatamente quais as necessidades relacionados à acessibilidade física, instrumental e comunicacional de cada unidade da instituição para posteriormente, fazer as adequações necessárias, priorizando as de maior impacto para as pessoas com deficiência e também aquelas que podem ser realizadas a baixo custo.

2) Transporte coletivo rodoviário: a frota de veículos de uso coletivo do IFRS (ônibus e micro-ônibus) têm em média 20 (vinte) anos, o que torna sua adaptação/adequação para pessoas com deficiência físico-motora inviável, tanto financeira como tecnicamente. Além disso, por falta de recursos orçamentários, não está previsto no Plano de Ação de 2017 sequer a compra de qualquer tipo do veículo. Dessa forma, em havendo a necessidade de transportar alunos cadeirantes ou que necessitem de veículos adaptados, é feita a contratação de serviços terceirizados com a prerrogativa de o veículo, a ser contratado, ser adaptado.

3) Transporte coletivo aquaviário: não dispomos e até o momento o IFRS não utiliza esse tipo de transporte. Caso for necessário utilizá-lo para alguma atividade acadêmica na qual participem alunos e/ou servidores com deficiência, buscar-se-á uma opção com acessibilidade.

4) Transporte coletivo metroviário e ferroviário: até o momento o IFRS não utiliza esse tipo de transporte. Caso for necessário utilizá-lo para alguma atividade acadêmica na qual participem alunos e/ou servidores com deficiência, buscar-se-á uma opção com acessibilidade.

5) Transporte coletivo aéreo: Em havendo a necessidade de utilizar esse tipo de transporte para alguma atividade acadêmica na qual participem alunos e/ou servidores com deficiência, buscar-se-á uma opção com acessibilidade.

6) Portais e Sítios Eletrônicos: o IFRS possui o CTA – Centro Tecnológico de Acessibilidade, vinculado à Assessoria de Ações Inclusivas, que é uma das pastas da PROEX (Pró-reitoria de Extensão). O principal objetivo do CTA é atender às seis dimensões de acessibilidade (física, comunicacional, atitudinal, metodológica, programática e instrumental). Sua atuação teve início em 2006 junto a um grande projeto colaborativo da SETEC/MEC, no qual as ações do IFRS eram relacionadas a testes de acessibilidade virtual em artefatos digitais produzidos pela Rede de Educação Profissional e Tecnológica e produção de Tecnologia Assistiva de baixo custo. Atualmente, dentre as ações prioritárias do CTA destacam-se: a confecção de sites, portais, sistemas web e outros artefatos digitais acessíveis, confecção de material didático-pedagógico tangível e virtual adaptado/acessível, utilização, pesquisa e produção de Tecnologia Assistiva (TA) de baixo custo, criação de metodologias para o desenvolvimento de artefatos acessíveis e de TA, bem como cursos de capacitação das áreas supramencionadas. Destaca-se também que, no período de 2009 a 2014, o IFRS, por meio de convênio, atuou junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), produzindo, em parceria com esse Ministério, as versões 3.0 e 3.1 (versão atual) do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), além do conteúdo completo dos cursos gratuitos do e-MAG e da atual versão do Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sites (ASES), esse último junto ao IFBaiano, que foi o principal desenvolvedor da versão atual do ASES. O e-MAG 3.1, contém as recomendações nacionais para o desenvolvimento dos sites brasileiros acessíveis. O mesmo pode ser encontrado no link: <http://emag.governoeletronico.gov.br/>. Os cursos do eMAG, tanto para conteudistas como para desenvolvedores, podem ser encontrados no site: <http://emag.governoeletronico.gov.br/curso/>. Já o ASES Web encontra-se no link: <http://asesweb.governoeletronico.gov.br/ases/>. Dessa forma, os trabalhos realizados pelo IFRS o elevaram à categoria de referência nacional quando o assunto é acessibilidade virtual. O IFRS/CTA ganhou os seguintes prêmios:

PRÊMIO TÉCNICO EMPREENDEDOR - SEBRAE (2005) -

<http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20091017124247843historiasucesso.pdf>

PRÊMIOS TODOS NA WEB – W3C (2012/2013/2014)

3ª Edição - 2014 - <http://premio.w3c.br/>:

- *Categoria Pessoas / Instituições: 1º lugar - Projeto de Acessibilidade Virtual do IFRS (Projeto que deu origem ao CTA)*
- *Categoria Projetos Web: 3º lugar - Cursos eMAG*
- *Categoria Governamentais: 1º lugar - Cursos eMAG*
- *Categoria Aplicativos e Tecnologias Assistivas: 3º lugar - CMS Suindara*

2ª Edição – 2013 - <http://premio.w3c.br/2013/>

- *Categoria Institucionais/Entretenimento/Cultura/Educação/Blogs: 2º lugar [Site Modelo de Acessibilidade Virtual](#)*

1ª Edição – 2012 – <http://premio.w3c.br/2012/>

Categoria Projetos Web - Serviços / E-commerce: 2º lugar Site Acessibilidade Virtual - Informação ao alcance de todos.

Tanto o site do IFRS (<http://ifrs.edu.br/>), incluindo as suas unidades, como o site do CTA (<http://cta.ifrs.edu.br/>), que inclusive é um modelo de site acessível e que apresenta todo o seu conteúdo voltado para acessibilidade e TA, possuem um ótimo nível de acessibilidade. Acessibilidade que pode ser conferida no FAD – Formulário Eletrônico de Acessibilidade dos Sites, documento solicitado a todas as instituições pelo

MPOG recentemente. Abaixo algumas nas notas atribuídas aos referidos sites do IFRS pelos avaliadores de acessibilidade ASES e Access Monitor:

- **Site do IFRS** - <http://ifrs.edu.br/site>
<http://ifrs.edu.br/site/index.php>
<http://ifrs.edu.br/site/contato.php>
<http://ifrs.edu.br/site/mapa.php>
<http://ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=220>
Notas variando entre: 9.8 (Access Monitor) e 88.9% e 91.73% (Ases)
- **CTA (Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS)** - <http://cta.ifrs.edu.br/>
<http://cta.ifrs.edu.br/index.php>
<http://cta.ifrs.edu.br/contato>
<http://cta.ifrs.edu.br/noticias/>
<http://cta.ifrs.edu.br/publicacoes/>
Notas variando entre: 10 (Access Monitor) e 91.98% e 93.71% (Ases)

7) Telecomunicações: o que se aplica ao IFRS são a Internet e rede telefônica. Sobre a Acessibilidade à web a mesma já foi mencionada no item 6. Sobre a rede telefônica acessível algumas unidades do IFRS possuem o telefone para surdos, como é o caso de Bento Gonçalves. Além disso, foi criado um grupo de discussão e um grupo no WhatsApp para os profissionais de Libras (professores surdos, professores ouvintes e intérpretes de Libras) do IFRS poderem se comunicar de forma acessível. Importante ressaltar que os editais dos processos seletivos são divulgados também por meio de vídeos em Libras e as provas dos processos seletivos dos alunos são todas filmadas em Libras, sendo entregue um CD, na ocasião da prova, com todas as questões em Libras para os candidatos surdos que desejarem. As provas dos processos seletivos já realizados, inclusive aquelas em Libras, encontram-se em: <http://ingresso.ifrs.edu.br/2017/provas-e-gabaritos-anteriores/>.

8) Serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens: Não temos serviço de radiodifusão na instituição. De toda a forma o CTA do IFRS vem realizando cursos, palestras e oficinas sobre a produção de materiais acessíveis, o que inclui apresentação de sons e imagens. Também ministrou um curso para os comunicadores (jornalistas, produtores culturais, responsáveis pelos audiovisuais e cargos equivalentes) do IFRS no que tange à divulgação dos materiais da instituição em formato acessível. O CTA também, dentre os livros publicados, dois deles possuem artigos cujas temáticas convergem para a produção de material digital acessível, os quais destacam a produção de textos, slides, arquivos em PDF, vídeos... acessíveis, seja no meio acadêmico ou administrativo. Os artigos podem ser conferidos em: <http://cta.ifrs.edu.br/publicacoes/visualizar/82> e <http://cta.ifrs.edu.br/publicacoes/visualizar/81>.

9) Publicidade governamental e pronunciamentos oficiais: por meio de capacitações presenciais e a distância o CTA – Centro Tecnológico de Acessibilidade e a Assessoria de Ações Inclusivas (AAI) do IFRS, orientam os setores sobre a divulgação de cartazes, banners, eventos, necessidade dos intérpretes de Libras nos eventos promovidos pela instituição, dentre outros. Além disso está sendo desenvolvido o Manual de Acessibilidade do IFRS, em dois fascículos, que contemplará as informações sobre as diversas formas de apresentação de documentos e mídias com acessibilidade. A previsão é que o livro seja publicado em formato eletrônico acessível e também em formato impresso no primeiro semestre de 2017 (1º fascículo). Na sequência segue o conteúdo dos dois fascículos:

Manual de Acessibilidade – Fascículo 1 (primeiro semestre de 2017)

- Introdução
- Conceitos chave
- Acessibilidade e Desenho Universal
- As pessoas com deficiência e o acesso ao meio digital
- Práticas para criar documentos digitais acessíveis
 - Documentos de texto
 - Apresentações de slides
 - Planilhas
 - PDFs
 - Documentos digitalizados
- Recursos, ferramentas e leituras.

Manual de Acessibilidade – Fascículo 2 (segundo semestre de 2017)

- Introdução à Acessibilidade na Web
- Recomendações de Acessibilidade na Web
- Práticas para desenvolver um site acessível
- Avaliação de acessibilidade na web
- Recursos, ferramentas e leituras.

10) Bulas de medicamentos: não se aplica ao IFRS.

11) Manuais de equipamentos eletroeletrônicos e mecânicos de uso doméstico: quando é desenvolvida uma Tecnologia Assistiva, por exemplo, o CTA produz um manual de confecção e de uso da mesma e publica em formato digital acessível, conforme link das publicações: <http://cta.ifrs.edu.br/publicacoes/listar/19>. Além disso há um canal de comunicação (e-mail) para esclarecimentos adicionais: cta@ifrs.edu.br. Na medida do possível a ideia é expandir a todos os manuais confeccionados no contexto do IFRS.

12) Exame de Proficiência: os processos seletivos – realização de testes de proficiência tiveram início há aproximadamente 3 anos no IFRS, sendo considerados novos ainda na instituição. De toda a forma é prevista a condição de acessibilidade, conforme consta nos editais, que seguem o padrão fornecido pela SESU/MEC:

4.1. Os critérios para declaração dos candidatos com deficiência obedecerão ao disposto no Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e o Decreto nº 6.949/2009, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Edital 9 \ (0104063\) SEI 23000.005831/2014-87 / pg. 4

4.2. Para assegurar condição de acessibilidade necessária à participação do candidato com deficiência, o candidato deverá, após formalizar sua inscrição, preencher o formulário de inscrição disponibilizado no endereço eletrônico <http://isf.mec.gov.br/ingles/pt-br/documentos> e protocolar sua solicitação por meio do e-mail isf.acessibilidade@mec.gov.br, encaminhando os seguintes documentos: [...] Maiores detalhes em: https://www.ufmg.br/dri/wp-content/uploads/2012/05/Edital_09_2016_TOEFL_ITP2.pdf

Assim, a exemplo do que é feito nos processos seletivos e concursos do IFRS, aos candidatos com necessidades específicas que solicitarem condição especial, o IFRS providencia. Dentre as principais condições especiais destacam-se: provas ampliadas, em Braille, em Libras, sala de fácil acesso, mesa adaptada, tempo extra para realização da prova, leitor, preenchedor de elipses, leitor de telas, ampliadores de imagem, mouses,

acionadores e teclados adaptados ou outros recursos de tecnologia assistiva, além de profissional capacitado para auxiliar o aluno com necessidades específicas.

13) Formação de tradutor e intérprete de Libras: o *Campus* Alvorada, localizado na região metropolitana de Porto Alegre e uma das unidades do IFRS, possui o Curso Técnico subsequente de Tradução e Interpretação de Libras. Conforme informações constantes no site da instituição (<http://expansao.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=27&sub=515>), o egresso desse curso terá condições de realizar a interpretação simultânea entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o português e vice versa, com fluência e coerência em diferentes espaços. Traduz publicações em português escrito para vídeos em Língua Brasileira de Sinais. Traduz vídeos em Língua Brasileira de Sinais para o português escrito. Analisa as traduções realizadas. Vale-se dos referenciais visuais, identitários e linguísticos da Comunidade Surda ao interpretar e traduzir do Português para a LIBRAS, como também, verte esses referenciais para o português padrão. Sua atuação deve respeitar a ética profissional do intérprete e a cultura surda. Informações sobre o curso:

- Duração: 4 semestres
- Carga horária: 1.200 horas
- Turno: tarde ou noite
- Matriz Curricular:

[http://expansao.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20164119148145matriz_ttils_nova_\(1\).pdf](http://expansao.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20164119148145matriz_ttils_nova_(1).pdf)

- Horários:

http://expansao.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2015224133735496horario_curso_libras_alvorada.pdf

O Tradutor e Intérprete de Libras teve suas atividades regulamentadas pela Lei 12.319/2010, onde sua formação a nível médio está prevista tanto em cursos de formação continuada quanto em curso técnico. Sua atividade está descrita na Classificação Brasileira de Ocupações sob o código 2614-25. As atividades do tradutor e intérprete de Libras estão relacionadas a viabilizar as condições de acessibilidade necessárias às pessoas surdas usuárias da Libras, conforme previsto em legislação e normativas: Lei 10.048/2000, Lei 10.098/00, Decreto 5.296/2004, Decreto 5.626/2005, Decreto 7.611/2011, NBR 15.599/2010. (Fonte: <http://expansao.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=27&sub=515>).

14) Inclusão de tradutor/intérprete em instituições federais de educação básica e superior:

O IFRS possui em seu quadro 5 (cinco) intérpretes de Libras concursados. Possui código de vagas para concursar mais 17 (dezesete) intérpretes. No entanto aguarda a liberação do MPOG para que isso seja possível. Além dos intérpretes concursados o IFRS também possui 12 (doze) intérpretes contratados (dados de dezembro de 2016). Esse número varia de acordo com a quantidade de alunos surdos em cada unidade da instituição. Busca-se junto ao MEC/MPOG a possibilidade do tradutor-intérprete de Libras temporário (assim como ocorre com o professor), já que há uma sazonalidade grande nas instituições, ou seja: num determinado período um *Campus* tem um número “x” de alunos surdos e no semestre/ano seguinte esse número varia (aumenta ou diminui) consideravelmente, o que torna difícil a previsão da quantidade de servidores concursados em cada unidade da instituição.

15) Inserção de tradutores de Libras nas instituições federais de ensino: idem ao anterior.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Desempenho Financeiro no exercício

A exemplo do exercício anterior e conforme já relatado em outros tópicos do Relatório de Gestão, em 2016 não houve sincronismo entre os ingressos e dispêndios financeiros, tendo em vista que os repasses efetuados mensalmente pela SPO foram insuficientes para o pagamento de todas as obrigações liquidadas.

Apesar de os repasses financeiros terem sido feitos duas vezes por mês, portanto, de forma mais frequente do que em 2015, período em que se restringiam a um único repasse mensal, os percentuais liberados jamais atingiram a totalidade das liquidações realizadas na Fonte 0112000000. Mesmo assim, o Órgão se empenhou em respeitar tanto quanto possível a ordem cronológica de pagamentos, de acordo com os recursos disponíveis e relevância das despesas sob o aspecto de essencialidade para manutenção de seu funcionamento, inclusive com pagamentos parciais aos credores.

Já os recursos da Fonte 0100000000, salvo raríssimas exceções, passaram a ser liberados na integralidade das liquidações realizadas, tendo em vista a priorização dos pagamentos de despesas vinculadas à assistência estudantil.

Assim, do montante de recursos financeiros transferidos para a Reitoria, efetuamos os repasses aos *Campi* na estrita proporcionalidade aos valores por eles liquidados.

Em relação à Receita Própria (Fonte 0250000000), o IFRS arrecadou 97,85% da previsão inicial. Porém, o orçamento efetivamente utilizado foi de 80,75% do previsto, tendo em vista a limitação do prazo para empenho e a solicitação de bloqueio da dotação de receita própria visando atender ao Decreto 8.859/2016, que estipulava que as unidades orçamentárias vinculadas ao MEC deveriam disponibilizar, para cancelamento, as dotações de receita própria que não tiveram efetiva arrecadação.

Ressalte-se que o IFRS é um órgão que depende fundamentalmente dos recursos transferidos de órgãos superiores, pois sua receita própria representa menos de 0,5% do orçamento total expresso na LOA, insignificante também perto dos recursos necessários para a manutenção da estrutura. Isso porque é um ente com vocação de prestador de serviços e não gerador e/ou arrecadador de receitas.

6.2. Tratamento contábil da depreciação da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

a) Informamos que o IFRS adota os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, parcialmente com exceção ao disposto na letra “b”, como segue:

b) Ausência do processo de Reavaliação dos Bens Móveis e Imóveis conforme determina NBCT 16.10, MCASP 6ª edição e Macrofunção SIAFI 020335 - Reavaliação e Redução a Valor Recuperável, principalmente dos bens móveis adquiridos em 2010 e 2011, em razão de que estamos priorizando o levantamento do inventário físico do IFRS e após os ajustes necessários é que teremos condições a partir de uma base de dados atualizada e mais confiável, proceder a Reavaliação e Redução a Valor Recuperável de bens que eventualmente se enquadrarem nesta condição.

c) A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo é baseada na Macrofunção 020300 do Tesouro Nacional, em seu item 27:

27. O administrador deverá seguir a tabela de vida útil abaixo, estabelecida para cada conta contábil. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabilizará a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação. Assim, mesmo havendo diferenças relativas às características de cada item classificado na mesma conta contábil, deverá ser aplicado o critério padrão de vida útil, devido às limitações operacionais dos sistemas, compreensão da informação e representatividade. Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também será padronizado e deverá seguir o especificado na tabela abaixo.

d) O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes.

e) As taxas utilizadas para o cálculo estão no quadro 45.

Quadro 45 – Tabela de vida útil padrão

<i>Tabela de Vida Útil Padrão</i>			
Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual
14212.02.00	AERONAVES	0	-
14212.04.00	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
14212.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
14212.08.00	APARELHOS EQUIP. E UTENS. MED., ODONT., LABOR.	15	20%
14212.10.00	APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	10	10%
14212.12.00	APARELHOS E UTENSILIOS DOMÉSTICOS	10	10%
14212.13.00	ARMAZENS ESTRUTURAIS - COBERTURAS DE LONA	10	10%
14212.14.00	ARMAMENTOS	20	15%
14212.16.00	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	0	-
14212.18.00	COLEÇÕES E MATERIAS BIBLIOGRÁFICOS	10	-
14212.19.00	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
14212.20.00	EMBARCAÇÕES	0	-
14212.22.00	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
14212.24.00	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORR	10	10%
14212.26.00	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	10%
14212.28.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUST	20	10%
14212.30.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
14212.32.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
14212.33.00	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
14212.34.00	MÁQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
14212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5	10%
14212.36.00	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10	10%
14212.38.00	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
14212.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
14212.40.00	MAQ. EQUIP. UTENSILIOS AGRI/AGROP. E RODOVIÁRIC	10	10%
14212.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
14212.44.00	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	0	-
14212.46.00	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10%
14212.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%
14212.49.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESERV.	10	10%
14212.50.00	VEICULOS FERROVIÁRIOS	30	10%
14212.51.00	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%
14212.52.00	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	15	10%
14212.53.00	CARROS DE COMBATE	30	10%
14212.54.00	EQUIP.,PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	30	10%
14212.56.00	EQUIP.,PEÇAS E ACES. DE PROTEÇÃO AO VOO	30	10%
14212.57.00	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
14212.58.00	EQUIP. DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
14212.60.00	EQUIP.,PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15	10%
14212.83.00	EQUIP. E SISTEMA DE PROTEÇÃO VIG.AMBIENTAL	10	10%

f) Quanto à metodologia adotada na avaliação e mensuração dos imóveis, é montada ao final do ano, em cada uma das unidades (*Campi* e Reitoria), uma comissão interna de patrimônio para realizar o Inventário dos Bens Imóveis. Os critérios usados para avaliar os imóveis baseiam-se em consultas a imobiliárias (para apurar o valor de mercado), a contabilização do valor gasto em obras e benfeitorias, e as possíveis depreciações. As avaliações apuram um valor aproximado, com margem de erro dentro do razoável, de forma a apresentar uma estimativa do valor patrimonial dos imóveis da União, que é o objetivo central do sistema SPIUnet. Após a finalização dos inventários e emissão dos relatórios, o sistema SPIUnet é atualizado com os novos valores e descrições detalhadas das benfeitorias existentes nos imóveis, gerando por consequência atualizações no sistema SIAFI. Os bens móveis são contabilizados pelo valor de aquisição e aplicada a correspondente depreciação. Já os estoques resumem-se a materiais de expediente e de uso continuado, normalmente itens de pequena monta e com rápida passagem pelo almoxarifado central, cujo controle é efetuado através do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA). Quanto aos demais itens, restam prejudicados, uma vez que não há registros de créditos de dívidas, investimentos e diferido.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBCT 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício foi o de trazer o montante de bens patrimoniais constantes do inventário geral para a realidade de valor presente, tornando a informação do Balanço do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia ainda mais fidedigna, eis que foram registradas as variações ocorridas no Patrimônio para mais e para menos, obedecendo também o disposto na Macrofunção 020300. O resultado alcançado é importante inclusive para a consolidação dos dados no Balanço Geral da União, que resultará em uma peça que traduzirá com maior propriedade entre outras evidenciações, o montante do Patrimônio da União.

6.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O IFRS não possui um sistema de apuração de custos e nem participou até 2016 do Sistema de Informações de Custos implantado pelo Governo Federal conforme Portaria 157 de 09 de março de 2011. Entretanto, tem seus gastos de Custeio com exceção de pessoal, e Investimentos apurados por Unidade Gestora, e em nível que permite identificar minimamente onde são aplicados os recursos.

- a) Neste contexto, o IFRS está estruturado pela Reitoria e suas respectivas Pró-Reitorias:
 - 158141 – Reitoria
 - 151408 – Pró-Reitoria de Administração
 - 151409 – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
 - 151410 – Pró-Reitoria de Ensino
 - 151411 – Pró-Reitoria de Extensão
 - 151412 – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
 - 155601 – Diretoria de Gestão de Pessoas - IFRS

- b) São partes integrantes da estrutura as seguintes UGS:
 - UG 158141 – Reitoria
 - UGR 152349 – *Campus Rolante*
 - UGR 154778 – *Campus Vacaria*

UGR 154779 – *Campus Alvorada*
UGR 154780 – *Campus Viamão*
UGR 155129 – *Campus Veranópolis*
UG 158261 – *Campus Porto Alegre*
UG 158262 – *Campus Rio Grande*
UG 158263 – *Campus Sertão*
UG 158264 – *Campus Bento Gonçalves*
UG 158265 – *Campus Canoas*
UG 158325 – *Campus Erechim*
UG 158326 – *Campus Restinga*
UG 158327 – *Campus Osório*
UG 158328 – *Campus Caxias do Sul*
UG 158674 – *Campus Farroupilha*
UG 158675 – *Campus Ibirubá*
UG 158676 – *Campus Feliz*
UG 158743 – *Campus Rolante (Janeiro/2016)*
UG 158744 – *Campus Vacaria (Janeiro/2016)*
UG 158745 – *Campus Alvorada (Janeiro/2016)*
UG 158746 – *Campus Viamão (Agosto/2016)*

- c) Não há sistema informatizado de apuração de custos;
- d) Os gastos são alocados obedecendo ao elenco de contas contido na Lei Federal 4320/64 e dispositivos da STN, observando a utilização dos materiais, serviços ou obras segundo as suas finalidades. Também são alocados custos de acordo com a Subação Orçamentária e PI – Plano Interno, conforme Portaria Nº 04, de 04 de novembro de 2014, que instituiu o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamentação e Custos para as unidades orçamentárias e gestoras do Ministério da Educação;
- e) O resultado da alocação dos gastos observando os critérios anteriores, ainda que modestos, permitem a tomada de decisões voltadas ao interesse público, o incremento de aplicação de recursos para aperfeiçoar determinada ação administrativa e/ou finalística, proporciona a visibilidade e o consequente gerenciamento destes gastos, permitindo dimensionar quantitativos de aquisição de materiais, serviços e materiais de natureza permanente de acordo com a finalidade de sua utilização.
- f) Os dados destas execuções podem ser consultados através dos relatórios gerenciais oferecidos pelo Tesouro Gerencial. Podemos extrair relatórios por *Campus*, Subação Orçamentária, PTRES, PI, Natureza de Despesa, Categoria Econômica, Fonte de Recursos, Favorecidos/Credores, Períodos, Valores Empenhados, Liquidados e Pagos, Restos a Pagar, etc.

6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4320/64 e notas explicativas

Os demonstrativos a seguir relacionados estão inseridos na seção Anexos e Apêndices.

Anexo G - BGU-Balanco Financeiro -Anual-Orgao26419-Suborgao26419

Anexo H - BGU-Balanco Orçamentário -Anual

Anexo I - BGU-Balanco Patrimonial -Anual

Anexo J - BGU-Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Anual

Anexo K - BGU-Demonstrações das Variações Patrimoniais-Anual

Anexo L - BGU-Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Anexo M - N.E. 01.001 Balanco Patrimonial – Outras obrigações a curto prazo

Anexo N - N.E. 01.002 Balanco Patrimonial – Pessoal a Pagar

Anexo O - N.E. 01.003 Balanco Patrimonial – Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo

Anexo P - N.E. 01.004 Balanco Patrimonial – Valores Restituíveis

Anexo Q - N.E. 01.005 Balanco Patrimonial – Ajustes de Exercícios Anteriores

Anexo R - N.E. 01.006 Balanco Patrimonial – Obrigações Contratuais

Anexo S - N.E. 02.001 Demonstrativo das Variações Patrimoniais – Outras transferências e delegações recebidas

Anexo T - N.E. 02.002 Demonstrativo das Variações Patrimoniais – Ganhos com desincorporação de passivos

Anexo U - N.E. 02.003 Demonstrativo das Variações Patrimoniais – Exploração de bens, direitos e prestação de serviços

Anexo V - N.E. 02.004 Demonstrativo das Variações Patrimoniais – Outras transferências e delegações concedidas

Anexo W - N.E. 03.001 Balanco Orçamentário – Indenizações, Restituições e Ressarcimentos

Anexo X - N.E. 03.002 Balanco Orçamentário – Execução Orçamentária da Receita e Composição

Anexo Y - N.E. 03.003 Balanco Orçamentário – Movimentação de Créditos Orçamentários

Anexo Z - N.E. 03.004 Balanco Orçamentário – Restos a Pagar – Composição e principais despesas

Anexo AA - N.E. 03.005 Balanco Orçamentário – Atraso na execução dos restos a pagar

Anexo AB - N.E. 03.006 Balanco Orçamentário – Execução Orçamentária da Despesa e Composição

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

No exercício de 2016 o TCU emitiu um acórdão que exigiu providências para o IFRS. Refere-se a cadastro de aposentadoria no Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e concessões (Sisac). Abaixo é detalhado o processo e as providências tomadas pela gestão do IFRS para o atendimento do acórdão.

Processo: TC-032.900/2015-5.

Acórdão: 717/2016.

Item 1.8: Determinar à unidade de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/2011, 260, § 6, do Regimento Interno, 9º, §§ 6º e 7º, da Resolução – TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa – TCU 55/2007.

Providências adotadas pelo IFRS: foram realizadas as correções necessárias e apresentado um novo ato Sisac. Com a correção efetuada o servidor completou os tempos mínimos de serviço público e contribuição necessários para sua aposentadoria.

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Para o acompanhamento das recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) o IFRS mantém atualizado o Plano Permanente de Providências que, desde o final do exercício de 2015, passou a ser realizado via sistema “Monitor” disponibilizado pela CGU. Além da Unidade de Auditoria Interna estar acompanhando as recomendações os gestores das áreas em que as recomendações foram direcionadas/emitidas são responsáveis pelo tratamento e atendimento das recomendações.

No exercício de 2016 o IFRS possuía 19 (dezenove) recomendações emitidas pela CGU. Cinco de exercícios anteriores e 14 (quatorze) emitidas no decorrer do exercício de 2016 (auditoria referente a Prestação de Contas de 2015). Destas 19 (dezenove) recomendações, em relatório emitido no sistema Monitor da CGU, 6 (seis) recomendações foram consideradas atendidas, 2 (duas) recomendações foram canceladas e 11 (onze) recomendações estão em fase de atendimento. Abaixo, resumidamente, relatamos estas recomendações e as providências adotadas pela gestão:

ATENDIDAS (seis recomendações)

Relatório: 201308798

Identificação: 11436

Recomendação: Apurar as parcelas percebidas indevidamente a título de Dedicção Exclusiva e efetivar a reposição ao erário, na forma do artigo 46 da Lei 8.112/90, a qual deverá ser precedida, de acordo com o Enunciado AGU nº 63/2012, do devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Providências adotadas pelo IFRS: O IFRS apurou o valor recebido indevidamente e os valores estão sendo restituídos ao erário mensalmente conforme consta no processo administrativo nº 23419.000012.2014-31.

Relatório: 201308798

Identificação: 64212

Recomendação: Acompanhar, junto aos servidores, a adoção das providências cabíveis e definitivas visando atualizar e regularizar a vinculação dos docentes às empresas privadas e sociedades junto aos órgãos públicos competentes.

Providências adotadas pelo IFRS: Foram abertos e concluídos processos administrativos disciplinares e as situações foram regularizadas.

Relatório: 201308798

Identificação: 64213

Recomendação: Apurar, no período em que os servidores referidos figuram na qualidade de sócio-administrador, a infringência do regime de Dedicção Exclusiva, ou seja, o exercício de atividade privada, de caráter regular, não permitida no Decreto nº 94.664/87, artigo 15, e na Lei nº 12.772/2012, artigo 20 parágrafo 2º.

Providências adotadas pelo IFRS: A recomendação foi atendida quando da abertura e posterior conclusão de processos administrativos disciplinares que apuraram os fatores apontados pela CGU.

Relatório: 201308798

Identificação: 64214

Recomendação: Configurado o descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva, apurar as parcelas percebidas indevidamente a título de Dedicção Exclusiva e efetivar a reposição ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, a qual deverá ser precedida, de acordo com o Enunciado AGU nº 63/2012, do devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Providências adotadas pelo IFRS: Foram abertos e concluídos processos administrativos disciplinares e as situações foram regularizadas.

Relatório: 201308798

Identificação: 64496

Recomendação: Acompanhar, junto aos servidores, a adoção das providências cabíveis e definitivas visando atualizar e regularizar a vinculação dos docentes às associações ou entidades sem finalidade lucrativa junto aos órgãos públicos competentes.

Providências adotadas pelo IFRS: Solicitado aos servidores, por meio de memorando, a regularização das situações. Quando necessário foram abertos processos administrativos.

Relatório: 201601448

Identificação: 162752

Recomendação: Instituir controles e atualizar periodicamente a declaração dos professores em regime de dedicação exclusiva afirmando que não exercem outra atividade remunerada.

Providências adotadas pelo IFRS: A Diretoria de Gestão de pessoas elaborou amplo comunicado de ampla divulgação aos servidores do IFRS sobre as implicações do regime de dedicação exclusiva. O comunicado foi enviado aos servidores por meio de e-mail institucional. A atualização periódica da declaração do não exercício de atividades remunerada é realizada nos casos de alteração de regime aprovado pelo Conselho Superior do IFRS. Para os demais casos estuda-se a possibilidade de elaborar uma ferramenta no sistema de informação para que se faça a declaração de forma digital.

CANCELADAS (duas recomendações)

Relatório: 201601448

Identificação: 162750

Recomendação: Promover, nos termos do Artigo 133 da Lei nº 8.112/90, apuração de possível descumprimento do regime de dedicação exclusiva pelos docentes SIAPE nº 2245369, 1479279, 1116789, 1901102, 1791686, 1590830, 1817717, 2020020, 1867761, 1693854, 1902147, 379181, 1661887, 1768477, 1306249, 2035413, 2141187, 1134180 e 1105211.

Motivo da baixa (conforme CGU): Em consulta ao sistema Macros, verificamos que as matrículas relacionadas na recomendação não figuram mais nas informações de rendimentos na RAIS de outras fontes que não do próprio IFRS. Em alguns casos apenas não foram informadas as datas das baixas dos vínculos na RAIS. Em outros os vínculos informados são com os antigos CEFETs que hoje fazem parte do Instituto. Desse modo optamos pelo cancelamento da recomendação.

Relatório: 201601448

Identificação: 162751

Recomendação: Providenciar o ressarcimento ao erário, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, das parcelas de dedicação exclusiva pagas indevidamente aos docentes SIAPE nº 2245369, 1479279, 1116789, 1901102, 1791686, 1590830, 1817717, 2020020, 1867761, 1693854, 1902147, 379181, 1661887, 1768477, 1306249, 2035413, 2141187, 1134180 e 1105211, caso se confirmem as irregularidades, após a conclusão dos processos apuratórios.

Motivo da baixa (conforme CGU): Em consulta ao sistema Macros, verificamos que as matrículas relacionadas na recomendação não figuram mais nas informações de rendimentos na RAIS de outras fontes que não do próprio IFRS. Em alguns casos apenas não foram informadas as datas das baixas dos vínculos na RAIS. Em outros os vínculos informados são com os antigos CEFETs que hoje fazem parte do Instituto. Desse modo optamos pelo cancelamento da recomendação.

EM ATENDIMENTO (onze recomendações)

Relatório: 201601448

Identificação: 162739

Recomendação: Adotar os procedimentos necessários ao saneamento da causa da intempestividade dos registros, no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), das informações requeridas por meio da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, com observância ao prazo estabelecido em seu artigo 1º, parágrafo 3º, sem prejuízo da apuração de responsabilidade, na forma preceituada na Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em seu artigo 121 e seguintes, nas hipóteses em que, porventura, venha a ocorrer prescrição de ações disciplinares em razão do fato constatado.

Providências adotadas pelo IFRS: a instituição já cientificou os novos cadastradores acerca do prazo de 30 dias para registro das informações e novos processos no sistema CGU-PAD.

Relatório: 201601448

Identificação: 172740

Recomendação: De forma a dar cumprimento ao prazo estabelecido na Instrução Normativa TCU n.º 55, de 24 de outubro de 2007, especificamente em seu artigo 7º,

recomenda-se adequar o dimensionamento dos recursos humanos em razão da demanda de trabalho, bem como intensificar a supervisão das atribuições desempenhadas de forma descentralizada.

Providências adotadas pelo IFRS: Foram alocados dois servidores para auxílio no despacho de processos de prestação de contas de Atos de Pessoal a fim de agilizar o envio dos mesmos à CGU. Os controles já existentes em forma de planilhas foram ampliados através de comunicados e da emissão da Ordem de Serviço nº 004 de 18 de maio de 2016 que orienta os procedimentos de SISAC, e faz referência à IN nº 55/TCU.

Relatório: 201601448

Identificação: 162741

Recomendação: Apresentar um cronograma de ações para fortalecer o controle de movimentação de bens móveis no âmbito da Instituição, providenciando termos de responsabilidade atualizados e assinados sob a guarda do Setor de Patrimônio e Almoarifado, catálogo de materiais padronizado e a adoção ou criação de processo regular de descarga patrimonial.

Providências adotadas pelo IFRS: Em 17 de maio foi emitida a Portaria 1047, designando o Grupo de Trabalho responsável por analisar e propor metodologia para saneamento de questões relativas à Gestão Patrimonial dos bens móveis do IFRS, com prazo de trabalho prorrogado pela Portaria 1285, de 24 de junho. Este Grupo de Trabalho elaborou procedimentos que estão sendo analisados pela gestão e serão consolidados em um Manual de Patrimônio e irão fortalecer o controle patrimonial no âmbito do IFRS, dentre as quais, os relativos à descarga patrimonial. A expectativa de finalização do manual é março de 2017. Em relação especificamente aos Termos de Responsabilidade, foi dado prazo, dentro do cronograma do Inventário Anual, para que as unidades regularizem esta situação até 11 de novembro de 2016. Quanto ao catálogo de materiais, que envolve a implantação do novo Sistema de Gestão do IFRS, após o período de trabalho da equipe de Tecnologia da Informação, de consolidação das informações de todos os campi do IFRS, a partir dos 5 sistemas de controle patrimonial atualmente em uso na instituição, em 23 de setembro foi emitida a Portaria 2049, que constitui o Grupo de Trabalho para análise dos itens a serem importados para o catálogo de materiais do SIG/SIPAC. No próximo dia 07/03/2017 ocorrerá uma reunião para definição da implantação do Catálogo.

Relatório: 201601448

Identificação: 162742

Recomendação: Apresentar um cronograma de ações para integração dos sistemas de controle patrimonial dos diferentes campi da Instituição.

Providências adotadas pelo IFRS: A integração dos sistemas de controle patrimonial está acontecendo com a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos (SIG/SIPAC). Os trabalhos estão em andamento, em módulo de testes, e o prazo para implantação definitiva do módulo é maio de 2017.

Relatório: 201601448

Identificação: 162743

Recomendação: Relacionar os bens inservíveis ainda patrimoniados, com os respectivos valores registrados no balanço contábil e nos controles de patrimônio, e indicar a programação de destinação destes bens e as respectivas previsões de baixa do balanço contábil e dos registros de controle de patrimônio da Instituição.

Providências adotadas pelo IFRS: O atendimento a esta recomendação somente será possível após a implantação dos procedimentos de atendimento das recomendações de identificação 162741 e 162742, bem como da realização do inventário consolidado da instituição.

Relatório: 201601448

Identificação: 162744

Recomendação: Apurar responsabilidades quanto à diferença de R\$ 9.578.128,19 (apurada em março/2016) a maior registrado no balanço contábil (contas do ativo: bens móveis e intangíveis) em relação aos controles patrimoniais da Instituição.

Providências adotadas pelo IFRS: O atendimento a esta recomendação somente será possível após a implantação dos procedimentos de atendimento das recomendações de identificação 162741, 162742 e 162745, bem como da realização do inventário consolidado da instituição.

Relatório: 201601448

Identificação: 162745

Recomendação: Promover ações no sentido de reaver (ou regularizar) o valor de R\$ 9.578.128,19 (apurada em março/2016) a maior registrado no balanço contábil (contas do ativo: bens móveis e intangíveis) em relação aos controles patrimoniais da Instituição.

Providências adotadas pelo IFRS: O atendimento a esta recomendação somente será possível após a implantação dos procedimentos de atendimento das recomendações de identificação 162741 e 162742, bem como da realização do inventário consolidado da instituição.

Relatório: 201601448

Identificação: 162746

Recomendação: Apresentar um cronograma de procedimentos para avaliação dos bens móveis / intangíveis / outros, a fim de cumprir as determinações da NBCT 16.10, MCASP 6º edição e Macrofunção SIAFI 020335 Reavaliação e Redução a Valor Recuperável.

Providências adotadas pelo IFRS: O atendimento a esta recomendação somente será possível após a implantação dos procedimentos de atendimento das recomendações de identificação 162741, 162742 e 162743, bem como da realização do inventário consolidado da instituição. Os procedimentos poderão ser implantados a partir do mês de junho de 2017.

Relatório: 201601448

Identificação: 162747

Recomendação: Realizar o inventário patrimonial consolidado de bens móveis do IFRS por comissão inventariante formalmente designada.

Providências adotadas pelo IFRS: A partir dos trabalhos da comissão relacionada na recomendação de identificação 162741, foi organizado o cronograma do inventário consolidado do IFRS para o exercício 2016. Em 27 de outubro foi designada a Comissão Inventariante Central, e os prazo para conclusão do inventário é 31 de março de 2017.

Relatório: 201601448

Identificação: 162748

Recomendação: Acompanhar e cobrar o atendimento da demanda junto à SPU-RS no sentido de ser efetivada a baixa no SPIUnet do imóvel sito à Rua Voluntários da Pátria, 524, com frente à Rua Cel. Vicente, 281, Porto Alegre, o qual foi adquirido pelo IFRS e permanece cadastrado no referido Sistema em nome da Secretaria de Patrimônio da União.

Providências adotadas pelo IFRS: O IFRS segue cobrando da SPU o atendimento da demanda para efetivação da baixa do referido imóvel, ainda sem resolução da questão.

Relatório: 201601448

Identificação: 162749

Recomendação: Promover o cadastro do imóvel sito à Rua Voluntários da Pátria, 524, com frente à Rua Cel. Vicente, 281, Porto Alegre, no SPIUnet, em nome do IFRS, e a respectiva baixa na conta contábil 1.2.3.2.1.02.00 BENS DE USO ESPECIAL NAO REGISTRADOS SPIUNET, subconta 1.2.3.2.1.02.24 SALAS E ESCRITORIOS, no valor de R\$ 3.500.000,00.

Providências adotadas pelo IFRS: O atendimento a esta recomendação somente será possível após o atendimento da recomendação de identificação 162748.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Quadro 46– Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração *	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

No que diz respeito às providências tomadas pela instituição, concernentes aos ilícitos administrativos - especialmente os que resultam em dano ao erário, a instituição adota os procedimentos previstos no art. 143 da Lei 8.112/90, ou seja, apuração mediante sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, aliado ainda com o fluxo de sindicâncias e processos disciplinares contidas em normativa interna da instituição (link: [http://ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201574161120433in_n%C2%B0_04_de_07_de_mairo_de_2015_\(1\).pdf](http://ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201574161120433in_n%C2%B0_04_de_07_de_mairo_de_2015_(1).pdf))

Com relação à Tomadas de Conta Especial, não houve nenhum caso no exercício de 2016 na instituição.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8666/1993

Ao longo de 2016, o IFRS trabalhou no sentido de alinhar seus pagamentos ao artigo 5º da Lei 8.666/1993, que dispõe que, no pagamento de suas obrigações, o órgão deve obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das suas exigibilidades relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços. O mesmo artigo, no entanto, permite priorizações para os casos em que existam relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Diante da habitualidade de repasses de recursos de forma contingenciada, houve desde o início do ano a necessidade de seguir prioridades de pagamento, o que foi feito com base em decisão formalizada na reunião do Colégio de Dirigentes de 05/03/2015. Na ocasião, foi decidido que seriam priorizados os pagamentos referentes a: (1) assistência estudantil, visando oferecer aos alunos condições para frequentarem às aulas; (2) obras em andamento, evitando sua paralisação; e (3) pagamento de serviços públicos (água, energia elétrica, telefone etc.) e serviços terceirizados (vigilância, limpeza, cozinha etc.), visando à manutenção do funcionamento da Instituição. No caso específico da assistência estudantil, não houve contingenciamento nos repasses, permitindo que o IFRS promovesse seus pagamentos de forma integral e tempestiva.

Os pagamentos considerados prioritários tiveram prevalência no decorrer de todo o exercício. Para os demais, foi seguida a ordem cronológica de liquidação até o limite de recursos financeiros liberados, pela Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), com base nos valores liquidados pelo órgão subordinado até uma determinada data de corte. Como as liberações eram frequentemente parciais (inferiores aos valores previamente liquidados), os critérios de priorização foram determinantes na ordem de pagamento das obrigações.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Informamos que no ano de 2016 não foi necessário providenciar revisões de contratos de obras e serviços de engenharia, bem como de Tecnologia da Informação, devido os contratos vigentes e novas licitações já considerarem a Lei 12.546/2011 e art. 2º do decreto 7.828/2012.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 47 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	2080 / 20RL	440.196,40	350.973,83
Mercadológica			
Utilidade pública			

- Também foram pagos R\$ 90.841,46 com empenhos de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.
- Fonte: Tesouro Gerencial
- Data da extração dos dados: 17/02/2017

Os gastos descritos no quadro 47 se deram mediante os seguintes contratos:

- Contrato 54/2014 - Imprensa Nacional - vigência: 01/07/2014 a 30/06/2019. Valor anual estimado para todas as unidades do IFRS: R\$ 2.223.556,35. Objeto: Publicidade no Diário Oficial da União - DOU.
- Contrato 71/2015 – Empresa Brasil de Comunicação - EBC - vigência: 23/06/2015 a 23/06/2020. Valor anual estimado para todas as unidades: R\$ 760.620,00. Objeto: Publicidade legal em revistas e jornais.

7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Esse subitem de informação tem por objetivo demonstrar o cumprimento da obrigatoriedade de oferecer a Língua Brasileira de Sinais – Libras como disciplina curricular obrigatória, conforme estabelece o art. 3º do Decreto 5.626/2005.

O quadro 48 (Anexo AC) detalha as informações.

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO A - Quadro 05 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria	De acordo com o Art. 10 do Regimento Geral do IFRS, compete ao Reitor: I. nomear, exonerar, designar, dispensar, aposentar, redistribuir, remover, autorizar a realização de concursos e homologar atos de progressão/alteração relacionados à vida funcional dos servidores II. articular com órgãos governamentais a celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas; III. celebrar acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas; IV. conferir graus, títulos e condecorações, bem como assinar diplomas e demais certificações, juntamente com o Diretor-Geral; V. presidir as cerimônias de outorga de grau e, na sua ausência, delegar essa competência ao Diretor-Geral; VI. coordenar, controlar e superintender as Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Direções-Gerais dos <i>Campi</i> , assegurando uma identidade própria, única e <i>multicampi</i> , de gestão para o IFRS; VII. promover políticas, coordenar e fiscalizar as atividades da Instituição; VIII. representar o IFRS em juízo ou fora dele; IX. delegar poderes, competências e atribuições através de instrumentos legais; X. expedir resoluções, portarias e atos normativos, bem como constituir comissões e exercer o poder de disciplina, no âmbito do IFRS; XI. fazer a gestão do Conselho Superior e do Colégio de Dirigentes, incluindo a posse e convocação dos seus membros, bem como a presidência das sessões; XII. designar, nomear e exonerar os Pró-Reitores, os Diretores-Gerais <i>Campi</i> novos ou em implantação, os diretores dos núcleos avançados, bem como definir cargos de direção e função gratificada e designar, nomear e exonerar servidores para o exercício dos mesmos, integrantes da Reitoria do IFRS; XIII. nomear os Diretores-Gerais, eleitos na forma da lei; XIV. deliberar <i>ad referendum</i> do	Cláudia Schiedeck Soares de Souza	Reitora	01/01 a 14/02/2016
		Oswaldo Casares Pinto	Reitor	15/02 a 31/12/2016

	Conselho Superior em situações de urgência e no interesse da Instituição; XV. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.			
Auditoria Interna	Órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente. Dentre os objetivos principais estão o aperfeiçoamento dos controles internos, a regularidade da gestão da Instituição, a regulamentação da aplicação e utilização dos recursos disponíveis, o cumprimento das disposições legais e regulamentares e a racionalização das ações dos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.	Marcelo Juarez Vizzotto	Auditor Chefe	01/01 a 31/12/2016
Procuradoria Federal	Execução dos encargos de consultoria e assessoramento jurídicos, a defesa judicial e extrajudicial do IFRS, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais emanadas do poder público. De acordo com o Art. 10 do Regimento da Reitoria, ao Procurador Federal compete: I. Assistir à Reitoria em questões referentes à legalidade dos atos a serem praticados; II. Emitir parecer sobre processos de licitação, contratos, convênios, procedimentos relativos à gestão de pessoas e outros assuntos que demandem análise jurídica no âmbito do IFRS; III. Representar judicial e extrajudicialmente o IFRS; IV. Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao IFRS; V. Examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do IFRS os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados pela Instituição; VII. Examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do IFRS os	Fúlvio Daniel Cavalli	Procurador-Chefe	01/01 a 23/08/2016
		Albert Caravaca	Procurador-Chefe	24/08 a 31/12/2016

	<p>atos pelos quais se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir a dispensa de licitação;</p> <p>VIII. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área;</p> <p>IX. Acompanhar os procedimentos administrativos (sindicâncias, processo administrativos disciplinares, entre outros) instaurados no IFRS e orientar, sempre que solicitado, os trabalhos das respectivas comissões;</p> <p>XI. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.</p>			
<p>Conselho Superior</p>	<p>É o órgão máximo do Instituto Federal do Rio Grande do Sul de caráter consultivo e deliberativo, tendo sua composição e competência definidas nos artigos 8º e 9º do Estatuto do IFRS e seu funcionamento definidos no Regimento Geral e no Regimento Interno do próprio conselho.</p> <p>Compete ao Conselho Superior na forma do Estatuto, do Regimento Geral da Instituição e do Regimento Interno: I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional; II. deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores-Gerais dos <i>Campi</i>, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008; III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros; VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em</p>	<p>Reitora, Diretores Gerais dos <i>Campi</i>, representantes dos egressos, da sociedade civil, do Ministério da Educação, representantes dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo.</p>	<p>Conselheiros</p>	<p>01/01 a 31/12/2016</p>

	<p>geral a serem cobrados pelo Instituto Federal; IX. autorizar a criação e a alteração curricular de cursos de graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto Federal, bem como o registro de diplomas; X. extinguir cursos técnicos, de graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto Federal; XI. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; XII. deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação; XIII. apreciar, no âmbito de sua competência, propostas e resoluções oriundas dos demais colegiados; XIV. aprovar as normas disciplinadoras quanto ao dimensionamento, à lotação, ao ingresso, ao regime de trabalho, à progressão funcional, à avaliação e à qualificação dos servidores do Instituto Federal; XV. aprovar o regimento interno, dos colegiados e dos <i>campi</i> que compõem o Instituto Federal; XVI. atuar como instância máxima no âmbito do Instituto.</p>			
Colégio de Dirigentes	<p>I – atuar como um dos órgãos superiores, de caráter consultivo, da administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, emitindo parecer sobre questões pertinentes à administração, ao planejamento, ao ensino, à pesquisa e à extensão; II – propor ações para a melhoria da organização e do funcionamento do Instituto; III – propor ações para melhoria do processo ensino-aprendizagem nos cursos do Instituto; IV – elaborar, aprovar ou modificar o próprio Regimento, por maioria simples;</p>	Reitor, Pró-Reitores e Diretores Gerais dos <i>Campi</i>	Dirigentes	01/01 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Administração – PROAD	<p>é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.</p>	Giovani Silveira Petiz	Pró-Reitor	01/01 a 28/02/2016
		Tatiana Weber	Pró-Reitora	29/02/2016 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Ensino – PROEN	<p>é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão no IFRS.</p>	Amilton de Moura Figueiredo	Pró-Reitor	01/01 a 28/02/2016
		Clarice Monteiro Escott	Pró-Reitora	29/02 a 31/12/2016

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PROPI	é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações de intercâmbio com instituições e empresas.	Júlio Xandro Heck	Pró-Reitor	01/01 a 28/02/2016
		Eduardo Giroto	Pró-Reitor	29/02 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Extensão – PROEX	é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais. Dentre as competências da PROEX, podem ser destacadas: apoiar o desenvolvimento de ações de integração entre a instituição e o mundo do trabalho, nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas; atuar no planejamento estratégico e operacional do IFRS, com vistas à definição das prioridades na área de extensão dos <i>Campi</i> ; fomentar relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais, nacionais e internacionais, e; promover o desenvolvimento da extensão como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico.	Viviane Silva Ramos	Pró-Reitora	01/01 a 31/12/2016
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODI	é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-Reitorias e os <i>Campi</i> . Dentre as competências da PRODI, destacam-se: atuar na articulação da Reitoria com os <i>campi</i> ; atuar no planejamento estratégico do IFRS, com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento dos <i>campi</i> ; colaborar com a Reitoria na promoção de equidade institucional entre os <i>campi</i> , quanto aos planos de investimentos do IFRS; propor alternativas organizacionais, visando ao constante aperfeiçoamento da gestão do IFRS, e; supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas do IFRS.	Oswaldo Casares Pinto	Pró-Reitor	01/01 a 14/02/2016
		José Eli Santos dos Santos	Pró-Reitor	19/02 a 31/12/2016
Departamento de Gestão de Pessoas – DGP	é o órgão executivo que possui como objetivos planejar, orientar, dirigir, coordenar e organizar processos de trabalho bem como executar toda a política de pessoal do Instituto Federal do Rio	Luiz Vicente Köche Vieira	Diretor	01/01 a 28/02/2016
		Marc Emerin	Diretor	29/02/2016 a

Grande do Sul. Dentre as competências da DGP, destacam-se: presidir os processos de provimentos de cargos, bem como gerenciar os de remoção e redistribuição de servidores; supervisionar os serviços de processamento da folha de pagamento; subsidiar a elaboração da proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas; elaborar e supervisionar a política de gestão de pessoas.

31/12/2016

ANEXO B - Quadro 06 – Objetivos estratégicos do IFRS

Área de Gestão	Objetivo Estratégico
Ensino	Consolidar o Processo de Ingresso discente do IFRS
	Criar Observatório da evasão e retenção discente no IFRS
	Consolidar a Política de Assistência Estudantil do IFRS
	Fortalecer e consolidar a oferta de cursos em todos os níveis e modalidades da EPT - Superior
	Fortalecer e consolidar a oferta de cursos em todos os níveis e modalidades da EPT - Ensino Técnico e Educação Profissional
	Aperfeiçoar a gestão do ensino no âmbito do IFRS
Pesquisa	Fomentar a consolidação da Inovação Tecnológica, mediante parcerias efetivas e concretas com a iniciativa pública e privada
	Ampliar a captação de fomento externo para a pesquisa, pós-graduação e inovação
	Construir e consolidar as políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação do IFRS de forma articulada e indissociada, alinhadas com as políticas nacionais de Pós-Graduação e Pesquisa, bem como com as políticas institucionais do IFRS
	Fomentar propostas integradas entre os <i>campi</i> do IFRS na pesquisa, pós-graduação e inovação
	Incentivar a ampliação da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa, tendo como parâmetro os indexadores definidos pela CAPES
	Incentivar o desenvolvimento de pesquisa aplicada focada nas linhas de atuação dos <i>campi</i> , associada à demanda e pertinência regional
	Coordenar o processo de elaboração, implementação e aprovação de propostas de Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> e Cursos de Especialização <i>Lato Sensu</i> em consonância com as políticas nacionais de pós-graduação
Extensão	Desenvolver as políticas de comunicação do IFRS.
	Gerenciar o fluxo de informações externas e internas da Reitoria e dos <i>campi</i> do Instituto.
	Ampliar as parcerias entre o IFRS com instituições públicas, privadas e demais órgãos da sociedade civil.
	Estimular ações que visam o desenvolvimento local e regional.
	Intermediar estágios e empregos.
	Promover a integração entre a instituição e a sociedade.
	Promover e subsidiar ações de inclusão social, digital, étnico-racial, de gênero e de grupos em vulnerabilidade social buscando o respeito à diversidade, a valorização cultural e a equidade social.
	Qualificar servidores, discentes e membros da sociedade.

	Realizar o acompanhamento de egressos.
	Promover a internacionalização do IFRS
Administração	Aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário do IFRS.
	Fortalecer a governança, visando a melhor organização e funcionamento administrativo do IFRS.
	Realizar ações de capacitação dos servidores visando à eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados à sociedade em consonância com as Diretrizes Nacionais da Política de Desenvolvimento de Pessoal e os interesses institucionais.
	Viabilizar a elaboração das políticas de gestão de pessoas para aprovação junto às instâncias superiores.
	Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle.
	Aprimorar o gerenciamento logístico para atendimento das demandas do IFRS previstas no PDI e Planos de Ação.
Desenvolvimento Institucional	Aperfeiçoar os procedimentos de contratação e gestão de bens e serviços, observando os critérios de sustentabilidade e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
	Elaborar um repositório de informações estratégicas para o IFRS.
	Consolidar o processo de planejamento e acompanhamento dos planos institucionais.
	Implantar um sistema para a elaboração e acompanhamento do Planejamento Estratégico e Planos de Ação.
	Consolidar a estrutura administrativa do IFRS.
	Modernizar a infraestrutura física e tecnológica do IFRS.
	Planejar e coordenar a implantação dos novos <i>campi</i> do IFRS.
Implantar um Sistema Integrado de Gestão (SIG).	

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), PRODI.

Anexo C - Quadro 17 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total	
158261	Campus Porto Alegre	339030 – Material de Consumo	07 - Gêneros de alimentação	11.235,16	
			11 - Material químico	1.058,20	
			16 - material de expediente	1.374,20	
			17 - material de processamento de dados	79,00	
			19 - Material de acondicionamento e embalagem	26,63	
			21 - Material de copa e cozinha	2.468,03	
			22 - Material de limpeza e prod. de higienização	43,77	
			23 - Uniformes, tecidos e aviamentos	433,01	
			24 - Material p/ manut.de bens imóveis/instalações	754,12	
			25 - Material p/ manutenção de bens moveis	159,79	
			26 - Material elétrico e eletrônico	1.857,53	
			28 - Material de proteção e segurança	51,14	
			31 - Sementes, mudas de plantas e insumos	210,51	
			35 -Material laboratorial	2.599,80	
			36 -Material hospitalar	16,00	
			42 - Ferramentas	378,36	
		TOTAL	22.745,25		
158265	Campus Canoas	339030 – Material de Consumo	07 - gêneros de alimentação	139,10	
			11 - material químico	65,00	
			15 - material p/ festividades e homenagens	63,45	
			16 - material de expediente	887,30	
			21 - material de copa e cozinha	80,53	
			22 - material de limpeza e prod. de higienização	8,90	
			24 - material p/ manut. de bens imóveis/instalações	2.016,09	
			25 - material p/ manutenção de bens moveis	1.581,66	
			26 - material elétrico e eletrônico	1.073,90	
			28 - material de proteção e segurança	243,00	
			42 - ferramentas	40,40	
			44 - material de sinalização visual e outros	120,00	
					TOTAL
				339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
		16 - manutenção e conserv. de bens imóveis	45,00		
		17 - manut. e conserv. de maquinas e equipamentos	820,00		
		22 - exposições, congressos e conferências	35,00		
		TOTAL	900,00		
158327	Campus Osório	339030 – Material de Consumo	07 – Gêneros alimentícios	6.081,61	
			09 - Material Farmacológico	88,00	

			24 - Material para manutenção de bens imóveis	1.354,29
			25 - Material para manutenção de bens móveis	431,69
			29 - material de áudio, vídeo e foto	80,00
			39 - Material para manutenção de veículos	35,00
			TOTAL	8.070,59
		339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	16 - Manutenção e conservação de imóveis	855,80
			19 - Manutenção de veículos	20,00
			62 - Serviços de produção industrial	450,00
			TOTAL	1.325,80

Anexo D - Quadro 20 – Avaliação do Sistema de Controles Internos do IFRS

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	

22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UPC.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UPC.					

Fonte: Reitoria, Pró-Reitorias, Direção Executiva e Diretoria Sistêmica

Anexo E - Quadro 43 – Principais sistemas utilizados pelo IFRS

Sistema	Descrição	Responsável técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade
Sistema de Processos Seletivos Discente	Sistema responsável pelas inscrições, processamento de pagamentos, relatórios e classificação do resultado do Processo Seletivo Discente. Desenvolvido em PHP com banco de dados PostgreSQL. Manutenção Própria	Bryan Zinn e Anderson Oliveira	Luiz Gaspar Fensterseifer	Alta
Sistema de Concursos Públicos	Sistema responsável pelas inscrições, processamento de pagamentos, relatórios e classificação do resultado do Concurso para ingresso de Técnicos Administrativos e Docentes. Desenvolvido em PHP com banco de dados PostgreSQL. Manutenção Própria	Bryan Zinn e Anderson Oliveira	Luiz Gaspar Fensterseifer	Alta
SIA	Sistema que gerencia os dados acadêmicos da maioria dos <i>Campi</i> . Desenvolvido em PHP com banco de dados PostgreSQL. Manutenção Própria	Bryan Zinn	Clarice Monteiro Escott	Alta
Pergamum	Sistema utilizado pelas bibliotecas dos <i>Campi</i> para gerenciar o empréstimo de livros. Desenvolvido em PHP com banco de dados SQL Server. Manutenção Terceirizada (PUC Paraná). Abrem-se chamados. A TI local realiza apenas importação dos dados acadêmicos.	Bryan Zinn	Clarice Monteiro Escott	Alta
Suap	Sistema para gerenciamento administrativo das unidades do Instituto (Protocolo, Almoxarifado e Patrimônio). Será substituído pelo SIG. Desenvolvido em Python com banco de dados PostgreSQL. Manutenção Própria.	Paulo Machado	Tatiana Weber	Alta
CPA	Sistema responsável pela Avaliação Institucional. A partir dos dados registrados são gerados relatórios estatísticos que permitem identificar os pontos positivos e negativos de cada	Paulo Machado	Osvaldo Casares Pinto	Média

	<i>Campus.</i> Desenvolvido em PHP com banco de dados PostgreSQL. Manutenção Própria.			
SIG	Sistema Integrado de Gestão (Acadêmico, Recursos Humanos, Almoxarifado, Patrimônio, Orçamento, Compras) . Em implantação. Desenvolvido em Java com banco de dados PostgreSQL. Sistema cedido pela UFRN com Manutenção Terceirizada. O prazo de conclusão é o ano de 2017 com orçamento de R\$ 3.270.000,00 mas será prorrogado por mais 12 meses devido a greve dos servidores em 2015 e a complexidade das customizações no projeto.	Cesar Germano Eltz	Osvaldo Casares Pinto Clarice Monteiro Escott Viviane Silva Ramos Eduardo Giroto Tatiana Weber José Eli Santos dos Santos Marc Emerin	Alta

Fonte: Diretoria do Departamento de Tecnologia da Informação/Reitoria

Anexo F - Quadro 44 – Força de trabalho de TI

Unidade	Pessoal
<i>Campus</i> Bento Gonçalves	<ul style="list-style-type: none"> • Valdir Roque Lavandoski • Leonardo Alvarenga Pereira • Neiva Maria Bervian • Ubiratã Scoabar Nunes
<i>Campus</i> Canoas	<ul style="list-style-type: none"> • Carlton Preigschadt • Vinícius Raupp Alves • Vitor Secretti Bertoncello
<i>Campus</i> Caxias do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Simão Mendes de Moraes • Simão Carlos Ilibio • Tatiele Bolson Moro
<i>Campus</i> Erechim	<ul style="list-style-type: none"> • Andre Luciano Ciotta • Fernando Jose Simplicio • Vinicius Michelin
<i>Campus</i> Farroupilha	<ul style="list-style-type: none"> • Lucas Miguel Hallmann • Gustavo R. Tausendfreund • Rui Lorensi
<i>Campus</i> Feliz	<ul style="list-style-type: none"> • Evandro Schlumpf (Técnico em Informática)
<i>Campus</i> Ibirubá	<ul style="list-style-type: none"> • Aurélio Ricardo Batu Maicá • Eduardo Fernandes Antunes • Laura Gotleib da Rosa
<i>Campus</i> Osório	<ul style="list-style-type: none"> • Ricardo Karpinski
<i>Campus</i> Porto Alegre	<ul style="list-style-type: none"> • Fabiana Agendes Hadler • Leonardo Afonso de Farias • Liliane de Castro Gonzalez • Nisia Gomes Fischer • Elias Moraes Pereira
Reitoria	<ul style="list-style-type: none"> • Cesar Germano Eltz • Bryan Aislan Zinn • Cristian Gusberti • Danner Souza Terra • Douglas Severo Silveira • Edgar José Stello Junior • Jairo Antonio Wagner • Paulo Cesar Machado • Giovane Bertol • Fernando Sartori • Mara Lisiane Sievert • Anderson Antunes
<i>Campus</i> Restinga	<ul style="list-style-type: none"> • Sérgio Gambarra da Silva • Flávio Chaves Brandão
<i>Campus</i> Rolante	<ul style="list-style-type: none"> • Luã Alfredo Gonçalves • Luis Mauro Garcia Sobotyk • Pablo Oliveira de Oliveira
<i>Campus</i> Rio Grande	<ul style="list-style-type: none"> • Derlain Monteiro de Lemos • Fabio Luiz da Costa Carrir • Gustavo de Castro Feijó • Patrick Pereira de Mattos

	<ul style="list-style-type: none">• Rodrigo Costa Fredo
<i>Campus Sertão</i>	<ul style="list-style-type: none">• Rodney da Silva Rosa• Everton Pavan• Tiago Ferreira

Fonte: Diretoria do Departamento de Tecnologia da Informação/Reitoria

Anexo G – BGU – Balanço Financeiro Anual



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 16/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	1.357.568,93	1.056.017,41	Despesas Orçamentárias	348.127.126,86	308.800.124,21
Ordinárias	87.519,83	128.672,45	Ordinárias	96.370.354,87	53.920.042,67
Vinculadas	1.283.820,77	978.146,92	Vinculadas	251.756.771,99	254.880.081,54
Educação	25.049,35	47.608,76	Educação	232.988.530,23	209.219.898,34
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.258.771,42	930.538,16	Seguridade Social (Exceto RGPS)	17.515.680,11	287.464,40
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-13.771,67	-50.801,96	Operação de Crédito		44.192.547,04
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.252.581,65	1.030.128,08
			Outros Recursos Vinculados a Fundos		150.042,78
Transferências Financeiras Recebidas	406.447.841,01	369.414.469,06	Transferências Financeiras Concedidas	58.451.349,68	58.978.716,69
Resultantes da Execução Orçamentária	356.741.918,85	317.088.370,88	Resultantes da Execução Orçamentária	38.761.844,08	37.301.882,89
Repasso Recebido	318.041.347,48	279.804.498,90	Repasso Concedido	49.272,61	38.011,21
Sub-repasso Recebido	38.700.571,47	37.283.871,78	Sub-repasso Concedido	38.700.571,47	37.283.871,78
Independentes da Execução Orçamentária	49.705.922,06	52.346.098,38	Repasso Devolvido	12.000,00	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	47.980.264,86	50.556.076,95	Independentes da Execução Orçamentária	19.889.505,60	21.676.833,70
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.725.657,40	1.790.021,43	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	19.575.180,68	21.496.982,15
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	114.324,04	179.871,55
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	27.560.815,59	29.666.793,88	Despesas Extraorçamentárias	30.385.238,50	33.087.516,01
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.079.363,00	7.291.555,58	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.943.649,85	1.942.217,53
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	26.851.847,32	21.980.081,44	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	20.706.650,69	30.598.120,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	478.307,43	-85.282,78	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	685.386,48	496.636,64
Outros Recebimentos Extraorçamentários	51.287,24	470.438,04	Outros Pagamentos Extraorçamentários	49.541,48	49.541,48
Arrecadação de Outra Unidade	1.755,76	3.590,34	Valores Compensados		49.541,48
Valores para Compensação	49.541,48		Demais Pagamentos	49.541,48	
Demais Recebimentos		466.849,30			
Saldo do Exercício Anterior	3.809.538,97	4.538.615,53	Saldo para o Exercício Seguinte	2.212.049,46	3.809.538,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.809.538,97	4.538.615,53	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.212.049,46	3.809.538,97
TOTAL	439.175.764,50	404.675.895,88	TOTAL	439.175.764,50	404.675.895,88

Anexo H – BGU – Balanço Orçamentário Anual



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
16/02/2017

PÁGINA
1

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.387.087,00	1.387.087,00	1.357.288,93	-29.798,07
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	98.539,00	98.539,00	105.262,10	6.723,10
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	98.539,00	98.539,00	105.262,10	6.723,10
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	619.308,00	619.308,00	458.028,47	-161.279,53
Receita Industrial	39.185,00	39.185,00	27.140,09	-12.044,91
Receitas de Serviços	600.187,00	600.187,00	571.672,53	-28.514,47
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	600.187,00	600.187,00	571.672,53	-28.514,47
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	2.148,50	2.148,50
Outras Receitas Correntes	29.868,00	29.868,00	193.037,24	163.169,24
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	26.584,00	26.584,00	73.801,98	47.217,98
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.284,00	3.284,00	119.235,26	115.951,26
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	280,00	280,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	280,00	280,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	280,00	280,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 16/02/2017	PÁGINA 2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.387.087,00	1.387.087,00	1.357.568,93	-29.518,07
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.387.087,00	1.387.087,00	1.357.568,93	-29.518,07
DÉFICIT			346.769.557,93	346.769.557,93
TOTAL	1.387.087,00	1.387.087,00	348.127.126,86	346.740.039,86
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	272.713.918,00	330.277.044,00	328.319.813,18	317.080.949,71	316.688.471,82	1.957.230,82
Pessoal e Encargos Sociais	202.308.882,00	255.445.981,00	254.594.329,86	254.444.329,86	254.444.329,86	851.651,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	70.405.036,00	74.831.063,00	73.725.483,32	62.636.619,85	62.244.141,96	1.105.579,68
DESPESAS DE CAPITAL	12.298.166,00	12.353.566,00	19.807.313,68	5.094.329,83	4.407.444,12	-7.453.747,68
Investimentos	12.298.166,00	12.353.566,00	19.807.313,68	5.094.329,83	4.407.444,12	-7.453.747,68
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	285.012.084,00	342.630.610,00	348.127.126,86	322.175.279,54	321.095.915,94	-5.496.516,86
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
16/02/2017

PÁGINA
3

SUBTÍTULO 26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	285.012.084,00	342.630.610,00	348.127.126,86	322.175.279,54	321.095.915,94	-5.496.516,86
TOTAL	285.012.084,00	342.630.610,00	348.127.126,86	322.175.279,54	321.095.915,94	-5.496.516,86

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.096.748,06	9.641.734,55	7.574.901,52	7.573.723,68	1.842.075,27	1.322.683,66
Pessoal e Encargos Sociais	-	228.393,17	157.109,20	157.109,20	71.283,97	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.096.748,06	9.413.341,38	7.417.792,32	7.416.614,48	1.770.791,30	1.322.683,66
DESPESAS DE CAPITAL	3.815.500,25	12.348.346,89	13.354.406,24	13.132.927,01	1.634.267,65	1.396.652,48
Investimentos	3.815.500,25	12.348.346,89	13.354.406,24	13.132.927,01	1.634.267,65	1.396.652,48
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.912.248,31	21.990.081,44	20.929.307,76	20.706.650,69	3.476.342,92	2.719.336,14

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	107.545,69	4.471.774,35	4.480.779,09	89.167,78	9.373,17
Pessoal e Encargos Sociais	-	84.452,22	84.452,22	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	107.545,69	4.387.322,13	4.396.326,87	89.167,78	9.373,17
DESPESAS DE CAPITAL	-	4.464.120,76	4.462.870,76	1.250,00	-
Investimentos	-	4.464.120,76	4.462.870,76	1.250,00	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	107.545,69	8.935.895,11	8.943.649,85	90.417,78	9.373,17

Anexo I – BGU - Balanço Patrimonial Anual



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 18/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	10.410.644,65	11.278.208,77	PASSIVO CIRCULANTE	1.688.369,20	12.223.944,40
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.212.049,46	3.809.538,97	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	85.217,06	1.393.380,91
Créditos a Curto Prazo	5.878,00	5.878,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Clientes	5.878,00	5.878,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.259.116,81	8.245.746,99
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.180.739,95	3.756.409,60	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	502,62	1.014,82
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoque	4.000.679,87	3.706.382,20	Provisões de Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	11.297,37	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	343.532,71	2.583.801,68
ATIVO NÃO CIRCULANTE	254.660.644,35	244.526.327,76	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.619,60	2.619,60
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.114,14	5.114,14	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	5.114,14	5.114,14	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	177,24	177,24	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	2.619,60	2.619,60
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.690.988,80	12.226.564,00
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	177,24	177,24	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	177,24	177,24	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	253.953.646,82	243.827.791,07	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	65.196.139,07	68.400.057,48	Demais Reservas	1.568.973,78	1.568.973,78
Bens Móveis	91.099.375,20	85.525.618,81	Resultados Acumulados	261.811.326,42	242.008.998,75
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-25.903.236,13	-17.116.561,33	Resultado do Exercício	21.043.574,62	12.472.934,66
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	242.008.968,75	229.491.366,93
Bens Imóveis	188.757.507,75	175.418.733,59	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.241.246,95	44.697,26
Bens Imóveis	188.822.585,32	175.418.734,29	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-85.077,57	-0,70	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	263.380.300,20	243.577.972,53
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	701.706,15	693.245,31			
Softwares	701.706,15	693.245,31			
Softwares	952.517,86	727.676,29			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-250.811,71	-34.430,98			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
16/02/2017

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	265.071.289,00	255.804.536,53	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	265.071.289,00	255.804.536,53

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	2.212.049,46	3.818.860,86	PASSIVO FINANCEIRO	30.019.680,48	37.822.529,34
ATIVO PERMANENTE	262.859.239,54	251.985.675,67	PASSIVO PERMANENTE	84.406,32	1.306.364,41
			SALDO PATRIMONIAL	234.967.202,20	216.675.642,78

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	24.829.850,22	20.226.441,33	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	33.051.144,06	26.678.532,50
Execução dos Atos Potenciais Ativos	24.829.850,22	20.226.441,33	Execução dos Atos Potenciais Passivos	33.051.144,06	26.678.532,50
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.000.980,11	5.618.100,15	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	21.810.270,11	14.608.341,18	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	18.600,00	-	Obrigações Contratuais a Executar	33.051.144,06	26.678.532,50
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	24.829.850,22	20.226.441,33	TOTAL	33.051.144,06	26.678.532,50

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-466.344,44
Recursos Vinculados	-27.341.286,58
Educação	-27.319.689,24
Seguridade Social (Exoeto RGPS)	-180.678,96
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	139.081,82
TOTAL	-27.807.631,02

Anexo J – BGU – Demonstrações dos Fluxos de Caixa Anual



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSÃO
16/02/2017

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	20.405.472,38	28.182.143,04
INGRESSOS	408.334.734,61	370.855.643,33
Receitas Derivadas e Originárias	1.355.140,43	1.056.017,41
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	105.262,10	159.883,19
Receita Agropecuária	458.028,47	393.931,81
Receita Industrial	27.140,09	34.012,81
Receita de Serviços	571.672,53	286.335,09
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	193.037,24	181.854,51
Transferências Correntes Recebidas	2.148,50	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	2.148,50	-
Outros Ingressos das Operações	406.977.445,68	369.799.625,92
Ingressos Extraorçamentários	478.307,43	-85.282,78
Transferências Financeiras Recebidas	406.447.841,01	369.414.469,06
Arrecadação de Outra Unidade	1.755,76	3.590,34
Valores para Compensação	49.541,48	-
Demais Recebimentos	-	466.849,30
DESEMBOLSOS	-387.929.262,23	-342.673.500,29
Pessoal e Demais Despesas	-291.651.094,46	-250.184.681,26
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-8.100,00
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-19.235.127,79	-17.401.180,47
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-272.414.366,67	-231.901.145,34
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-7.810,00
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-866.445,45



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 16/02/2017	PÁGINA 2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Agricultura	-1.600,00	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-37.091.880,13	-32.963.924,22
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-37.047.239,13	-32.889.480,22
Outras Transferências Concedidas	-44.841,00	-74.444,00
Outros Desembolsos das Operações	-59.186.287,64	-59.524.894,81
Dispêndios Extraorçamentários	-885.306,48	-496.636,64
Transferências Financeiras Concedidas	-58.451.349,88	-58.978.716,09
Valores Compensados	-	-49.541,48
Demais Pagamentos	-49.541,48	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-22.002.961,89	-28.911.219,60
INGRESSOS	280,00	-
Alienação de Bens	280,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-22.003.241,89	-28.911.219,60
Aquisição de Ativo Não Circulante	-21.632.976,87	-28.839.175,91
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-370.265,02	-72.043,69
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
16/02/2017

PÁGINA
3

SUBTÍTULO 26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.597.489,51	-729.076,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.809.538,97	4.538.615,53
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.212.049,46	3.809.538,97

Anexo K – Demonstrações das Variações Patrimoniais-Anual



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 16/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	421.733.517,17	393.968.218,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.174.953,00	880.525,73
Venda de Mercadorias	458.028,47	393.931,81
Vendas de Produtos	27.140,09	34.012,81
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	689.784,44	452.581,11
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.302,62	5.638,18
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	546,86	2.047,84
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.756,76	3.590,34
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	410.458.270,67	370.328.741,38
Transferências Intragovernamentais	406.447.841,01	369.414.469,06
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	2.148,50	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	4.008.281,16	914.272,32
Valorização e Ganhos ou Ativos e Desincorporação de Passivos	9.902.605,45	22.568.877,27
Reavaliação de Ativos	8.011.316,31	15.454.221,51
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	378.581,87	430.967,99
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.512.707,27	6.683.687,77
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	195.385,43	184.436,13
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
16/02/2017

PÁGINA
2

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	195.385,43	184.436,13
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	400.689.942,55	381.495.284,13
Pessoal e Encargos	247.817.738,91	211.198.130,64
Remuneração a Pessoal	195.587.106,45	188.053.809,69
Encargos Patronais	38.932.483,85	32.530.718,04
Benefícios a Pessoal	14.799.116,89	10.602.470,49
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	490.051,72	11.072,42
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	24.117.424,64	21.358.909,03
Aposentadorias e Reformas	17.374.713,42	16.029.264,31
Pensões	3.127.859,42	2.629.711,51
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.614.851,80	2.699.933,21
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	46.824.473,48	44.894.074,96
Uso de Material de Consumo	6.774.856,99	6.595.387,77
Serviços	32.349.853,65	32.748.509,71
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.699.762,84	5.550.197,48
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	18.429,88	12.312,68
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	5.033,21	5.949,85
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	13.396,67	6.362,83
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	60.771.784,88	59.668.240,40
Transferências Intragovernamentais	58.451.349,68	58.978.716,69
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	1.500,00	1.500,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.318.935,20	688.023,71
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	9.292.224,59	31.885.574,50
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	262.000,00	-
Perdas com Alienação	292.431,80	-
Perdas Involuntárias	5.196,73	-
Incorporação de Passivos	383.256,48	1.384.817,18
Desincorporação de Ativos	8.349.339,78	30.500.757,32



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
16/02/2017

PÁGINA
3

SUBTÍTULO 28419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	40.015,21	106.775,88
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.972,58	25.813,95
Contribuições	18.042,63	80.961,93
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.807.850,96	12.371.266,04
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	11.570.490,38	12.132.503,99
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	237.354,58	238.672,05
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	21.043.574,62	12.472.934,56
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

Anexo L – BGU - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
16/02/2017

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	229.491.366,93	-	-	229.491.366,93
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	45.387,06	-	-	45.387,06
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	1.568.973,78	-689,80	-	-	1.568.283,98
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	12.472.934,56	-	-	12.472.934,56
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	1.568.973,78	242.008.998,75	-	-	243.577.972,53

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	1.568.973,78	242.008.998,75	-	-	243.577.972,53
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-1.141.166,54	-	-	-1.141.166,54
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-55.383,15	-	-	-55.383,15
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	21.043.574,62	-	-	21.043.574,62
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-44.667,26	-	-	-44.667,26
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	1.568.973,78	261.811.326,42	-	-	263.380.300,20

Anexo M – N.E. 01.001 Balanço Patrimonial – Outras obrigações a curto prazo



Data e hora da consulta: 24/03/2017 16:08
Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	13/01/2017 11:02	Inclusão	81121385087	MAICON GOULART MORALES	158141	200.17.93.91	192.168.110.2

Dados de Histórico

Código: 01.001
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Balanço Patrimonial
Título: Outras Obrigações a Curto Prazo
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: Em 2016, houve um decréscimo de R\$ 1.801.184,60 (-99%) referente Outras Obrigações a Curto Prazo. Desse montante, 76% (R\$ 1.375.495,29) corresponde à regularização de baixa de sub-repasse diferido inscrito no exercício anterior, realizado pela Coordenação Geral de Programação Financeira (UG 170500), documento 2016PF000212, em 2 de fevereiro, na conta 218923902 - Repasse Recebido Diferido.

Itens

Anexos



Data e hora da consulta: 24/03/2017 16:12

Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	13/01/2017 11:02	Inclusão	81121385087	MAICON GOULART MORALES	158141	200.17.93.91	192.168.110.2

Dados de Histórico

Codigo: 01.002

Trimestre: 4º TRIMESTRE

Topico: Balanço Patrimonial

Titulo: Pessoal a Pagar

Orgao: 26419

Orgao Superior: Não

Texto: Em 2016, houve um decréscimo de R\$ 1.308.763,85 (-94%) referente Pessoal a Pagar. Desse montante, 99% (R\$ 1.304.547,41) corresponde à regularização de baixa de 13º salário a pagar de exercícios anteriores, realizado em 29 de dezembro, documento 2016NS004179, na conta 211110102 - Décimo Terceiro Salário a Pagar.

Itens

Anexos

Anexo O – N.E. 01.003 Balanço Patrimonial – Fornecedores e Contas a pagar a curto prazo

Nota 4 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2016, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul apresentou um saldo em aberto de R\$ 1,26 milhões relacionados com fornecedores e contas a pagar, constituindo-se, na sua totalidade, obrigações em curto prazo de fornecedores nacionais, correspondente a um decréscimo de 84,7% em relação à 31/12/2015, cujo saldo em aberto era de R\$ 8,25 milhões.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as Unidades Gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2016.

Tabela 1 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.

	R\$	
	31/12/2016	AV
158263 INST.FED.DO RS/CAMPUS SERTAO	407.873,80	32%
158743 INST.FED.DO RS/CAMPUS ROLANTE	218.466,90	17%
158141 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	135.341,15	11%
158264 INST.FED.DO RS/CAMPUS BENTO GONCALVES	122.463,70	10%
158326 INST.FED.DO RS/CAMPUS PORTO ALEGRE - RESTINGA	109.427,19	9%
158261 INST.FED.DO RS/CAMPUS PORTO ALEGRE	51.303,91	4%
158325 INST.FED.DO RS/CAMPUS ERECHIM	45.745,36	4%
158745 INST.FED.DO RS/CAMPUS ALVORADA	35.753,47	3%
Demais	132.741,33	11%
Total	1.259.116,81	100%

Fonte: SIAFI, 2016.

As unidades gestoras 158263, campus Sertão, e 158743, campus Rolante, são responsáveis por 49% do total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 12 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2016.

Tabela 2 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	R\$	
	31/12/2016	AV
IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	300.677,44	24%
F & F ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA - ME	206.588,38	16%
A S J J - INCORPORADORA & CONSTRUTORA LTDA	115.124,27	9%
EMPREC ENGENHARIA LTDA - EPP	97.992,43	8%
NETARE SERVICOS LTDA - ME	44.613,59	4%
TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	38.102,21	3%
ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE BENTO	34.475,35	3%
PAULO ADALBERTO FUCKS DA VEIGA JUNIOR EIRELI	30.711,73	2%
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA - ME	28.065,15	2%
FAGUNDEZ DISTRIBUICAO LTDA	25.467,58	2%
RIO GRANDE ENERGIA SA	23.092,05	2%
EXPRESSAO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP	20.776,67	2%
Demais	293.429,96	23%
Total	1.259.116,81	100,00

Fonte: SIAFI, 2016.

Em relação ao fornecedor IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, que representa 24% do total a ser pago, a principal transação é a aquisição de computadores para o laboratório de informática para os alunos do campus Sertão, Pregão nº 81, Nota de Empenho nº 800698, de 4 de novembro de 2016. Em relação ao fornecedor F & F ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA – ME, que representa 16% do total a ser pago, as principais transações são as apropriações da medição da construção do acesso e implantação do campus Rolante, Relatório 1, contrato 84/2016, RDC 5/2016, NFS-e 436, no valor de R\$ 215.178,86, menos retenções, e da medição do sistema de abastecimento de água do mesmo campus, Relatório 1, contrato 91/2016, RDC 4/2016, NFS-e 437, no valor de R\$ 17.749,42, menos retenções.

Anexo P – N.E. 01.004 Balanço Patrimonial – Valores Restituíveis



Data e hora da consulta: 24/03/2017 16:15
Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	13/01/2017 11:04	Inclusão	81121385087	MAICON GOULART MORALES	158141	200.17.93.91	192.168.110.2

Dados de Histórico

Código: 01.004
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Balanço Patrimonial
Título: Valores Restituíveis à CP
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: Os Depósitos e Cauções Recebidos (conta 218810402) registrou uma variação negativa de R\$ 313.799,93 (-68%) ao longo do exercício de 2016, devido à conclusão de contratos e respectiva baixa de garantia de execução contratual. As garantias baixadas, mais significativas, correspondem aos contratos: 21/2010 (PRISMASERV Soluções Empresariais LTDA ME), no valor de R\$ 80.042,34; 138/2014 (Emprec Engenharia), no valor de R\$ 65.460,99; 39/2010 (Ebel Projetos e Cosntruções LTDA EPP), no valor de R\$ 62.443,63 e; 28/2014 (Emprec Engenharia), no valor de R\$ 103.159,77.

Itens

Anexos

Anexo Q – N.E. 01.005 Balanço Patrimonial – Ajustes de Exercícios Anteriores



Data e hora da consulta: 24/03/2017 16:16
Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	13/01/2017 11:04	Inclusão	81121385087	MAICON GOULART MORALES	158141	200.17.93.91	192.168.110.2

Dados de Histórico

Código: 01.005
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Balanço Patrimonial
Título: Ajustes de Exercício Anteriores
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: Em 2016, o campus Rio Grande regularizou a depreciação acumulada do período de agosto/2010 à dezembro/2015, conforme processo 23370.000367.2016-96, não registrada nos respectivos exercícios devida a ausência de sistema informacional de cálculo. O montante lançado foi de R\$ 1.093,692,10, que representa 91% da variação do exercício na conta Ajustes de Exercícios Anteriores.

Itens

Anexos

Anexo R – N.E. 01.006 Balanço Patrimonial – Obrigações Contratuais

Nota 5 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2016, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul possuía um saldo de R\$ 33 bilhões relacionados a obrigações contratuais, correspondentes a parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 1 – Obrigações Contratuais – Composição.

	R\$		
	31/12/2016	31/12/2015	AH
Aluguéis	585.533,78	10.000,00	5755%
Fornecimento de Bens	482.295,07	68.743,44	602%
Seguros	91.392,91	53.269,99	72%
Serviços	31.891.922,30	26.546.519,07	20%
Total	33.051.144,06	26.678.532,50	24%

Fonte: SIAFI, 2015 e 2016.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam cerca de 96% do total das obrigações assumidas pelo órgão ao final de 31/12/2016.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as Unidades Gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2016.

Tabela 2 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.

	R\$	
	31/12/2016	AV
INST.FED.DO RS/CAMPUS CANOAS (158265)	5.861.955,47	18%
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS (158141)	4.495.975,27	14%
INST.FED.DO RS/CAMPUS SERTAO (158263)	4.487.779,18	14%
INST.FED.DO RS/CAMPUS RIO GRANDE (158262)	3.673.677,07	11%
INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBA (158675)	2.876.971,80	9%
Demais	11.654.785,27	35%
Total	33.051.144,06	100%

Fonte: SIAFI, 2016.

As Unidades Gestoras 158265 Campus Canoas, 158141 Reitoria e 158263 Campus Sertão são responsáveis por 46% do total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 10 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2016.

Tabela 3 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	R\$	
	31/12/2016	AV
F & F ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA - ME	5.071.835,98	15%
AVMB - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA.	3.269.999,99	10%
EMPREC ENGENHARIA LTDA - EPP	2.215.182,15	7%
PP ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP	1.756.365,05	5%
DORNELES E CIA LTDA - ME	1.496.617,77	5%
VIGITEC SEGURANCA LTDA	1.020.262,23	3%
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA -	923.436,21	3%

ME		
LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	909.324,03	3%
LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.	835.391,79	3%
F & F ENG. E CONST. LTDA - CONTRATO 84/2016	824.244,54	2%
Demais	14.728.484,32	45%
Total	33.051.144,06	100%

Fonte: SIAFI, 2016.

Em relação aos contratados F & F Engenharia e Construção LTDA - ME, AVMB – Consultoria e Assessoria em Informática LTDA e Emprec Engenharia LTDA - EPP, eles representam 32% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) F & F Engenharia e Construção LTDA – ME: Construção do prédio acadêmico do campus Canoas do IFRS, contrato 129/2016;
- (b) AVMB – Consultoria e Assessoria em Informática LTDA: Serviço de tecnologia da informação e apoio técnico de atividades de informática para o IFRS, contrato 39/2014;
- (c) Emprec Engenharia LTDA – EPP: Construção do bloco administrativo do campus Restinga, RDC 06/2016.

Anexo S – N.E. 02.001 Demonstração das Variações Patrimoniais – Outras transferências e delegações recebidas



Data e hora da consulta: 24/03/2017 16:18
Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	13/01/2017 11:05	Inclusão	81121385087	MAICON GOULART MORALES	158141	200.17.93.91	192.168.110.2

Dados de Histórico

Código: 02.001
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Demonstração das Variações Patrimoniais
Título: Outras Transferências e Delegações Recebidas
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: Em 2016, o IFRS recebeu R\$ 2.496.974,43 em doações e transferências entre órgãos Intra OFSS, compreendendo saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do ente, constituindo-se, em grande parte, por transferências entre as Unidades Gestoras do IFRS, decorrente da instauração de controle patrimonial nos campi Rolante, Vacaria, Alvorada e Viamão, que entraram em atividade Siafi no exercício. Além disso, registrou o recebimento de outros R\$ 1.511.306,73 em doações e transferências nos diversos campi, sendo mais expressivos doação Lanagro e Fundação Pão dos Pobres, ao campus Restinga, no valor de R\$ 623.120,27; doação Projeto Vitae, ao campus Sertão, no valor de R\$ 235.571,70 e; doação Miguel da Guia Albuquerque, ao campus Rio Grande, no valor de R\$ 140.949,52.

Itens

Anexos

Anexo T – N.E. 02.002 Demonstração das Variações Patrimoniais – Ganhos com desincorporação de passivos



Data e hora da consulta: 24/03/2017 16:24

Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	13/01/2017 11:05	Inclusão	81121385087	MAICON GOULART MORALES	158141	200.17.93.91	192.168.110.2

Dados de Histórico

Código: 02.002
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Demonstração das Variações Patrimoniais
Título: Ganhos com Desincorporação de Passivos
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: Em 24/02/2016, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (UG 150014) registrou, na conta 464020100 - Ganhos com Desincorporação de Passivos, do IFRS, o movimento de estorno baixa de recursos diferidos, através do documento 2016PF005418, no valor de R\$ 1.375.495,29.

Itens

Anexos

Anexo U – N.E. 02.003 Demonstração das Variações Patrimoniais – Exploração de bens, direitos e prestação de serviços



Data e hora da consulta: 24/03/2017 16:25
Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	13/01/2017 11:06	Inclusão	81121385087	MAICON GOULART MORALES	158141	200.17.93.91	192.168.110.2

Dados de Histórico

Código: 02.003
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Demonstração das Variações Patrimoniais
Título: Exploração de Bens, Direitos e Prestações de Serviços
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: No exercício de 2016, o IFRS aumentou em 52% a arrecadação com a Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços, sendo mais representativa a arrecadação de taxa de inscrição em concurso público, FAURGS, no valor de R\$ 264.903,16, doc. RA000025, e no valor de R\$ 237.699,42, doc. RA000101, representando 73% do total de arrecadação com a Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços.

Itens

Anexos

Anexo V – N.E. 02.004 Demonstração das Variações Patrimoniais – Outras transferências e delegações concedidas



Data e hora da consulta: 24/03/2017 16:26

Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	13/01/2017 11:06	Inclusão	81121385087	MAICON GOULART MORALES	158141	200.17.93.91	192.168.110.2

Dados de Histórico

Código: 02.004
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Demonstração das Variações Patrimoniais
Título: Outras Transferências e Delegações Concedidas
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: Em 2016, o IFRS concedeu R\$ 2.318.932,50 em transferências entre as Unidades Gestoras do IFRS, compreendendo saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do ente, decorrente, em grande parte, da instauração de controle patrimonial nos campi Rolante, Vacaria, Alvorada e Viamão, que entraram em atividade Siafi no exercício.

Itens

Anexos

Anexo W – N.E. 03.001 Balanço Orçamentário – Indenizações, restituições e ressarcimentos



Data e hora da consulta: 24/03/2017 16:28

Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	13/01/2017 11:06	Inclusão	81121385087	MAICON GOULART MORALES	158141	200.17.93.91	192.168.110.2

Dados de Histórico

Código: 03.001
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Balanço Orçamentário
Título: Indenizações, Restituições e Ressarcimentos
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: No decorrer do exercício, foram recolhidos R\$ 81.442,89, dos pensionista pela folha de pagamento, à título de reposição ao erário, que representa o valor mais expressivo da arrecadação. Houve uma arrecadação muito acima da previsão inicial no valor de R\$ 3.284,00.

Itens

Anexos

Anexo X – N.E. 03.002 Balanço Orçamentário – Execução orçamentária da receita e composição



Data e hora da consulta: 24/03/2017 16:29
Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	20/01/2017 16:31	Inclusão	41148509020	LUIZ ANTONIO HINING	158141	200.17.93.216	192.168.110.1

Dados de Histórico

Codigo: 03.002
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Balanço Orçamentário
Titulo: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E COMPOSIÇÃO
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: A receita estimado do Órgão 26419 foi de R\$ 1.387.087,00 em Receitas Correntes. A maior arrecadação se concentrou em Receitas de Serviços no montante de R\$ 571.672,53, compreendida por Serviços Administrativos e Inscrição em Vestibular. Não houve previsão para Receitas de Capital e arrecadação nesta categoria foi insignificante. O Órgão atingiu 97,87% do que pretendia arrecadar.

Itens

Anexos

Anexo Y – N.E. 03.003 Balanço Orçamentário – Movimentação de créditos orçamentários



Data e hora da consulta: 24/03/2017 16:31
Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	20/01/2017 16:32	Inclusão	41148509020	LUIZ ANTONIO HINING	158141	200.17.93.216	192.168.110.1

Dados de Histórico

Código: 03.003
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Balanço Orçamentário
Título: MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: A Dotação Inicial do IFRS para o Exercício de 2016 foi fixada em R\$ 285.012.084,00 e a movimentação de Créditos Orçamentários vieram a alterar este valor. Durante o exercício houve alterações orçamentárias decorrentes de Crédito Adicional Suplementar no montante de R\$ 58.089.032,00, oriundos do Orçamento Geral da União-OGU por Anulação de Dotação, e também o cancelamento de Dotações Orçamentárias no montante de R\$ 470.506,00, o que resultou em um Orçamento Final no montante de R\$ R\$ 342.630.610,00.

Itens

Anexos

Anexo Z – N.E. 03.004 Balanço Orçamentário – Restos a pagar – Composição e principais despesas



Data e hora da consulta: 24/03/2017 16:32
Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	20/01/2017 20:28	Inclusão	41148509020	LUIZ ANTONIO HINING	158141	200.17.93.216	192.168.110.1

Dados de Histórico

Codigo: 03.004
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Balanço Orçamentário
Titulo: RESTOS A PAGAR: COMPOSIÇÃO DAS PRINIPAIS DESPESAS CORRENTES
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: O IFRS inscreveu em 2016 o montante de R\$ 8.935.895,11 em RAP PROCESSADOS, dos quais R\$ 4.471.774,35 em Despesas Correntes e R\$ 4.464.120,76 em Despesas de Capital. Deste montante, cancelou R\$ 90.417,78 e pagou R\$ 8.943.649,05. Da mesma forma em RAP NÃO PROCESSADOS foram inscrito R\$ 9.641.734,55 e R\$ 12.348.346,89, de Despesas Correntes e de Capital respectivamente. Destes valores o IFRS cancelou o montante de R\$ 3.476.342,92 e pagou o montante de R\$ 20.706.650,69. Os valores expressivos inscritos em RAP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS, decorrem principalmente do processo de Expansão do IFRS com a construção dos Campus implantados durante o exercício de 2016: 26419/158743 CAMPUS ROLANTE; 26419/158744 CAMPUS VACARIA; 26419/158745 CAMPUS ALVORADA. Também contribuiu para este montante a implantação do Campus Viamão 26419/158746, com aquisição de equipamentos de natureza permanente. Isto explica também o valor significativo de valores reinscritos em RAP NÃO PROCESSADOS REINSCRITOS no montante de R\$ 3.815,500,25, uma vez que estas obras já começaram no exercício de 2015.

Itens

Anexos

Anexo AA – N.E. 03.005 Balanço Orçamentário – Atraso na execução dos restos a pagar



Data e hora da consulta: 24/03/2017 16:34

Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	20/01/2017 20:29	Inclusão	41148509020	LUIZ ANTONIO HINING	158141	200.17.93.216	192.168.110.1

Dados de Histórico

Código: 03.005
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Balanço Orçamentário
Título: ATRASO NA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: O atraso na execução de Restos a Pagar se deve em parte a dificuldade de encaixe financeiro do Tesouro Nacional e consequente repasse destes valores aos Órgãos para honrar os compromissos assumidos, além da própria morosidade na execução das etapas das obras no que tange as Despesas de Capital.

Itens

Anexos

Anexo AB – N.E. 03.006 Balanço Orçamentário – Execução Orçamentária da Despesa e Composição



Data e hora da consulta: 24/03/2017 16:35
Usuário: 41148509020

Dados de Auditoria

Versão	Data/Hora	Operação	CPF	Nome	UG do Usuário	IP do Usuário	IP do Servidor
0	20/01/2017 20:34	Inclusão	41148509020	LUIZ ANTONIO HINING	158141	200.17.93.216	192.168.110.1

Dados de Histórico

Código: 03.006
Trimestre: 4º TRIMESTRE
Topico: Balanço Orçamentário
Título: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E COMPOSIÇÃO
Orgao: 26419
Orgao Superior: Não
Texto: Durante o Exercício de 2016 o IFRS Empenhou o montante de R\$ 348.127.126,86, parte deste valor foram com recursos oriundos da Descentralização Externa de Créditos que somaram ao longo do Exercício R\$ 9.711.263,31. O IFRS, empenhou R\$ 254.594.329,86 em Despesas de Pessoal que corresponderam a 73,10% do total aplicado no Exercício. Por outro lado, as Outras Despesas Correntes atingiram R\$ 73.725.483,32, alcançaram o percentual de 21,10% e as Despesas de Capital o montante de R\$ 19.807.313,68, equivalentes a 5,80%. Comparativamente à Receita Orçamentária, apurou-se um Déficit Orçamentário no montante de R\$ 346.769.557,93, considerando que somos um órgão eminentemente prestador de serviços e não é voltado para a produção de receitas, a não ser aquelas que lhe compete alinhada com os serviços que presta.

Itens

Anexos

Anexo AC - Quadro 48 - Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Licenciatura em Física	121478	Bento Gonçalves	Sim	http://www.bento.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=44&sub=80
Licenciatura em Matemática	116144	Bento Gonçalves	Sim	http://www.bento.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=44&sub=3589
Licenciatura em Pedagogia	1118531	Bento Gonçalves	Sim	http://www.bento.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=44&sub=3138
Licenciatura em Matemática	1264321	Canoas	Sim	http://www.canoas.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=32&sub=574
Licenciatura em Matemática	1126144	Caxias do Sul	Sim	http://www.caxias.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=12&sub=29
Formação de Professores para os Componentes Curriculares da Educação Profissional	1166990	Farroupilha	Sim	http://www.farroupilha.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=38&sub=534
Licenciatura em Letras – Português e Inglês	1304099	Feliz	Sim	http://www.feliz.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=167
Licenciatura em Química	1304097	Feliz	Sim	http://www.feliz.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=168
Licenciatura em Matemática	1156565	Ibirubá	Sim	http://www.ibiruba.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=30&sub=95
Licenciatura em Letras – Português/Inglês	1327403	Osório	Sim	http://www.osorio.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=18&sub=1641
Licenciatura em Matemática	1338287	Osório	Sim	http://www.osorio.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=18&sub=1867
Licenciatura em Ciências da Natureza – Biologia e Química	1117177	Porto Alegre	Sim	http://www.poa.ifrs.edu.br/institucional/a-instituicao/do-campus-porto-alegre/cursos-tecnicos/cursos-superiores/licenciatura-em-ciencias-da-natureza
Licenciatura em Pedagogia	1167925	Porto Alegre	Sim	http://www.poa.ifrs.edu.br/institucional/a-instituicao/do-campus-porto-alegre/cursos-tecnicos/cursos-superiores/licenciatura-em-pedagogia
Licenciatura em Letras Português e Espanhol	1370467	Porto Alegre (Restinga)	Sim	http://www.restinga.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=81
Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional	1146300	Rio Grande	Sim	http://www.riogrande.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=20&sub=227
Licenciatura em Ciências Agrícolas	1103671	Sertão	Sim	http://www.sertao.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=19&sub=118
Licenciatura em	1338870	Sertão	Sim	http://www.sertao.ifrs.edu.br/site/con

Ciências Biológicas				teudo.php?cat=19&sub=2864
Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica e Profissional	1125918	Sertão	Sim	http://www.sertao.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=19&sub=664
Licenciatura em Ciências Biológicas	1376050	Vacaria	Sim	http://expansao.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=29&sub=1498

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino do IFRS

Anexo AD - Quadro 49 – Emissão de Relatórios de Auditoria

Local	Número do Relatório	Área/Setor Auditado	Objetivos	Período de realização
Reitoria	006/2016/REI	Gestão de Pessoas – Adicional Noturno	1. Analisar a concessão e pagamento do Adicional Noturno; e 2. Verificar os controles internos existentes	Janeiro a abril
Bento Gonçalves	005/2016/REI			Janeiro a abril
Canoas	007/2016/CAN			Janeiro a abril
Caxias do Sul	002/2016/CAX			Janeiro a maio
Erechim	001/2016/ERE			Janeiro a abril
Farroupilha	002/2016/FAR			Janeiro a maio
Feliz	001/2016/FEL			Janeiro a abril
Osório	001/2016/OSO			Janeiro a maio
Porto Alegre	001/2016/POA			Janeiro a abril
Restinga	002/2016/RES			Janeiro a maio
Rio Grande	005/2016/RG			Fevereiro a agosto
Sertão	001/2016/SER			Janeiro e fevereiro
Bento Gonçalves	004/2016/REI	Assistência Estudantil	1. Verificar o cumprimento dos atos normativos internos no que se refere à concessão de benefícios financeiros relacionados ao PNAES; 2. Verificar o cumprimento da legislação vigente; 3. Verificar os controles internos existentes; e 4. Verificar a concessão e o pagamento dos auxílios.	Janeiro a abril
Canoas	006/2016/CAN			Janeiro a abril
Caxias do Sul	001/2016/CAX			Janeiro a abril
Erechim	002/2016/ERE			Janeiro a abril
Farroupilha	001/2016/FAR			Janeiro a abril
Feliz	002/2016/FEL			Janeiro a abril
Osório	002/2016/OSO			Janeiro a abril
Porto Alegre	002/2016/POA			Janeiro a abril
Restinga	001b/2016/RES			Janeiro a abril
Rio Grande	004/2016/RG			Fevereiro a junho
Sertão	002/2016/SER	Janeiro a março		
Canoas	009/2016/CAN	Extensão (Apoio de apresentação de trabalhos em eventos)	1. Verificar o cumprimento dos atos normativos internos; 2. Analisar a concessão e pagamento do apoio de apresentação de trabalhos em eventos; e 3. Verificar os controles internos existentes.	Abril a julho
Caxias do Sul	Memorando			Abril
Erechim	003/2016/ERE			Abril a julho
Farroupilha	Memorando			Abril
Feliz	003/2016/FEL			Abril a julho
Osório	003/2016/OSO			Abril a julho
Porto Alegre	003/2016/POA	Abril a julho		

Restinga	Memorando			Abril
Rio Grande	007/2016/RG			Julho a outubro
Sertão	Memorando			Abril
Canoas	010/2016/CAN	Pesquisa e Inovação (Apoio de apresentação de trabalhos em eventos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar o cumprimento dos atos normativos internos; 2. Analisar a concessão e pagamento do apoio de apresentação de trabalhos em eventos; e 3. Verificar os controles internos existentes. 	Abril a julho
Caxias do Sul	004/2016/CAX			Abril a junho
Erechim	004/2016/ERE			Abril a junho
Farroupilha	003/2016/FAR			Abril a junho
Feliz	004/2016/FEL			Abril a junho
Osório	004/2016/OSO			Abril a julho
Porto Alegre	004/2016/POA			Abril a julho
Restinga	003/2016/RES			Abril a julho
Rio Grande	008/2016/RG			Julho a outubro
Sertão	003/2016/SER			Abril a outubro
Reitoria	007/2016/REI	Gestão de Compras (suprimentos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar os procedimentos de controles internos; 2. Verificar a formalização processual; 3. Verificar a correta modalidade de licitação; e 4. Avaliar a regularidade dos processos licitatórios. 	Julho a outubro
Caxias do Sul	005/2016/CAX			Julho a dezembro
Farroupilha	004/2016/FAR			Junho a outubro
Feliz	005/2016/FEL			Julho a outubro
Osório	005/2016/OSO			Julho a outubro
Porto Alegre	005/2016/POA			Julho a outubro
Restinga	004/2016/RES			Julho a novembro
Rio Grande	009/2016/RG			Agosto a dezembro
Sertão	004/2016/SER			Agosto a janeiro/2017
Reitoria	012/2016/REI	Gestão dos Transportes (veículos próprios)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar os controles internos existentes; 2. Verificar se existe autorização formal para que servidores dirijam veículos oficiais; 3. Verificar se os veículos estão sendo utilizados para serviços (diário de bordo); e 4. Verificar a identificação visual da instituição nos veículos. 	Agosto a outubro
Caxias do Sul	008/2016/CAX			Agosto a dezembro
Farroupilha	006/2016/FAR			Agosto a outubro
Feliz	006/2016/FEL			Agosto a outubro
Osório	006/2016/OSO			Agosto a outubro
Porto Alegre	006/2016/POA			Agosto a outubro
Restinga	007/2016/RES			Agosto a dezembro
Reitoria	010/2016/REI	Plano de Ação 2015 e 2016 – Área de Administração	Verificar o cumprimento das ações planejadas para o exercício 2015 e verificar/acompanhar o cumprimento das ações planejadas para o exercício de 2016.	Setembro e outubro
Caxias do Sul	006/2016/CAX			Setembro a dezembro
Farroupilha	005/2016/FAR			Setembro e outubro
Feliz	007/2016/FEL			Setembro e outubro
Osório	007/2016/OSO			Setembro e outubro

Porto Alegre	007/2016/POA			Setembro e outubro
Restinga	005/2016/RES			Outubro e dezembro
Rio Grande	006/2016/RG			Outubro
Sertão	005/2016/SER			Novembro a janeiro/2017
Reitoria	011/2016/REI	Acompanhamento das Recomendações	Verificar o atendimento das recomendações junto aos setores envolvidos.	Novembro e dezembro
Bento Gonçalves	009/2016/REI			Novembro e dezembro
Canoas	008/2016/CAN			Abril a julho
Caxias do Sul	003/2016/CAX			Junho
	007/2016/CAX			Outubro a dezembro
Farroupilha	007/2016/FAR			Outubro a dezembro
Feliz	008/2016/FEL			Novembro e dezembro
Ibirubá	008/2016/REI			Novembro e dezembro
Osório	008/2016/OSO			Novembro e dezembro
Porto Alegre	008/2016/POA			Novembro e dezembro
Restinga	006/2016/RES			Outubro a fevereiro/2017
	001/2017/RES			
	002/2017/RES			
	003/2017/RES			
	004/2017/RES			
	005/2017/RES			
	006/2017/RES			
007/2017/RES				
Rio Grande	010/2016/RG	Dezembro		
Sertão	006/2016/SER	Janeiro/2017		

Fonte: UNAI